



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

KÁRIN GISELLE FERREIRA VENTURA

**ANÁLISE DISCURSIVA DA REPRESENTAÇÃO DE FEMINICÍDIOS NO JORNAL
*CORREIO BRAZILIENSE***

Brasília – DF
2021

KÁRIN GISELLE FERREIRA VENTURA

**ANÁLISE DISCURSIVA DA REPRESENTAÇÃO DE FEMINICÍDIOS NO JORNAL
*CORREIO BRAZILIENSE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestra em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Viviane de Melo Resende

Brasília – DF

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VV468a Ventura, Kárin Giselle Ferreira
Análise discursiva da representação de feminicídios no
jornal Correio Braziliense / Kárin Giselle Ferreira
Ventura; orientador Viviane de Melo Resende. -- Brasília,
2021.
140 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Estudos Críticos do Discurso. 2. Feminicídio. 3.
Violência contra mulheres. 4. Análise de Discurso Crítica.
I. Resende, Viviane de Melo, orient. II. Título.

KÁRIN GISELLE FERREIRA VENTURA

**ANÁLISE DISCURSIVA DA REPRESENTAÇÃO DE FEMINICÍDIOS NO JORNAL
*CORREIO BRAZILIENSE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestra em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Brasília, 9 de setembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Viviane de Melo Resende – LIP/UnB
Presidenta

Prof.^a Dra. Maria Luiza Monteiro Sales Corôa
Avaliadora interna (PPGL/UnB)

Prof.^a Dra. Micheline Mattedi Tomazi
Avaliadora externa (UFES)

Prof.^a Dra. Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra
Examinadora Suplente (ICS/UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à professora Viviane de Melo Resende, carinhosamente Vivi. Excelente professora, orientadora fenomenal e uma mulher incrível e inspiradora! Os adjetivos hiperbólicos não são um exagero aqui. Vivi merece todos eles e muito mais. Sou grata pela oportunidade de ter sido orientada por ela na academia, mas sou mais grata ainda por todos os ensinamentos de vida nos encontros do nosso grupo de orientação. Sou grata pelo acolhimento que proporcionou a mim, quando me apresentei grávida na primeira semana de aula do mestrado, e a meu filho, em seus primeiros meses de vida. Um ato de humanidade em um ambiente que se mostra hostil para mães.

Agradeço às professoras Maria Luiza Corôa, Micheline Tomazi e Elizabeth Ruano-Ibarra, por aceitarem participar da minha banca de avaliação, mas também pelos ensinamentos ao longo do mestrado. Vocês são mulheres inspiradoras! Destaco ainda o acolhimento de Maria Luiza, que me proporcionou concluir lindamente o semestre com meu filho recém-nascido nos braços.

Minha gratidão eterna aos aquarianos Nair Rabelo e Raylton Tavares! Esta dissertação não teria saído se não fosse pelo apoio de vocês! Meu coração se enche de alegria por ter encontrado vocês na minha jornada acadêmica. Muito grata pelas parcerias, pelas leituras, pelo incentivo a continuar quando tantas vezes me vi cansada.

Agradeço às/aos colegas do grupo de orientação Cíntia Rodrigues, Cláudio Passos, Daniele Mendonça, Élide Vivan, Ingrid Ramalho, Larissa Costa, Urânia Flores, que me acompanharam nessa jornada e muito gentilmente compartilharam seus conhecimentos comigo.

Um agradecimento especial às minhas amigas Gisele Pimenta, Nair Rabelo, Roberta Freitas e Thaís Melo. Vocês são mulheres inspiradoras!

Agradeço à minha mãe, Elza, que há muito não está neste plano terrestre, e ao meu pai, João, meus maiores incentivadores. A meu marido, Paulo Eduardo, pelo apoio e companheirismo (e pelo nosso maior presente). A todos da minha família, que indiretamente me deram força para continuar. Vocês são fonte de amor!

Importante registrar um agradecimento especialíssimo a meu filho. João Paulo me acompanhou nessa jornada acadêmica ainda no meu ventre, assistiu à apresentação na disciplina de Semântica, acompanhou encontros de orientação, quando ainda podíamos nos encontrar presencialmente. João Paulo é um menino incrível, carinhoso, compreensivo e parceiro. Sinto muito orgulho ao vê-lo sentar-se a meu lado para ‘tudá’ ou riscar os livros ‘igual à mamãe’.

A vida acadêmica não é fácil. Mas também não é (e não deve ser) solitária, por isso todos os agradecimentos que fiz aqui. Ser mulher, mãe e (aprendiz de) cientista requer um esforço gigante. Ainda vivemos em uma sociedade de valores patriarcais que sustentam ambientes não amigáveis a nós. Por isso, não me envergonho em agradecer a mim, pelo meu esforço, por não ter desistido ante às inúmeras adversidades que surgiram no caminho e por ter respeitado meus momentos necessários de descanso. Essa é uma grande vitória pessoal e precisamos reconhecer nossos feitos. Seguimos na luta!

Para o João Paulo,
o menino do sorriso mais lindo,
minha fonte inesgotável de amor
e de esperança

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa que visou investigar, à luz dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), o cenário de representação de feminicídios, analisando as estratégias discursivas do jornal *Correio Braziliense* para apresentar os crimes de feminicídio – os discursos que foram apropriados; as perspectivas acerca dos casos; os gêneros jornalísticos e os estilos usados nas narrativas; os estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas. O *corpus* da pesquisa é composto por 151 textos publicados no *site* do jornal no período de 1º de março de 2015 a 31 de março de 2019, considerando como marco inicial a publicação da Lei do Feminicídio e como marco final os quatro anos da referida lei. Para a organização dos dados, foi utilizado o *software* de auxílio à pesquisa qualitativa NVivo, que proporcionou o mapeamento dos cenários de representação dos crimes de feminicídio e das imagens de vítimas e agressores/ feminicidas. Neste estudo, as categorias analíticas utilizadas foram a estrutura genérica (FAIRCLOUGH, 2003), a análise de léxico, a legitimação (VAN LEEUWEN, 2008; VAN LEEUWEN, WODAK, 1999), a interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003), além dos conceitos de normalização, normalidade e normalismo (JÄGER, 2017). Os resultados apontam para a importância de se olhar para os gêneros também por sua relação com os suportes que materializam os textos, já que as novas tecnologias mudam nossas relações sociais e que um momento da ordem do discurso (o suporte) tem o potencial de mudar a prática inteira da qual faz parte (as relações sociais, as atividades materiais). Apontam, também, que os textos jornalísticos constroem narrativas do chamado *continuum* de violência a partir da articulação de discursos machistas, patriarcais, de posse, de medo, de violência e, ao reproduzi-los, o *Correio Braziliense* filia seus textos a discursos normalizadores da violência em âmbito doméstico, contribuindo para a manutenção de um entendimento de que pouco pode ser feito para evitar a violência doméstica e o feminicídio. O veículo legitima essas narrativas ao lançar mão das fontes jornalísticas em que se baseia para colher o essencial das matérias (ou eventos) e, assim, recontextualizar os feminicídios. As escolhas lexicais indicam a culpabilização de vítimas e a pouca responsabilização de agressores/ feminicidas, reproduzindo, assim, estereótipos criados por sociedades machistas e patriarcais que consideram o corpo feminino como pertencente ao homem.

Palavras-chave: feminicídio; violência contra mulheres; *Correio Braziliense*; Estudos Críticos do Discurso.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research that aimed to investigate, in the light of Critical Discourse Studies (ECD), the scenario of representation of femicide, analyzing the discursive strategies of the newspaper *Correio Braziliense* to present femicide crimes – the discourses that were appropriated; perspectives on the cases; the journalistic genres and styles used in the narratives; the stereotypes of victims and offenders. The research corpus consists of 151 texts published on the newspaper's website from March 1st, 2015 to March 31, 2019, considering the publication of the Femicide Law as the initial milestone and the four years of the aforementioned law as the final milestone. For data organization, the NVivo qualitative research aid software was used, which provided the mapping of scenarios for the representation of femicide crimes and the images of victims and aggressors. In this study, the analytical categories used were generic structure (Fairclough, 2003), lexicon analysis, legitimation (van Leeuwen, 2008; van Leeuwen, Wodak, 1999), interdiscursivity (Fairclough, 2003), in addition to the concepts of normalization, normality and normalism (Jäger, 2017). The results point to the importance of looking at the genres also for their relationship with the supports that materialize the texts, since new technologies change our social relations and that a moment (support) of the order of discourse has the potential to change the entire social practice of which it is a part (social relationships, material activities). They also point out that journalistic texts build narratives of the cycle of violence from the articulation of sexist, patriarchal, possession, fear, violence discourses and, by reproducing them, *Correio Braziliense* affiliates its texts to normalizing discourses of violence in domestic sphere, contributing to the maintenance of an understanding that nothing can be done to prevent domestic violence and femicide. Legitimizing these narratives, the newspaper makes use of the journalistic sources on which it relies to gather the essentials of the stories and, thus, recontextualize feminicides. The lexical choices indicate the victim's guilt and the aggressor's partial absence of responsibility, thus reproducing stereotypes created by sexist and patriarchal societies that consider the female body as belonging to the man.

Keywords: femicide; violence against women; Critical Discourse Studies.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.1 Sobre a violência de gênero.....	13
1.2 Femicídio, legislação e discussões correlatas.....	18
1.2.1 Femicídio.....	19
1.2.2 Corpo feminino como território e o caso de Ciudad Juárez.....	20
1.2.3 O femicídio na legislação.....	22
1.3 Cenário do femicídio no Brasil.....	24
1.4 Sobre violência de gênero e mídia.....	30
CAPÍTULO 2 – PERCURSO TEÓRICO	33
2.1 Estudos Críticos do Discurso e estudos decoloniais.....	33
2.2 Estudos Críticos do Discurso e os estudos de gênero e mídia.....	41
2.2.1 <i>O poder da mídia</i>	41
2.2.2 <i>Mídia, gênero e os Estudos Críticos do Discurso</i>	43
CAPÍTULO 3 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	47
3.1 Apresentação e composição do <i>corpus</i>	47
3.1.1 <i>Coleta dos textos</i>	48
3.1.2 <i>Seleção do corpus</i>	51
3.2 Tratamento dos dados.....	52
3.2.1 <i>NVivo</i>	52
3.2.2 <i>Escolhas analíticas</i>	56
CAPÍTULO 4 – O CONSUMO DA INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES.....	61
4.1 Gênero-suporte e o consumo da informação.....	61
4.2 Escolhas lexicais e a construção de representações.....	68
4.2.1 <i>Agressores/ feminicidas</i>	68

4.2.2 Vítimas.....	79
CAPÍTULO 5 – RECURSOS DE LEGITIMAÇÃO DO INJUSTIFICÁVEL	93
5.1 As fontes legitimadoras da violência.....	93
5.2 Os motivos apresentados	104
5.3 A construção narrativa do <i>continuum</i> de violência de homens contra mulheres.....	114
5.4 A construção discursiva do enfrentamento à violência	121
5.5 As estratégias discursivas para abordar os crimes de feminicídio.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134

APRESENTAÇÃO

Um dos grandes desafios propostos ao Estado brasileiro é superar a violência contra mulheres, nas suas mais diversas formas: a doméstica (praticada por parceiros íntimos ou familiares), a sexual, o tráfico de mulheres, a violência decorrente de atos de racismo, lesbofobia e sexismo, entre outras práticas. Todos esses tipos de violência representam a violação dos direitos humanos das mulheres, incompatíveis com o Estado Democrático de Direito e com o avanço da cidadania. O ápice dessa violência, e foco deste projeto, é o feminicídio, o assassinato de uma mulher pelo fato de ser mulher.

A curva ascendente de casos de mulheres em situação de violência e de vítimas¹ de feminicídio aponta a necessidade de mudanças culturais urgentes em nossa sociedade. Um dos passos mais importantes para o combate à violência contra mulheres foi a publicação da Lei n. 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras disposições. No entanto, essa lei não foi suficiente para evitar o aumento da violência contra mulheres.

De acordo com o *Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres de 2015*, mais de 100 mil mulheres foram assassinadas entre 1980 e 2013. Já o *Atlas da Violência 2019* mostra que, só no ano de 2017, 4.936 mulheres foram mortas no Brasil, o que representa cerca de 13 assassinatos de mulheres por dia. Na década 2007-2017, houve aumento expressivo de 30,7% de homicídios de mulheres no país. Do total de homicídios de mulheres nesse período, 28,5% ocorreram dentro da residência, o que pode indicar serem casos de feminicídios íntimos² (decorrentes de violência doméstica).

É importante dizer que o feminicídio é a última instância da violência contra uma mulher, muitas vezes cometido por parceiro íntimo, em contexto de violência doméstica e familiar. Geralmente, é precedido de outras agressões, o que torna possível agir para evitá-lo. De acordo com a socióloga Lourdes Bandeira (2013, p. 3), o feminicídio

¹ Nesta pesquisa, a escolha pelo uso do termo ‘vítima’ para os casos de feminicídio vem do entendimento de que, na situação das notícias, a mulher foi assassinada e, portanto, assume um lugar passivo, silenciado. Seguindo esse entendimento, também uso o termo ‘vítima’ nos casos de feminicídio tentado, quando a mulher sobrevive ao ato de violência. Como veremos nesta dissertação, assassinatos e tentativas ocorrem mesmo quando a mulher ocupa um lugar ativo de rompimento do *continuum* de violência a que está submetida. Não entraremos, aqui, na discussão do uso do termo ‘vítima’ como sinônimo de uma relação de vitimização por parte da mulher.

² Feminicídio íntimo é aquele cometido por uma pessoa com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado, amante, pessoa com quem tem filhos ou filhas. Inclui-se também a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele, seja sentimental ou sexual. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017, p. 21).

representa a última etapa de um *continuum* de violência que leva à morte. Em geral, é precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural que subordina a mulher e que foi aprendido ao longo de gerações. Trata-se, portanto, de parte de um sistema de dominação patriarcal e misógino.

Considerando, então, a dimensão do problema social aqui exposto e a atuação da mídia, é relevante discutir acerca do tema, pensando em uma reflexão sobre os direitos humanos das mulheres. É o que se propõe nesta pesquisa: estudar como feminicídios são representados discursivamente em veículo de jornalismo *on-line*. Neste caso específico, as plataformas de notícias do jornal *Correio Braziliense*.

A escolha por esse veículo deve-se ao fato de o jornal *Correio Braziliense* ser o principal veículo de mídia do Distrito Federal, com publicações no formato padrão impresso e veiculação de notícias na internet. A análise abarcou textos publicados no *site* no período de 1º de março de 2015 a 31 de março de 2019, considerando como marco inicial a publicação da Lei do Feminicídio e como marco final os quatro anos da referida lei. Pela perspectiva da pesquisa qualitativa, a coleta dos textos que compõem o *corpus* foi feita pela busca da palavra-chave *feminicídio*. Dos textos que retornaram à consulta, foram selecionados aqueles que abordavam casos de feminicídio íntimo – totalizando 151 textos, organizados com o auxílio do *software* NVivo³.

O objetivo geral desta dissertação é investigar, à luz dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), o cenário de representação de feminicídios, avaliando as estratégias discursivas do veículo de mídia para apresentar os crimes – os discursos que foram apropriados; as perspectivas acerca dos casos; os gêneros jornalísticos e os estilos usados nas narrativas; e os estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas.

Para a análise, ancorada nas abordagens teórico-metodológicas dos ECD, busquei responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Quais gêneros jornalísticos são utilizados nas narrativas dos casos de feminicídio? São os esperados no suporte da plataforma digital do *Correio Braziliense* ou transgridem as expectativas genéricas?
- b) Os textos jornalísticos constroem estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas?

³ O NVivo é um *software* de apoio à análise de dados em pesquisa qualitativa.

- c) Quais discursos-estilos são apropriados nas narrativas dos casos de feminicídio? Eles tendem à espetacularização, à naturalização, à normalização da violência? Ou promovem a escandalização, a denormalização da violência?
- d) Quais as estratégias discursivas escolhidas pelo jornal *Correio Braziliense* para abordar os crimes de feminicídio? Elas podem contribuir para o combate a esse tipo de violência?

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O capítulo 1 é dedicado a contextualizar a violência contra mulheres e o feminicídio no Brasil. No capítulo 2, apresento um estudo teórico sobre os Estudos Críticos do Discurso, que embasa a investigação das construções discursivas e as representações das relações sociais em textos midiáticos. Também são abordados estudos decoloniais em ECD, estudos de gênero e de mídia, propondo um arcabouço teórico auxiliar aos ECD. No capítulo 3, descrevo o percurso metodológico e explico os passos que segui para coleta e organização dos textos, bem como para codificação e tratamento dos dados, detalhando o uso do *software* NVivo.

Realizados os estudos necessários para contextualização e suportes teórico-metodológicos, no capítulo 4 discorro sobre o uso da categoria *estrutura genérica* (Fairclough, 2003) para uma macro análise social e textual visando analisar a instanciação de gêneros discursivos na atividade, as relações sociais envolvidas e as tecnologias de comunicação empregadas. Também apresento a análise do *léxico* para investigar a construção de estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas nos textos jornalísticos.

No capítulo 5, apresento análises de narrativas dos casos de feminicídio nos textos do *Correio Braziliense*. Para isso, uso as categorias *legitimação* (VAN LEEUWEN, 2008; VAN LEEUWEN, WODAK, 1999) e *interdiscursividade* (FAIRCLOUGH, 2003) a fim de analisar as fontes convocadas a narrar os fatos e os motivos apresentados para justificar os crimes. Nesse processo, identifiquei narrativas que mostram a construção do *continuum* de violência do homem contra a mulher, que analiso também pelo léxico e sob a ótica dos conceitos de *normalização*, *normalidade* e *normalismo* (JÄGER, 2017), oriundos da escola de estudos críticos do discurso de Duisburg (Instituto de Pesquisa Social e Linguística de Duisburg – DISS). Ao final, traço as estratégias usadas pelo *Correio Braziliense* para construir as narrativas dos casos de feminicídio.

Nas considerações finais, apresento minha reflexão sobre a análise apresentada nesta dissertação e proponho colaborar com as discussões acerca da representação discursiva midiática de mulheres em situação de violência e de vítimas de feminicídio.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresento o tema da minha pesquisa, partindo da violência de gênero e o feminicídio e indo até a abordagem jornalística na cobertura desses eventos. Por ser uma pesquisa ancorada nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), meu foco está nos aspectos discursivos dos assuntos abordados. Na seção 1.1, trago os conceitos de gênero, violência de gênero e patriarcado para propor uma reflexão sobre o problema da violência contra mulheres em sua relação com as estruturas patriarcais, contextos coloniais latino-americano e brasileiro e a colonialidade do ser. Na seção 1.2, apresento o conceito de feminicídio e o percurso das discussões no legislativo que levaram à inclusão, no Código Penal, do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Na seção 1.3, apresento o cenário da violência de gênero e do feminicídio no Brasil, por meio de dados estatísticos oficiais. Por fim, na seção 1.4, trago uma reflexão acerca da abordagem da violência de gênero na mídia.

1.1 Sobre a violência de gênero

O primeiro passo para entender a violência de gênero é compreender o conceito de gênero. De acordo com a historiadora Joan Scott (1995), a palavra gênero é utilizada para se referir à organização social da relação entre os sexos, de forma a enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Por esse raciocínio, o termo gênero indica uma rejeição ao binarismo biológico homem/ mulher, macho/ fêmea, implícito no uso de palavras como ‘sexo’. É importante destacar que o sistema de relações que permeia o uso da palavra gênero pode incluir o sexo, mas não é determinado por ele, tampouco pela sexualidade.

O conceito de gênero foi necessário para explicar, então, as persistentes desigualdades entre mulheres e homens. Scott (1995, p. 86) definiu gênero a partir de duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Assim, a base para as relações desiguais estaria nas diferenças entre gêneros e não nas diferenças biológicas entre sexos.

Scott explica, ainda, que as diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são usadas como forma de legitimar relações sociais e de poder, que nada têm a ver com sexualidade:

As relações de poder entre nações e a posição dos sujeitos coloniais têm sido compreendidas (e então legitimadas) em termos das relações entre homem e

mulher. A legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender mulheres e crianças que de outro modo seriam vulneráveis), até à crença no dever que teriam os filhos de servir a seus dirigentes ou ao rei (seu pai), e ainda as associações entre a masculinidade e o poderio nacional (SCOTT, 1995, p. 92).

Para Heleieth Saffioti (2004, p. 70), gênero pode ser interpretado, também, como um “conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres”. Essas normas estão expressas nas relações dessas duas categorias sociais, e então a violência de gênero é resultado de um sistema patriarcal, que impõe desigualdades nas relações entre homens e mulheres. Essas desigualdades são construídas pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas relações sociais.

A violência de gênero, então, de acordo com Saffioti (2004), deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino. Conforme explica a autora, a violência de gênero, empregada de forma mais geral, pode ocorrer de um homem contra outro homem, ou de uma mulher contra outra mulher. No entanto, o sentido mais comum é que aconteça do homem contra a mulher. Saffioti (2004) inclui, também, no rol da violência de gênero, a violência familiar – que pode ocorrer no interior no domicílio ou fora dele, e é perpetrada por integrantes de uma mesma família extensa ou nuclear –, e a violência doméstica – aquela que atinge pessoas, que pertençam ou não à família, e “que vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor” (SAFFIOTI, 2004, p. 71). A autora destaca, ainda, que uma das características mais relevantes da violência doméstica é sua rotinização, “o que contribui, tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da relação fixada” (*idem*, p. 85).

Para Lourdes Bandeira (2014, p. 451), “[a] centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos”. Essas agressões que atingem mulheres existem (e persistem) por causa das relações assimétricas de poder nas relações interpessoais em cenários sociais e históricos.

A ação dos movimentos feministas é fundamental para o combate à violência de gênero, uma vez que retirou o problema da esfera da vida privada e familiar, “legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres” (BANDEIRA, 2014, p. 453). Os estudos feministas trazem o patriarcado (e a dominação simbólica masculina, de forma correlata) como um dos pilares da violência contra a mulher, mas é importante destacar o poder familiar no silenciamento das violências que os movimentos feministas buscam tornar públicas. Como explica Bandeira (2014, p. 459):

A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. Em outras palavras, equivale a dizer que a violência física e sexual está sendo mantida como forma de controle, já que se ancora na violência simbólica.

Segato (2006) conceitua patriarcado como uma instituição que se baseia no controle do corpo e na capacidade punitiva dos homens sobre as mulheres. Para Safiotti (2004, p. 58), patriarcado é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens, e “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”. É essa estrutura de poder, conforme explica Raquelli Natale (2020, p. 33), que leva as mulheres a “terem suas vozes constantemente desabonadas por discursos baseados no patriarcado que ‘defendem’ a submissão, a servidão, o silêncio e, principalmente, a culpabilização pelas próprias violências sofridas”.

De acordo com Rita Segato (2006), as diversas violências contra mulheres são resultado de um sistema de poder e masculinidade carregado de misoginia: o ódio e o desprezo pelo feminino. Em uma sociedade patriarcal, se atribui menor valor à vida das mulheres. Esse ódio cresce quando a mulher ousa romper com as barreiras do patriarcado e exerce autonomia sobre seu corpo, ou quando ela ocupa posições de autoridade, de poder econômico ou político, desafiando a soberania tradicionalmente masculina. Nessa visão patriarcal, ao feminicídio é dado um caráter simbólico, pedagógico, contra os movimentos dessa ‘ousadia’ das mulheres.

É nesse sentido, conforme explica Segato (2006), que entendemos os crimes de violência contra mulheres (incluindo o feminicídio) como crimes do patriarcado, que buscam manter e reproduzir o poder do homem. Esse argumento despersonaliza o agressor e demarca o caráter social dessa violência. Por esse motivo, é necessário considerar as relações de poder entre gêneros ao se analisar os casos de violência contra mulheres no Brasil e no mundo.

De acordo com o relatório da ONU Mulheres intitulado *O progresso das mulheres no mundo 2019-2020: famílias em um mundo em mudança*, em um período de 12 meses, 17,8% das mulheres do planeta (ou uma em cada cinco) com idade entre 15 e 49 anos relataram ter sofrido violências física ou sexual perpetradas por seus companheiros. A América Latina e o Caribe respondem por 11,8% dos casos. A maior porcentagem foi registrada na Oceania (sem contar com Austrália e Nova Zelândia), com 34,7% dos casos; e a menor foi registrada na Europa e na América do Norte (juntas), com 6,1% dos casos.

Por dia, 137 mulheres foram mortas por membros de sua família. Atualmente, registra-se 650 milhões de mulheres e meninas que contraíram casamento antes dos 18 anos de idade. Ao menos 200 milhões de mulheres e meninas vivem atualmente com algum tipo de mutilação genital. E 45 países não possuem leis específicas para proteger as mulheres da violência doméstica.

Esses dados mostram como a violência contra mulheres e meninas é generalizada nas famílias,⁴ “um contexto em que poder patriarcal, autoridade e controle sobre mulheres e crianças convergem. Essa violência é uma representação nítida do lado perverso da vida familiar” (ONU Mulheres, 2019, p. 175⁵). A violência contra mulheres nas famílias já é amplamente reconhecida como um fator de violação de direitos humanos, por ser uma manifestação sistêmica de desigualdade de gênero e por ser um tema de preocupação de saúde pública, ao invés de ser tratada apenas como um assunto privado ou uma patologia individual.

A força do patriarcado e o ciclo histórico da violência de gênero na América Latina ficam ainda mais evidentes quando se olha sob a perspectiva dos estudos decoloniais e da colonialidade do ser. Como explica Ballestrin (2013, p. 90), o ‘colonial’ do termo “alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais”. A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser.⁶ Maldonado-Torres (2007) explica que o surgimento do conceito de colonialidade do ser surgiu para responder às questões sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não apenas nas mentes dos sujeitos subalternos. O autor aborda a ideia da antiética de guerra para expor que o processo de colonização não só matou e escravizou os chamados inimigos, mas incluiu um “tratamento específico da sexualidade feminina: o estupro” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 138). O objeto visado no estupro é a mulher, no entanto, a colonialidade colocou pessoas racializadas (aqui se referindo a pessoas negras e indígenas) “sob a observação assassina e violadora de um ego vigilante” (*idem*).

Nesse processo, os homens negros passaram a ser vistos sob uma ótica de feminização, e a ter seus corpos como objeto de violação pelo sujeito masculino colonizador. Ou seja, não

⁴ A violência contra mulheres nas famílias assume muitas formas, como casamento precoce e forçado, mutilação genital feminina, estupro marital, coerção reprodutiva e abuso de pessoas idosas. A violência nas famílias tem consequências significativas para saúde física, sexual, reprodutiva e mental das mulheres (ONU Mulheres, 2019, p. 175).

⁵ Todas as citações diretas de textos cujas referências estão em outro idioma são livres traduções de minha autoria.

⁶ “Se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber/conhecimento tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes coloniais de pensamento, a colonialidade do ser refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130). Esse assunto será retomado no próximo capítulo, que abordará a perspectiva decolonial nos estudos críticos do discurso.

basta a tortura das ações do colonizador, o sujeito masculino colonizado é ‘rebaixado’ à condição de feminino. É como explica María Lugones (2014, p. 297),

O que tem sido entendido como “feminização” de “homens” colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as.

No contexto do sujeito subalterno, a diferença sexual é duplamente apagada. Como explica Gayatri Spivak (2010, p. 85), “a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. E se, além de ser mulher, é negra e pobre, o sujeito feminino está envolvido de três maneiras na subalternidade.

Para Maldonado-Torres (2007, p. 153), as quatro formas de diferenciação humana que mais frequentemente têm servido como meio de transgressão são gênero, casta, raça e sexualidade. O autor explica também que:

[a] ideia de raça, ou melhor, de ceticismo misantrópico maniqueísta colonial, não independe de categorias de gênero e sexualidade, pois a feminização e certo tipo de erotismo são parte fundamental dela. Argumentei aqui que a interseção entre raça, gênero e sexualidade pode ser explicada, embora em parte, por sua relação com a antiética da guerra e sua naturalização no mundo moderno/ colonial.

Nesse cenário de intersecção, Kimberly Crenshaw (1991, p. 1.296) usa esse termo “como forma de enquadrar as diferentes interações de raça e gênero no contexto da violência contra a mulher”, na interação entre racismo e patriarcado e para descrever a situação “das mulheres de cor em sistemas simultâneos de subordinação e que estão à margem tanto do feminismo quanto do antirracismo”. A autora expõe a necessidade de reconhecer as experiências das mulheres não brancas e as implicações resultantes da estratificação racial entre as mulheres. Esse conhecimento é importante para compreender os dados da violência contra mulheres que apresentarei ainda neste capítulo.

1.2 Femicídio, legislação e discussões correlatas

De forma simplificada, feminicídio é o assassinato de mulheres por sua condição de gênero⁷ feminino. É o que diz a Lei n. 13.104/2015 (também chamada de Lei do Femicídio). A lei prevê, ainda, que há condição de gênero feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e quando há menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher. Mas o feminicídio é mais do que prevê a legislação brasileira, por isso se faz importante entender o contexto que envolve as discussões sobre violência contra mulheres e feminicídio.

1.2.1 Lei Maria da Penha

Em 2006, foi publicada a Lei n. 11.340, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres. Essa lei também é conhecida como Lei Maria da Penha, em referência à biofarmacêutica Maria da Penha, que sofreu uma séria de violências perpetradas por seu então marido, além de duas tentativas de assassinato.

A Lei Maria da Penha considera a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos, manifestada pela ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral e patrimonial, podendo ocorrer no âmbito doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto.

Outro avanço promovido pela Lei n. 11.340/2006 é o estabelecimento de medidas de prevenção da violência e de assistência à mulher, além da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, responsáveis por processos, julgamentos e execuções das causas decorrentes dessas práticas de violência. Ademais, a Lei Maria da Penha estabeleceu as medidas protetivas de urgência, importante instrumento de proteção emergencial da mulher em situação de violência.

⁷ Nos termos do artigo 1º. da Lei n. 13.104/2015, feminicídio é o homicídio cometido “contra a mulher por razões da condição de *sexo* feminino” (grifo meu). A proposta inicial previa o uso da palavra ‘gênero’, mas o texto sofreu alterações durante sua tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo sido a lei aprovada com a palavra ‘sexo’ (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017). Essa retirada se enquadra nas tensões à luz da ‘ideologia’ de gênero, as quais cresceram desde as jornadas de protesto de 2013, e legitimaram os retrocessos na garantia de direitos das mulheres e LGBTIA+, especialmente sexuais e reprodutivos. Assim, aqui, optei por usar ‘gênero’, pois é necessário compreender que as desigualdades de poder entre gêneros, construídas cultural e socialmente, contribuem para repetidas violências e para o aumento de mortes violentas de mulheres.

Apesar de todas as medidas previstas na Lei Maria da Penha e em outros instrumentos legais correlatos, os dados estatísticos mostram curvas ascendentes nos índices de violência contra mulheres e de feminicídios, demandando ações urgentes e efetivas do poder público.

1.2.2 Feminicídio

Para entender o feminicídio, é necessário compreender a violência de gênero, marcada pelas desigualdades de poder entre os gêneros. A violência de gênero está enraizada nas sociedades patriarcais, que historicamente subjagam mulheres como um objeto de propriedade do homem. E por constituir a última etapa de um *continuum* de violência doméstica de homens contra mulheres (que envolve violência física, psicológica, patrimonial, entre outros tipos), o feminicídio é um crime evitável.

O termo femicídio (do inglês *femicide*) foi introduzido na teoria feminista por Jane Caputti e Diana Russel, no artigo *Femicide: sexist terrorism agaisnt women*, publicado em 1990 e republicado em versão mais extensa no livro *Femicide: the politics of woman killing* (1992), de Diana Russel e Jill Radford.⁸ O termo femicídio foi cunhado para definir os assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres. Ainda segundo as autoras, o femicídio é caracterizado por não ser um caso isolado e, sim, como já dito aqui, um ponto final no *continuum* de violências que inclui agressões físicas, verbais, psicológicas, além de privações e submissões a que uma mulher pode ser subordinada.⁹

Ao trazer o conceito de femicídio para o contexto da América Latina, a partir de discussões sobre o ocorrido em Ciudad Juárez, a antropóloga e pesquisadora mexicana Marcela Lagarde y de los Ríos transformou o termo femicídio em feminicídio,¹⁰ e “acrescentou um significado político à categoria: o de genocídio contra as mulheres, dado o seu caráter deletério e recorrente, cuja responsabilidade e prioridade política não foram nem tem sido assumida

⁸ Conforme explicado por Segato (2006), Pasinato (2011) e Bandeira e Magalhães (2019).

⁹ “O feminicídio [femicídio] é o extremo de um *continuum* de terror antifeminino que inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos, como estupro, tortura, escravidão sexual (principalmente na prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extrafamiliar, agressão física e emocional, assédio sexual (no telefone, nas ruas, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomias, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias gratuitas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (por criminalizar a contracepção e aborto), psicocirurgia, negação de comida a mulheres em algumas culturas, cirurgia cosmética e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que essas formas de terrorismo resultam em morte, elas se tornam feminicídios” (CAPUTI e RUSSEL, 1992, p. 15).

¹⁰ Há, também, uma questão linguística nisso: a tradução de *femicide*, do inglês para o espanhol, tornou a palavra homóloga a homicídio, com o significado limitado de ‘assassinato de mulheres’. A alteração para feminicídio deixaria em evidência o caráter de gênero e político (LAGARDE, 2006).

pelo(s) Estado(s) nacional(is) da região” (BANDEIRA; MAGALHÃES, 2019, p. 32). Nas palavras de Lagarde (2006, p. 223),

[q]ueríamos que fosse entendido assim, e esse é um acréscimo que fizemos à definição de Diana Russell, que, pelo menos para o México, o feminicídio é tudo o que já disse, mas também vem acompanhado de tudo o que é violência institucional que leva à impunidade, ou seja, incluímos no feminicídio a violência institucional como parte do próprio fenômeno. [...] No México, a impunidade faz parte do feminicídio e por isso partimos da definição de violência institucional, discriminação na administração da justiça, discriminação nas investigações, na perícia; em todo o processo há um aspecto profundamente misógino.

De acordo com as *Diretrizes Nacionais de Feminicídio* (ONU Mulheres, 2016), as razões de gênero podem ser identificadas nos seguintes tipos de assassinatos de mulheres: íntimo, não íntimo, infantil, familiar, por conexão, sexual sistêmico, por prostituição ou ocupações estigmatizadas, por tráfico de pessoas, por contrabando de pessoas, transfóbico, lesbofóbico, racista e por mutilação genital feminina. A esta pesquisa interessam especialmente os casos de feminicídio íntimo, definido como:

[m]orte de uma mulher cometida por uma pessoa com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s. Inclui-se a hipótese do amigo que assassina uma mulher – amiga ou conhecida – que se negou a ter uma relação íntima com ele, seja sentimental ou sexual (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017, p. 21).

O feminicídio íntimo é o tipo mais comum de feminicídio, é o tipo que representa o ato final do *continuum* de violência doméstica de homens contra mulheres. Por esse motivo, investigar as narrativas jornalísticas dos casos de feminicídio íntimo permite descobrir a construção de um *continuum* de violência a que mulheres são submetidas durante o relacionamento. São relatos de violência física, psicológica, moral, patrimonial, além de ameaças e perseguições. Todos esses relatos apontam para a possibilidade de se evitar o assassinato de mulheres e por isso se faz relevante olhar por esse viés.

1.2.3 Corpo feminino como território e o caso de Ciudad Juárez

O caso mais emblemático de feminicídio ocorreu em Ciudad Juárez, cidade fronteiriça do México com os Estados Unidos, na década de 1990. Em um período de 10 anos, cerca de 300

mulheres foram brutalmente assassinadas,¹¹ sem que as autoridades locais fizessem algo para impedir os crimes ou para descobrir e condenar os responsáveis. As vítimas eram, em sua maioria, mulheres jovens, migrantes e de origem pobre. As características das vítimas e dos crimes levaram a justificativas como crimes passionais ou violência para fins sexuais, que foram refutadas dado o enorme número de vítimas ao longo dos anos.

O *modus operandi* dos crimes representa um cenário de horror e crueldade:¹² os locais onde os corpos foram encontrados, a violência sexual cometida e as marcas deixadas nas vítimas mostram o desprezo pelo corpo feminino. Como apresenta Pasinato (2011, p. 228),

[a] tese que parece ter maior fundamento é de que os crimes ocorrem num contexto de afirmação de poder por grupos locais que se comprazem em ter controle sobre toda a situação – o que inclui o Estado, a mídia, e a população –, mas se comprazem também com o abuso e o assassinato das mulheres, dado o ritual e requinte de crueldade com que atuam.

Conforme explica Segato (2005, p. 279), “a marca do controle territorial dos senhores de Ciudad Juárez pode ser inscrita no corpo de suas mulheres como parte ou extensão do domínio afirmado como próprio”. Esses crimes de Ciudad Juárez são carregados de misoginia e, portanto, são feminicídios. Para Segato (2005, 2006), as afinidades entre corpo feminino e território nas manifestações do patriarcado e das relações de gênero ficam demonstradas na “associação permanente entre conquista territorial e estupro, tanto nas guerras pré-modernas quanto nas modernas, em todas as civilizações” (SEGATO, 2006, p. 5).

Spivak (2010) também relaciona a violência contra mulheres ao controle de território quando fala do *Jauhar*, a autoimolação grupal de viúvas de guerra dos aristocráticos *Rajput* (uma linhagem hindu poderosa), praticada por elas para se protegerem das atrocidades dos muçulmanos vitoriosos na guerra. Segundo a autora, “a autoimolação feminina diante disso é uma legitimação do estupro como algo ‘natural’ e funciona, a longo prazo, no interesse da posse genital exclusiva da mulher. O estupro grupal perpetrado pelos conquistadores é uma celebração metonímica da aquisição territorial” (SPIVAK, 2010, p. 145).

¹¹ De acordo com Pasinato (2011, p. 227), “a Comissão Nacional de Direitos Humanos reconhece que, entre 1993 e 2003, 263 mulheres foram assassinadas e 4.500 estavam desaparecidas em Ciudad Juárez e na região de Chihuahua. Já a Anistia Internacional, em seu informe, afirma que no mesmo período foram 370 assassinatos”.

¹² Aqui opto por não detalhar os crimes, como encontrado na literatura consultada, por entender que não acrescenta a este trabalho e para não revitimizar essas mulheres.

1.2.4 Femicídios de grande repercussão no Brasil e no Distrito Federal

Um dos casos de feminicídio mais significativos é o de Ângela Diniz,¹³ assassinada por seu então companheiro Doca Street, e que se tornou um verdadeiro espetáculo midiático à época. Os advogados de defesa do assassino apelaram para o argumento da legítima defesa da honra, criando uma imagem social pejorativa de Ângela Diniz em contraponto à imagem de homem ‘correto e trabalhador’ criada para seu assassino. Como mostra Blay (2008, p. 43), “[p]retendia o Defensor caracterizar Ângela por valores negativos para a parcela conservadora da sociedade”, concluindo que “*Ângela armara a mão do assassino para que a matasse*” (grifo no original).

Com a linha de defesa de que havia sido um crime de traição, o assassino recebeu uma branda condenação (em seu primeiro julgamento) e permaneceu em liberdade. No entanto, o movimento feminista, que acompanhava os acontecimentos, não admitia mais que fosse aceita a justificativa de se matar ‘por amor’ e promoveu forte mobilização pela condenação de Doca Street. Foi quando se cunhou o lema: *Quem ama não mata*, que “marcou o início de mudança na perspectiva com que as mulheres eram tratadas” (BLAY, 2008, p. 46). A reação popular resultou em condenação do réu por homicídio em novo julgamento. Por ter acontecido antes da Lei n. 13.104/2015, o assassinato de Ângela Diniz não foi legalmente considerado feminicídio. No entanto, é importante reconhecermos a condição de gênero que motivou o crime.

No Distrito Federal, um dos casos de maior repercussão na mídia foi o feminicídio da estudante de Ciências Biológicas Louise Maria Ribeiro, brutalmente assassinada em 10/3/2016 em um laboratório da Universidade de Brasília (UnB). Vinícius Neres Ribeiro, colega de curso e apontado como ex-namorado de Louise, foi preso em flagrante e confessou o assassinato, alegando rejeição como motivo para o crime. Vinicius foi condenado a 23 anos de reclusão.

Jéssyka Laynara Souza foi assassinada por seu ex-namorado Ronan Menezes, um policial militar, que também atirou contra um professor de educação física. O relacionamento deles foi marcado por vários episódios de violência. Ronan foi expulso da Polícia Militar e condenado a mais de 20 anos de reclusão.

Raphaella Noviski tinha 16 anos quando foi assassinada dentro de um colégio estadual em Alexânia/GO, a 48km de Brasília. O feminicida de Raphaella, Misael Pereira citou rejeição e ódio como motivos para o crime. Ele foi condenado a mais de 24 anos de reclusão.

¹³ O caso de Ângela Diniz foi tema do *podcast* Praia dos Ossos, da produtora Rádio Novelo, que foi publicado em 2020 e está disponível em <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/>.

Os casos de Louise Maria da Silva Ribeiro, Raphaella Noviski e Jéssyka Laynara da Silva Souza são os três com maior cobertura do *Correio Braziliense* no período definido para o *corpus*, sendo 21 textos do assassinato de Louise, 11 textos do de Raphaella, e cinco do de Jéssyka.

1.2.5 O feminicídio na legislação

As discussões sobre violência contra mulheres, no âmbito do poder público, começaram pouco antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 (a Constituição Cidadã), com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 14 de março de 1992, para “investigar a questão da violência contra a mulher” (BRASIL, 2013, p. 18). De lá para cá, outras CPI relacionadas ao tema foram instaladas, com foco em exploração sexual, tráfico de mulheres etc. Em 1994, foi realizada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que foi promulgada pelo Decreto n. 1.973/1996. A chamada Convenção de Belém do Pará, em seu artigo 1º, entende a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” e estabelece, ainda, que a “violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdade” (BRASIL, 1996).

A política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres continuou a ser construída a partir de 2004, com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e do Primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher insere-se na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, constituiu um dos mais importantes mecanismos para a elaboração e execução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres.¹⁴

Hoje, o principal instrumento legal de enfrentamento à violência contra mulheres é a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres, entre outras providências, aliada à Lei n. 13.104/2015 (“que altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e incluí-lo no rol dos crimes hediondos”).

¹⁴ Conforme histórico apresentado no Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (BRASIL, 2013).

A chamada Lei do Feminicídio é resultado de uma ampla discussão sobre violência de gênero promovida pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, instalada pelas duas casas do Congresso Nacional em 2011. A comissão percorreu as 27 unidades da federação e se deparou com inúmeros casos de mortes e assassinatos, crueldades, torturas, desaparecimentos, sequestros, cárceres privados e outras formas de violência.¹⁵ O relatório final da CPMI, publicado em julho de 2013, concluiu, então, que as mulheres são mortas por serem mulheres. Daí a necessidade de um instrumento legal específico para caracterizar o homicídio sob a perspectiva de gênero.

Assim, em 2015, o Brasil foi o 16º país da América Latina e Caribe a ter uma lei para tipificar o crime de feminicídio. O primeiro foi a Costa Rica, em 2007, e o mais recente foi o Uruguai, em 2017. Atualmente, 18 países da América Latina e Caribe já tipificaram o feminicídio em seus respectivos códigos penais.¹⁶

Esse cenário também mostra que o feminicídio é um crime evitável, uma vez que o Estado tem a função de elaborar medidas de responsabilização, proteção, reparação e prevenção da violência contra mulheres.

1.3 Cenário do feminicídio no Brasil

Segundo dados divulgados no *Atlas da Violência 2020* – produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) –, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2018, ou seja, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no país. Esse dado representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. No comparativo com o ano de 2017, essa taxa segue a tendência de redução da taxa geral de homicídios e apresenta queda de 9,3% no período.

Embora tenha havido uma tendência de redução da violência letal contra mulheres na comparação de 2018 com anos mais recentes, dados do Ipea mostram que, em um período mais longo de tempo, houve crescimento nas taxas de homicídios de mulheres no Brasil: entre 2008 e 2018, o aumento de assassinatos de mulheres foi de 4,2%. Há estados em que as taxas de homicídios de mulheres sofreram aumento expressivo, como Ceará (aumento de 278,6%), Roraima (aumento de 186,8%) e Acre (aumento de 126,6%). Por outro lado, houve grande

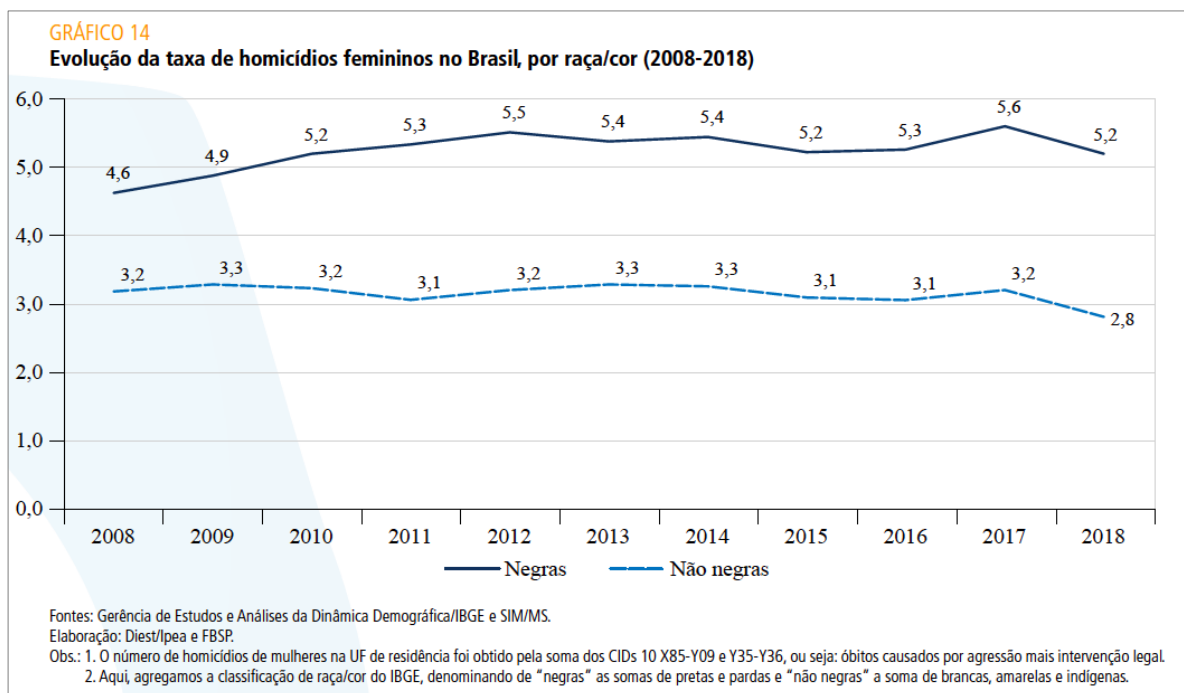
¹⁵ Depoimentos, dados, registros e demais informações estão no Relatório final da CPMI.

¹⁶ São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

redução na taxa de homicídio de mulheres nos estados do Espírito Santo (redução de 52,2%) e de São Paulo (redução de 36,3%).

Ao se considerarem os marcadores de gênero e raça na violência, os dados escancaram as diferenças sociais entre mulheres negras e não negras.¹⁷ No período entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, enquanto a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no país eram negras. A taxa de mortalidade entre mulheres não negras nesse ano foi de 2,8 por 100 mil, e chegou a 5,2 por 100 mil entre as negras. A seguir, o gráfico evolutivo da taxa de homicídios de mulheres no Brasil, por raça/cor (2008-2018):

Imagem 1: Gráfico da evolução da taxa de homicídios de mulheres no Brasil, por raça/cor



Fonte: Reprodução do *Atlas da Violência 2020*, p. 37.

O Atlas da Violência utiliza dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS)¹⁸, cujas informações são alimentadas com base nas declarações de óbito. Por esse motivo, questões relativas à tipificação penal e à investigação criminal não compõem o banco de dados desse sistema. No entanto, é pacífico na literatura sobre feminicídio

¹⁷ Para esses dados, o relatório considerou a classificação de raça/cor do IBGE, denominando de "negras" as somas de pretas e pardas e "não negras" a soma de brancas, amarelas e indígenas.

¹⁸ O Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) é um sistema de vigilância epidemiológica nacional, que tem por objetivo captar dados sobre os óbitos do país a fim de fornecer informações sobre mortalidade para todas as instâncias do sistema de saúde. Esses dados são repassados pelas secretarias de saúde municipais e estaduais com base nas informações contidas nas declarações de óbito.

e violência de gênero que grande parte dos homicídios ocorridos nas residências é de autoria de pessoas conhecidas ou íntimas da vítima.¹⁹ Assim, com base nessa premissa, o *Atlas da Violência 2020* assume que os registros de homicídio de mulheres ocorrido nas residências são feminicídios. No entanto, o Atlas continua nomeando os assassinatos de mulheres por homicídio, e não feminicídio. Destaco que há casos de feminicídio praticados por pessoas íntimas que ocorrem fora da residência da vítima, tais como local de trabalho, escola/ universidade, passeio público.

No decênio 2008-2018, a taxa de homicídios de mulheres ocorridos dentro da residência da vítima registrou aumento de 8,3%. Já a taxa de homicídios fora da residência registrou aumento de 3,4%. Considerando os homicídios ocorridos na residência como *proxy* de feminicídio, os dados apontam que 30,4% dos homicídios de mulheres registrados em 2018 teriam sido feminicídios – isso representa crescimento de 6,6% em relação ao ano de 2017.

Outro documento que ajuda a entender o cenário de violência contra mulheres é o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, do FBSP. O anuário compila e registra dados²⁰ de registros policiais sobre criminalidade, entre outras informações sobre segurança pública, e, por esse motivo, traz dados mais reais sobre os feminicídios cometidos no país.

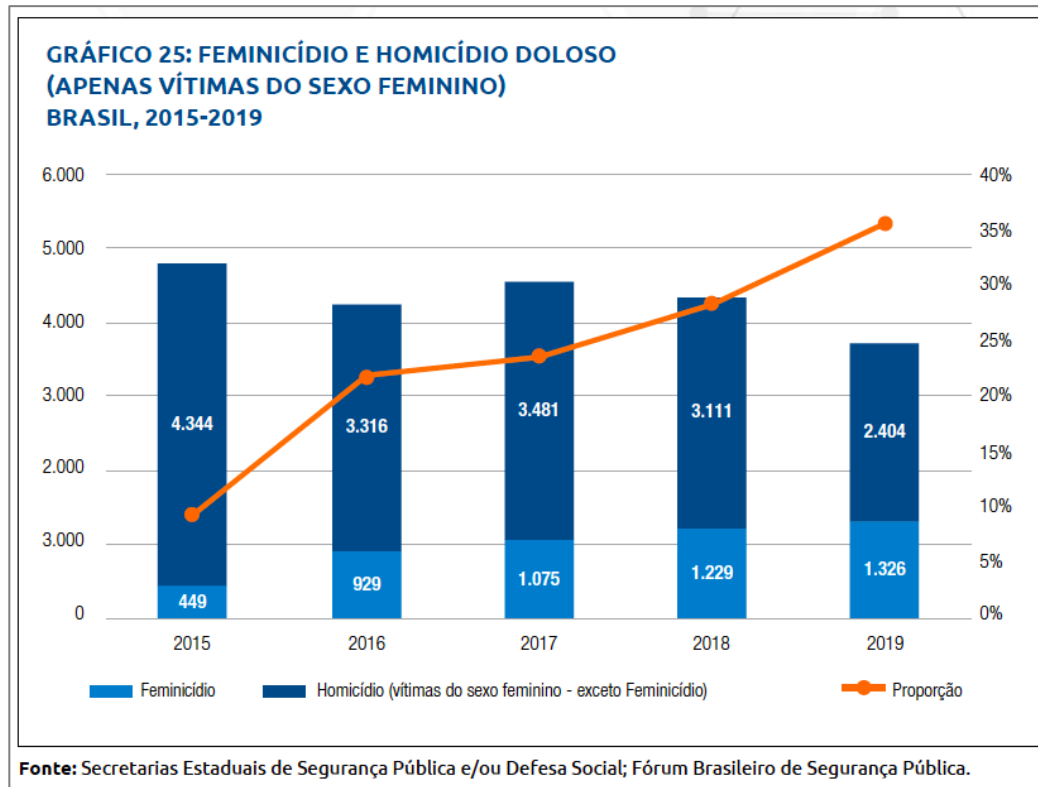
De acordo com a edição de 2020 do *Anuário Brasileiro*, em 2019 foram registrados 1.326 casos de feminicídio – crescimento de 43% em relação a 2016 (primeiro ano completo da Lei do Feminicídio). Mesmo com a redução nos homicídios totais em 2018 e 2019, o número de registros de feminicídio continuou a subir. A proporção de feminicídios em relação ao total de casos de homicídios com vítimas mulheres foi de 22% em 2016 para 36% em 2019. No entanto, esse aumento pode ser um indicador de melhoria da notificação deste tipo de crime pelas autoridades policiais. Exemplo disso é a Polícia Civil do Distrito Federal, que lançou Protocolo de Investigação e Realização de Perícias nos Crimes de Feminicídio no Âmbito do DF em 2017 e, desde então, toda morte violenta de mulher no DF é tratada como feminicídio.²¹

¹⁹ Nessa linha de raciocínio, Nader (2016, p. 98) explica “Legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, a dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, considerada necessária para a manutenção da família e do bom funcionamento da sociedade.”

²⁰ O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública.

²¹ De acordo com esse protocolo, o investigador deverá partir do princípio que a morte daquela mulher teve como motivação violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O protocolo deverá, também, ser aplicado a mortes violentas consumadas e tentadas, a suicídios, mortes aparentemente acidentais e desaparecimentos de mulheres. Em 2020, o protocolo foi alterado para incluir os assassinatos de mulheres transgênero como feminicídio. As orientações desse documento estão, também, nas Diretrizes Nacionais de Feminicídio (ONU Mulheres, 2016).

Imagem 2: Gráfico comparativo entre feminicídio e homicídio doloso de mulheres – 2015-2019

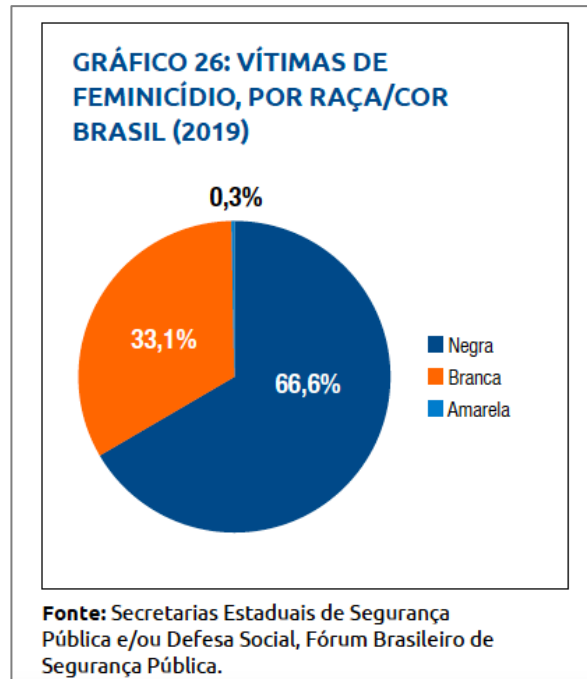


Fonte: Reprodução do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, p. 119.

Cabe ressaltar, que, em muitos estados, a tipificação de feminicídio ainda depende de interpretação da autoridade policial no registro inicial da ocorrência. Essa interpretação pode ser modificada ao longo da investigação. Em alguns estados, é possível retificar o registro original para constar a tipificação de feminicídio. Assim, as estatísticas que se baseiam nesses dados refletem um cenário mais próximo da realidade. No entanto, não existem diretrizes nacionais claras nesse sentido, não sendo possível saber quantos e quais estados retificam seus registros originais.

Outro dado alarmante exposto pelo *Anuário Brasileiro* é o de assassinatos de mulheres negras: em 2019, elas representaram 66,6% das vítimas de feminicídios. Chama atenção, ainda, que as mulheres negras formam 52,4% da população feminina nos estados que compõem a base de dados. Essa discrepância indica a extensão da vulnerabilidade a que as mulheres negras estão submetidas. Além da violência de gênero, essas mulheres são vítimas do racismo: é uma sobreposição de vulnerabilidades. Somente um olhar interseccional, que abarque todos os eixos de opressão, pode contribuir para ações de combate à violência contra mulheres e para a promoção de equidade.

Imagem 3: Gráfico de vítimas de feminicídio, por raça/cor (2019)



Fonte: Reprodução do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, p. 120.

Para esse cenário, a pesquisadora Raquelli Natale apresenta, em sua pesquisa de doutorado, o conceito de *femirracídio*.²² Segundo Natale (2019, p. 263),

[a] nomenclatura *femirracídio* foi criada para designar a morte de mulheres negras em decorrência da violência de gênero e objetiva, além de nomear esse tipo de morte, dar visibilidade aos altos índices de homicídios de mulheres negras em todo o mundo e, especialmente, no Brasil, que ocupa o quinto lugar no *ranking* de países com mais feminicídios.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19²³, que obrigou o mundo a adotar o isolamento social, entre outras medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus. A presença maciça das pessoas em suas casas impactou nos casos de violência doméstica e familiar. O Anuário 2020 apresenta dados comparativos dos primeiros semestres de 2019 e 2020. Os casos de homicídio doloso cujas vítimas são do sexo feminino passaram de 1.812 no primeiro semestre de 2019 para 1.848 no primeiro semestre de 2020. Já os casos de feminicídio passaram de 636 no

²² Esta pesquisa não se aprofundará na discussão sobre *femirracídio* porque os dados do *corpus* não apresentam, de forma explícita, informações socioeconômicas e raciais das vítimas que sustentem uma análise por essa ótica. No entanto, cabe ressaltar que a omissão dessas informações é, também, uma forma de apagamento das mulheres negras, das mulheres pobres, daquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade às ações de violência social e íntima. Esse tema merece maior atenção em estudos futuros.

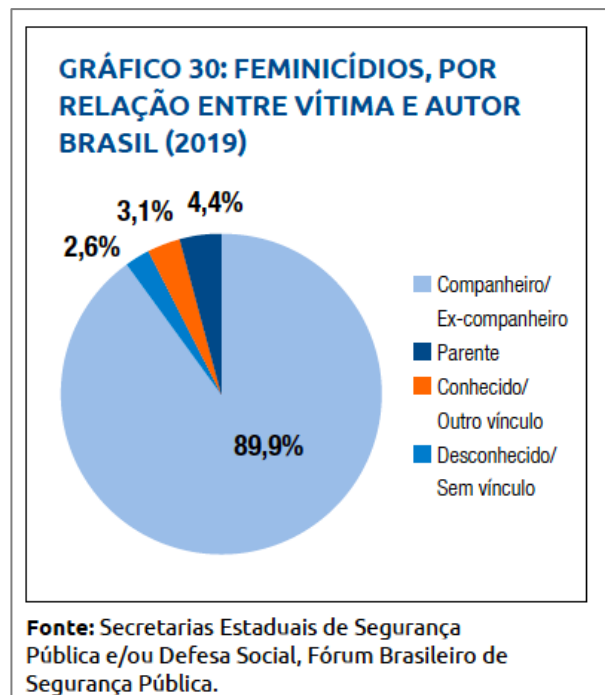
²³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (Fonte: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em 3/5/2021). Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia, situação que perdura até a data de defesa desta dissertação.

primeiro semestre de 2019 para 649 no primeiro semestre de 2020. Em ambos os casos, a variação foi de 2%.

Olhando apenas para esses dados, pode-se imaginar que a pandemia não provocou impacto negativo. No entanto, ao analisar todo o contexto de violência, o Anuário 2020 identificou redução no registro de crimes relacionados a violência de gênero, doméstica e familiar. Dessa forma, é possível entender que houve aumento da subnotificação desses tipos de crime, tendo em vista que as medidas de distanciamento social podem ter aumentado a dificuldade das mulheres em situação de violência em realizar as denúncias.

O Anuário 2020 traz, ainda, estatísticas de feminicídio por faixa etária das vítimas, por instrumento empregado, por tipo de local do crime (com 58,9% dos crimes ocorridos na residência da vítima) e por relação entre vítima e autor de crime. Nesse último caso, os registros mostram que os feminicídios são cometidos principalmente por pessoas próximas às vítimas (89,9% por companheiros ou ex-companheiros; e 4,4% por parentes).

Imagem 4: Gráfico de feminicídios, por relação entre vítima e autor (2019)



Fonte: Reprodução do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, p. 122.

No Distrito Federal, dados²⁴ da Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF) apontam que, até junho de 2021, 137 mulheres foram vítimas de feminicídio, e outras 337 mulheres sofreram

²⁴ Disponíveis em <http://www.ssp.df.gov.br/violencia-contra-a-mulher/>

tentativa de feminicídio. Os relatórios da SSP/DF apresentam, ainda, informações sobre o perfil de vítimas e de autores, e características dos crimes (motivação, relação interpessoal entre vítima e autor, antecedentes criminais do autor, local da agressão, tipos de armas, cútis das vítimas).

1.4 Sobre violência de gênero e mídia

De acordo com Bandeira (2014), foi a partir do final da década de 1970 que os assassinatos de mulheres cometidos por seus (ex-)maridos/companheiros começaram a ganhar visibilidade midiática e das autoridades, principalmente aqueles ocorridos na classe média. Foi nessa época que a militância feminina começou a se mobilizar e a demandar políticas públicas de proteção e de combate à violência contra mulheres.

O espetáculo midiático sobre o caso de Ângela Diniz é emblemático. De acordo com Blay (2008, p. 46), a ampla cobertura do caso provocou uma polêmica *contra* os Direitos Humanos das mulheres, com jornalistas de renome – homens, cabe destacar – mostrando-se indignados com as feministas e as manifestações públicas que “pré-condenaram o réu” e que transformaram uma “briga entre amantes em acontecimento nacional”. A autora cita ainda uma reportagem publicada às vésperas do julgamento, que

reflete posições ainda acatadas por parte da sociedade brasileira da época. O ciúme, mesmo de uma ex-amante, era razão bastante para condenar à morte a “mulher infiel”. A mulher tornava-se propriedade eterna do homem com quem, um dia, tivera algum relacionamento. A morte era o castigo merecido por romper tais vínculos (BLAY, 2008, p. 47).

Os meios de comunicação são um dos principais instrumentos de propagação de informação e de construção de ideologias dominantes. Por esse motivo, são capazes de controlar a (re)produção de crenças, normas e valores sociais, de acordo com seus interesses, como explicam Tomazi, Rocha e Ortega (2016). E é assim que o discurso jornalístico se mostra um instrumento para legitimar as relações de poder de uma sociedade patriarcal e machista. Como explicam as autoras, a mídia é uma das principais elites simbólicas, e

os estereótipos que as instituições constroem, como fontes legitimadas discursivamente, são reproduzidos pela mídia e, portanto, constituem-se como discursos autorizados por essas práticas institucionais e validados pela mídia (TOMAZI, ROCHA e ORTEGA, 2016, p. 47).

Fazendo referência a Boldt (2013), Tomazi (2019) explica, ainda, que os meios de comunicação têm esse importante papel na formação da opinião de leitoras e leitores, porque, por meio da linguagem, propagam ideologias de forma implícita e reforçam práticas sociais privilegiadas em desfavor de grupos minoritários. Um exemplo é que esses grupos são, costumeiramente, apresentados nas notícias de forma estereotipada ou preconceituosa, em um processo de naturalização que tende a perpetuar as diferenças sociais e culturais.

Frequentemente, esses estereótipos²⁵ aparecem logo nas manchetes das notícias, que são visualizadas em primeiro plano por quem lê o jornal ou acessa um portal de notícias. Como explica Van Dijk (2018, p. 145), “os títulos sumarizam as informações mais importantes de uma notícia e, portanto, também expressam seu tópico principal”. Assim, o jornal pode, já de antemão, ocultar ou reforçar características positivas ou negativas dos grupos dominantes ou de minoria. No caso dos crimes de violência contra mulheres e feminicídio, é comum encontrar construções tendenciosas que estereotipam o homem como vítima e a mulher como culpada pela violência sofrida, reforçando uma imagem positiva do homem e negativa da mulher, conforme alguns exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa.

Quadro 1: Exemplos de manchetes retiradas do *corpus* da pesquisa

1	Preso acusado de matar ex-namorada por não aceitar fim de relacionamento ²⁶
2	Inconformado com fim do namoro, PM mata ex com 14 tiros em Itaquera ²⁷
3	Homem mata ex a facadas após prisão por Lei Maria da Penha ²⁸
4	Homem mata amante grávida porque ela se negou a fazer aborto ²⁹
5	Homem mata ex-mulher e filho de 7 meses por causa de tapa no rosto ³⁰
6	Mulher se nega a fazer sexo com marido e tem 80% do corpo queimado ³¹

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de textos do *corpus*

²⁵ A noção de estereótipo é entendida aqui como um conceito ou imagem padronizada, preconcebida e generalizada estabelecida pelo senso comum, que pode reduzir as pessoas a poucas características. A estereotipação pode funcionar, então, como um instrumento de manutenção das relações desiguais de poder. É importante ainda destacar o que explica Ramalho (2020, p. 54): “Reconhecer a existência de estereótipos que circulam socialmente não implica considerá-los como estáticos. Representações cristalizadas são passíveis de mudanças. Entendo que isso é parte do esforço de analistas do discurso: reconhecer representações ideológicas que sustentam hegemonias a fim de refletir sobre meios de superá-las.”

²⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/28/interna_cidadesdf,533814/preso-acusado-de-matar-ex-namorada-por-nao-aceitar-fim-de-relacionamen.shtml

²⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/12/interna-brasil,564724/inconformado-com-fim-do-namoro-pm-mata-ex-com-14-tiros-em-itaquera.shtml>

²⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/26/interna-brasil,591424/homem-mata-ex-a-facadas-apos-prisao-por-lei-maria-da-penha.shtml>

²⁹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/06/08/interna-brasil,601185/homem-mata-amante-gravida-porque-ela-se-negou-a-fazer-aborto.shtml>

³⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/14/interna-brasil,665949/homem-matar-ex-mulher-e-filho-de-sete-meses-por-caoa-de-tapa-no-rostho.shtml>

³¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/18/interna_cidadesdf,666891/mulher-se-recusa-a-fazer-sexo-e-marido-ateia-fogo-na-casa.shtml

As manchetes 1 e 2 focalizam o fim do relacionamento como motivo para o assassinato. Isso indica um comportamento patriarcal do homem, que não aceita que a mulher se desvincule dele. Ainda na manchete 2, o homem é descrito como ‘inconformado’, o que leva a uma ideia de desresponsabilização do homem pelo ato cometido por ele. A manchete 3 destaca que o motivo para o crime foi uma prisão com base na Lei Maria da Penha – lei que tem o intuito de proteger as mulheres da violência doméstica. Sugere, ainda, um ato vingativo contra a ex-companheira, quem ele julga responsável por sua prisão. É assim, então, que a manchete leva ao entendimento de que a vítima foi a causadora da sua própria morte.

Nas manchetes 4, 5 e 6, a mulher novamente é representada como responsável pela violência implicada contra ela. Em 4, ela “se negou a fazer aborto” – além de ser algo contra a vontade da mulher, o aborto somente é autorizado pela legislação brasileira em casos específicos. Aqui, o homem tentou impor sua vontade sobre a mulher – numa evidente ação de objetificar o corpo da mulher como sua propriedade – e, não sendo atendido, ceifou a vida dela. Em 5, “por causa de tapa no rosto”, motivo fútil. A mulher é representada como alguém que foi responsável por sua morte e pela morte do filho de 7 meses por ter batido no rosto do homem. Aqui há o direcionamento de que foi uma ação da mulher que levou a uma reação homem. Em 6, a mulher “se nega a fazer sexo com o marido”. O patriarcado alimenta a crença de que o sexo é um dos deveres maritais que a mulher casada tem. A negativa reforça a escolha consciente da mulher em não fazer sexo com seu marido. Dessa forma, a manchete cria a imagem de má esposa que não cumpre com suas obrigações, sendo responsável, assim, pela agressão sofrida.

Por isso, as notícias constituem um importante instrumento, também, para se acompanhar as mudanças e permanências verificadas na sociedade brasileira em relação à violência contra a mulher, como explica Maria Beatriz Nader (2016), uma vez que a mídia tem relação tanto com a cultura histórica quanto com o tempo presente.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO TEÓRICO

Neste capítulo, trago uma discussão sobre os pressupostos teóricos que orientam e sustentam a pesquisa apresentada nesta dissertação. Na primeira seção, apresento as características dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), partindo das teorias eurocêntricas até chegar aos estudos decoloniais do ser, do saber e do poder, e assim propondo um diálogo entre as epistemologias do Norte e do Sul. Na segunda seção, abordo a interseção entre estudos de gênero e de mídia e os Estudos Críticos do Discurso.

2.1 Estudos Críticos do Discurso e estudos decoloniais

Seguindo a perspectiva de van Dijk (2018), adoto a designação Estudos Críticos do Discurso (ECD) por entender que essa abordagem é mais adequada para investigar como atores sociais usam recursos semióticos para confrontar os modos de representar (discursos), de agir (gêneros) e de ser (estilos) em contextos opressores, de desigualdades, e socialmente injustos. O campo dos Estudos Críticos do Discurso é heterogêneo, com uma gama variada de abordagens. Minha escolha é por me alinhar aos ECD pela abordagem dialético-relacional (Norman Fairclough, Lilie Chouliaraki, Viviane Vieira, Viviane Resende, entre outras), mas não apenas. Alinho-me, também, às teorias de Theo van Leeuwen, Teun van Dijk e Margarete Jäger.

Van Dijk (2018) argumenta que, embora o termo Análise de Discurso Crítica (e seu original em inglês *Critical Discourse Analysis*) seja amplamente adotado, ele prefere propor uma mudança para Estudos Críticos do Discurso (ECD/*Critical Discourse Studies*). Segundo o autor, a principal razão para essa mudança é que os ECD não são um método de análise do discurso. Para van Dijk (2018), os ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos das pesquisas. Raylton Tavares e Viviane Resende (2021, p. 84) argumentam que essa proposta, no entanto,

não significa que aspectos teóricos consistentes e metodológicos coerentes não devam ser uma preocupação nodal a qualquer projeto de pesquisa na área. Ao contrário, significa que, não havendo teorias unificadas e métodos apriorísticos, cada estudo deve se debruçar conscientemente sobre os dilemas teóricos e metodológicos que se apresentam, nem sempre de forma claramente delimitável: qual é o limite exato entre teoria e método?

Fairclough (2016) constrói sua Teoria Social do Discurso partindo da premissa de que a linguagem é uma prática social, e isso tem várias implicações. Uma delas é que o discurso é

um modo de ação – como pessoas podem agir sobre o mundo e sobre outras pessoas – e de representação. Outra é a relação interna de linguagem-sociedade, a relação transformacional entre evento, prática social e estrutura social, e a relação dialética entre os momentos da prática. O discurso, para Fairclough (2016, p. 95), é “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Assim, essa perspectiva de linguagem como parte da vida social pressupõe que questões sociais são também questões discursivas, mas não se limitam ao discurso. A prática social realiza-se no evento discursivo, da mesma forma que o texto. A vida social é, então, mediada por textos.

As práticas sociais se articulam com as diversas áreas da vida social. Dessa forma, os Estudos Críticos do Discurso se constituem em uma “prática teórica crítica capaz de investigar, por meio do discurso, problemas sociais ligados ao poder, à dominação, à discriminação, às diferenças de acesso a bens materiais e simbólicos na sociedade” (RESENDE, 2012). Por esse motivo, os conceitos de ideologia e hegemonia são tão relevantes para os ECD, como mostrarei mais à frente.

Para van Leeuwen (2008), as práticas sociais constituem-se de participantes, ações, performances, estilos de apresentação, tempos, espaços, localizações, recursos (materiais e ferramentas) e condições de elegibilidade para todos eles. Discursos recontextualizam as práticas sociais; a recontextualização sempre envolve transformação, e o que exatamente é transformado depende de interesses, metas e valores do contexto no qual a prática é recontextualizada (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999).

Vieira e Resende (2016) explicam que os Estudos Críticos do Discurso são uma abordagem científica multidisciplinar, que tem a linguagem como parte indissociável da vida social – junto a crenças, valores, ideologias, atividade material, relações sociais, instituições, posições. Dessa forma, as pesquisas em ECD têm se mostrado úteis para a investigação do mundo social, que se constrói e se projeta em manifestações discursivas. Isso porque, segundo Resende (2017, p. 12), “os textos que formulamos – parte fundamental dos modos como agimos na sociedade – não apenas são efeitos das situações sociais imediatas em que ocorrem, mas também têm efeitos sobre elas”.

O surgimento dos ECD (na vertente inglesa) pode ser entendido como um avanço teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Halliday, e da Linguística Crítica. A Linguística Sistêmico-Funcional aborda a linguagem de uma perspectiva semiótica dentro de um contexto sociocultural e propõe existência de componentes funcionais em sua estrutura – ideacionais, interpessoais e textuais. A Linguística Crítica se vale da LSF para propor uma visão crítica das relações estabelecidas entre texto, poder e ideologia (MAGALHÃES et al,

2017). No caso da vertente de Fairclough, há, ainda, o diálogo com o Realismo Crítico. Nessa perspectiva, o mundo é um sistema aberto, em constante mudança e constituído por diferentes domínios: potencial, realizado e empírico (VIEIRA; RESENDE, 2016).

O desenvolvimento dos ECD levou a modelos para um estudo situado do funcionamento da linguagem na sociedade, por isso a centralidade no conceito de discurso, como apontam Vieira e Resende (2016). A linguagem – parte irreduzível da vida social – constitui um recurso importante tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação quanto para contestar e superar tais problemas. Assim, interessa aos Estudos Críticos do Discurso “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)” (WODAK, 2004, p. 225). Por isso, mostra-se útil investigar a violência de gênero à luz dos ECD, já que, como mostrei no capítulo anterior, a violência de gênero é caracterizada pelas relações assimétricas de poder entre os gêneros e suas consequências.

O material empírico dos Estudos Críticos do Discurso é o texto, considerando tanto as condições de produção, distribuição e consumo quanto seu funcionamento em práticas sociais particulares. Viviane Resende e Pilar Acosta (2018, p. 427) apontam, ainda, que

[q]ualquer ato comunicativo constitui texto, estando compreendidos desde textos escritos – textos de jornais, livros, publicidade, entre muitos outros – ou textos orais – conversas, aulas, programas de televisão, entre muitos outros – até textos multimodais, que se utilizam de diferentes modalidades de linguagem (verbal escrita, verbal oral, imagética estática, imagética dinâmica, musical etc.) em sua composição.

Por ter base em análises linguísticas situadas, os ECD são encarados por Fairclough (2016) como Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Vieira e Resende (2016, p. 23) mostram que o propósito das análises é “mapear conexões entre escolas de atores sociais e grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder”.

Os ECD pesquisam o discurso como um momento de toda prática social. Como mostram Lilie Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), as práticas sociais são “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo”. As práticas sociais se localizam em redes de práticas, mantidas por relações sociais de poder. Chouliaraki e Fairclough (1999) utilizam uma visão do poder como dominação, e lançam mão do conceito de hegemonia de Gramsci para enfatizar a importância da ideologia para alcançar e manter as relações de dominação. Essas relações de poder e dominação são encontradas nos casos de

violência contra mulheres e feminicídio, e, considerando essas relações, entendo ser pertinente o uso dos Estudos Críticos do Discurso para investigar a representação midiática de feminicídios.

Para fundamentar a concepção de linguagem como prática social, os ECD consideram as noções de ‘discurso’, ‘poder como hegemonia’ e ‘ideologia’. Esses conceitos são relevantes porque apontam tanto para as instanciações discursivas quanto para as práticas sociais a elas associadas. Wodak (2004, p. 237) propõe que a linguagem classifica e expressa o poder, e está presente onde há disputa por poder. Dessa forma, a linguagem pode ser usada para desafiá-lo, constituindo, assim, um meio articulado para construir diferenças de poder e estruturas sociais hierárquicas. Os Estudos Críticos do Discurso estão interessados, então, em como as estruturas linguísticas são usadas para a realização e a manipulação do poder.

Os textos jornalísticos são um importante instrumento de uso da linguagem para a manutenção (ou até mesmo para a contestação) das estruturas sociais hierárquicas e dos discursos de poder. Analisar as narrativas jornalísticas e como a mídia representa o feminicídio pode contribuir para o entendimento dessas relações desiguais de poder.

Vieira e Resende (2016) lembram que, para os ECD, o poder é temporário e que, por isso, relações assimétricas de poder são passíveis de mudança e superação. É o que define o conceito de poder como hegemonia, de Gramsci. Ainda segundo as autoras,

o conceito de poder como hegemonia, conquistado mais pelo consenso que pelo uso da força, reforça a relevância das ideologias, veiculadas pelo discurso. Parte das lutas hegemônicas é a luta da instauração, sustentação, universalização de discursos particulares (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 27).

Para essa versão dos ECD em torno do trabalho de Fairclough, ideologia é um conceito inerentemente negativo. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 27), “ideologias são construções de uma prática relacionada à dominação que são determinadas por relações discursivas específicas entre a prática e outras”. São, então, um instrumento semiótico de lutas de poder, e servem para “estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 2011, p. 77). Os meios de comunicação são instrumento propagador de ideologias. As narrativas jornalísticas podem se afiliar a vertentes e perspectivas discursivas que reforçam práticas sociais privilegiadas ou de naturalização da violência de gênero, por exemplo.

Com base em ideias de Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), Vieira e Resende (2016, p. 18) explicam que discurso é o “momento integrante e irreduzível das práticas sociais que envolve a semiose/ linguagem em articulação com os demais momentos das

práticas: fenômeno mental, relações sociais e mundo material”. Fairclough (2003, p. 26, 27) mostra que discurso tem dois significados: um mais abstrato, em que a linguagem é um momento irreduzível da vida social, e um mais concreto, o modo particular de representar parte do mundo. O autor entende, ainda, existir “diferentes maneiras de representar aspectos do mundo”, e propõe para a análise discursiva a observação de três significados, o representacional, o identificacional e o acional. Retomando a proximidade dos ECD com a LSF, Resende (2017, p. 14) aponta que

[a] proposição de Fairclough dos três significados do discurso – acional, representacional e identificacional – e dos elementos a eles associados – respectivamente gêneros, discursos e estilos – como momentos internos do momento discursivo de práticas sociais decorre da reconfiguração das metafunções da linguagem delineadas por Halliday na linguística sistêmica funcional.

De acordo com Fairclough (2003), gêneros, discursos e estilos são os principais elementos das ordens do discurso, que, por sua vez, são entendidas como o elemento discursivo do potencial das práticas. Em outras palavras, as ordens de discurso são formadas, então, por gêneros – que são os tipos de linguagem ligadas a uma atividade social particular –, discursos – tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular –, e estilos – tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua identidade (Chouliaraki & Fairclough, 1999).

Refletindo sobre a estreita relação entre identificação e representação, e a relevância do suporte também como elemento estruturante do potencial semiótico acional, Resende (2017) propôs os conceitos de gênero-suporte e discurso-estilo, para reformular os conceitos de gênero, discurso e estilo de Fairclough. Sobre esses conceitos muito caros à investigação que ora se projeta, Resende (2017, p. 31) propõe que

são centrais os conceitos de gêneros, discursos e estilos, que, transitando entre o linguístico e o social, permitem o foco no significado. Para Fairclough (2003), esses três elementos são constituintes das ordens de discurso, e eu concordo com ele. Mas preferi (...) reordená-los em apenas dois (discurso-estilo e gênero-suporte), enfatizando, por um lado, a estreita relação entre identificação e representação, e, por outro, a relevância do suporte também como elemento estruturante do potencial semiótico acional.

Para essa reordenação, Resende (2017) considerou que identificação e identidade se vinculam, em texto, a discursos particulares e que, por isso, discurso e estilo devem estar teoricamente interligados. Quanto ao segundo, a autora viu necessário enfatizar a relevância da

noção de suporte, considerando que as tecnologias discursivas e os meios de suporte (tais como revistas, jornais, programas de televisão, sites, conversas) possibilitam a dispersão de gêneros materializados em textos. Acosta e Resende (2014, p. 134) explicam, ainda, que os suportes são entendidos “como espaço social do discurso, no sentido de que são socialmente construídos, respondendo a interesses e propósitos particulares e assim funcionando nas práticas sociais”. Essa reordenação em discurso-estilo e gênero-suporte motivou questões de pesquisa que serão apresentadas nas seções analíticas desta dissertação – como os textos trazem as representações dos casos de feminicídio e de seus atores (discurso-estilo) nas narrativas jornalísticas da mídia digital (gênero-suporte).

Como dito no início desta seção, a teoria que embasa esta pesquisa é ancorada na proposta dialético-relacional proposta inicialmente por Norman Fairclough. No entanto, faz-se necessário reconhecer as contribuições de autoras e pesquisadoras ambientadas no contexto da América Latina. A perspectiva decolonial nesta área é importante, uma vez que os ECD tratam de superação de hegemonias e, como mostra Ramalho (2020, p. 54),

[t]ratar da superação de hegemonias sem considerar que, ainda hoje, as epistemologias do Norte global ainda são frequentemente consolidadas no campo acadêmico enquanto as epistemologias de países do Sul precisam frequentemente se legitimar é contraditório.

A relação entre linguagem e poder é ponto crucial para os Estudos Críticos do Discurso e, por isso, pesquisas que seguem essa abordagem tem-se voltado para “os discursos institucional, político, de gênero social e da mídia, pois são os que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito” (WODAK, 2004, p. 224). A violência de gênero – que encontra seu ápice no feminicídio – é um problema social que precisa ser combatido em nossa sociedade, e debater esse assunto se faz urgente, já que mulheres são mortas pelas desigualdades de gênero, pela forma como a violência de gênero é naturalizada e normalizada.

Estudos decoloniais e os ECD

Nesta seção, escolhi voltar meu olhar para as produções epistêmicas do Sul e, em especial, me inspirar em autoras latino-americanas. Minha decisão é um declarado ato político-acadêmico, de me afastar de autores homens e/ou europeus, sem, contudo, negar a relevância do conhecimento por eles produzido.

Os estudos decoloniais tiveram sua origem no pós-colonialismo, que pode ser entendido, em primeiro momento, como o tempo histórico posterior aos movimentos de independência,

libertação e emancipação do então chamado “terceiro mundo” – sociedades exploradas pelo neocolonialismo – a partir da segunda da metade do século XX (BALLESTRIN, 2013).

Paralelamente, vários grupos começaram a se formar e a reforçar o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político. Um deles foi o Grupo de Estudos Subalternos, nascido na década de 1970 no sudeste asiático. Já na década de 1980, o pensamento pós-colonial passou a ser difundido em estudos literários e culturais em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (BALLESTRIN, 2013, p. 91-93). Aqui surge uma grande contradição para os interesses propostos, como argumenta Ramalho,

na medida em que para dialogar sobre o dito “colonizado” era fundamental conhecer o idioma do dito “colonizador”. Esse paradoxo já indica a dificuldade acadêmica de reconhecer epistemologias que fujam do modelo europeu e estadunidense de fazer ciência (RAMALHO, 2020, p. 55).

Foi no final da década de 1990 que surgiu o grupo Modernidade/Colonialidade, com o propósito de romper com a epistemologia centrada no Norte, na cultura estadunidense e nos estudos subalternos indianos.³² Nesta seção, discuto algumas das principais contribuições do grupo: os conceitos de colonialidade do saber, do poder e do ser, para, então, apresentar uma reflexão sobre a perspectiva decolonial nos Estudos Críticos do Discurso.

A respeito do uso de ‘decolonizar’ e não ‘descolonizar’ (como o esperado em espanhol e português), Walsh (2009, p. 14-15) explica que a supressão do ‘s’ não é uma forma de promover um anglicismo, mas, sim, uma marca de distinção do significado em castelhano do prefixo ‘des-’. É um neologismo que busca encorajar um posicionamento de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial traz em seu sentido um caminho de luta contínua, e não uma tentativa de desfazer ou reverter o colonial – passar de um momento colonial a um não colonial – como se isso fosse possível. Conforme elucida Resende (2019, p. 20):

O esforço decolonial desse campo, então, deveria dirigir-se a três caminhos convergentes: decolonizar o saber, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, e compreender, como propõe o giro decolonial, que não há conhecimento universal (isso inclui, obviamente, o conhecimento acadêmico sobre linguagem); decolonizar o poder da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local, especialmente por meio do constante questionar da separação disciplinar e suas imposições; e decolonizar o ser, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão de saberes, incluindo também o conhecimento comum. Tudo isso deve ter impacto sobre a educação, especialmente a

³² Mais sobre a história dos estudos pós-coloniais e subalternos e sobre a constituição do grupo Modernidade/Colonialidade pode ser lido nos trabalhos de Ballestrin (2013) e Ramalho (2020).

educação pós-graduada em estudos discursivos, num ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder).

Segundo Ballestrin (2013, p. 108), “[o] processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte global”. Assim, não deve interessar às pesquisadoras decoloniais negar ou menosprezar o conhecimento produzido no Norte global, mas aproveitá-lo para (re)criar conhecimentos voltados aos contextos locais do Sul global. O importante, aqui, é manter o olhar crítico e apurado sobre esses conhecimentos, em um movimento de gerar teorias e métodos próprios e de valorizar nosso próprio fazer (PARDO, 2019 p. 51). O diálogo entre a perspectiva decolonial e os Estudos Críticos do Discurso visa, então, romper com a dependência aos modelos do Norte global e contribuir para a decolonização do poder, do saber e do ser, que se relacionam, respectivamente, com os gêneros discursivos, os discursos e os estilos. Na visão de Resende (2019, p. 36):

[r]econhecer a conexão entre a colonialidade do poder e os gêneros discursivos de nossa ação, entre a colonialidade do saber e os discursos que nos permitem compreender a práticas, e entre a colonialidade do ser e os estilos com os quais nos identificamos (e, obviamente, o papel do discurso no trabalho ideológico que sustenta esse tripé) é já uma contribuição dos estudos discursivos críticos à discussão em torno da decolonialidade.

Pardo (2019) acrescenta à discussão a perspectiva colonial de aplicação de teorias e métodos fora de seus contextos de desenvolvimento, o que levou ao pensamento de que “correntes linguísticas ou discursivas anglo-europeias se ‘aplicam’ em nosso continente como um molde ao qual devêssemos submeter nossos contextos”. Aqui enquadro a categoria legitimação, que uso na análise dos dados desta pesquisa. Van Leeuwen (2007, 2008) desenvolveu essa categoria a partir de um inventário sociossemântico para a língua inglesa, considerando conceitos culturais europeus quanto à iniciação das crianças na escola (2007, 2008) e a processos de imigração (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999). Foi necessário um olhar crítico e decolonial sobre essa categoria para entender de que forma ela poderia contribuir para a análise dos dados (ver Capítulo 5).

Outra importante contribuição de Pardo (2019, p. 50) na decolonização dos estudos críticos do discurso diz respeito às questões de gênero e de grupos étnicos. Segundo a autora,

[t]ambém é importante notar que muitos dos teóricos sociais e linguistas são homens, que apresentam suas teorias androcêntricas disseminadas no mundo como se as mulheres estivessem ausentes. Obviamente, ao lado dessa questão de gênero, também é notável que o conhecimento científico aparece exercido por um grupo étnico determinado – os brancos –, nacionalidades específicas – entre europeus e estadunidenses –,

uma língua franca – o inglês (com algumas exceções, como o francês, o alemão, o italiano). Nos termos de Grosfoguel (2013), estamos diante de uma colonialidade epistêmica racista e sexista. No caso da América Latina, pelo menos temos muitas mulheres que se dedicam aos estudos do discurso e sua perspectiva crítica.

A abordagem decolonial, no entanto, inspira cuidados às investigadoras. Resende (2019) e Ramalho (2020) ressaltam que devemos exercitar a escuta – “não simplesmente ouvir com a razão estreita das coisas da ciência moderna, mas escutar com a razão sensível das coisas da vida” (RESENDE, 2019, p. 38). Não devemos alimentar uma arrogância acadêmica de acreditar que podemos dar voz ao outro, falar pelo outro, ou empoderar atores sociais subalternizados. Esse papel não nos cabe. Sujeitos subalternizados são, há muito, silenciados pela colonialidade do poder, do ser e do saber. Devemos, sim, ser capazes de estabelecer diálogos abertos.

Dessa forma, como aponta Ramalho (2020, p. 57), a perspectiva decolonial se mostra um importante instrumento teórico para os Estudos Críticos do Discurso, pois aos ECD interessa investigar as “hegemonias construídas e sustentadas no (e pelo) discurso” e, a partir da colonialidade do poder, do saber e do ser, é possível ver como os discursos podem “colaborar na sustentação de relações assimétricas de poder, justificando e legitimando hegemonias existentes”. Essa é a importância do olhar crítico e decolonial.

2.2 Estudos Críticos do Discurso e os estudos de gênero e mídia

Segundo Thompson (2011, p. 13), “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo”. Seguindo essa perspectiva, é possível compreender de que forma a mídia contribui para a reprodução de discurso sexistas, e, conseqüentemente, para a manutenção de práticas sociais sexistas. Como será apresentado aqui, isso acontece porque a mídia exerce uma função de controle do discurso público e do poder social, conforme van Dijk (2018).

2.2.1 O poder da mídia

Van Dijk (2018, 17-23) entende poder social como o controle de um grupo sobre outros grupos, e uma das formas de manifestação desse controle é pelo discurso. Isso porque, segundo o autor, “o discurso controla mentes, e mentes controlam a ação”. As classes detentoras de poder são

chamadas de elites simbólicas, e são elas as responsáveis por fabricar conhecimento, padrões morais, crenças, atitudes, normas, ideologias, valores públicos. Ou seja, são as elites simbólicas que sustentam o aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder.

Ainda segundo van Dijk (2018, p. 23), é pelas formas definidas como poder simbólico que se torna possível ter controle sobre o discurso público e, também, o controle da mente do público, ou seja, o controle do que o público quer e faz. “Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”. E é aqui se encaixa o poder da mídia de massa. Os veículos de mídia são as formas mais influentes de discurso público.

A mídia³³ tem papel importante da produção e reprodução das estruturas de poder social, das quais também faz parte. A decisão sobre o que vai ou não ser noticiado, as fontes que serão convocadas a informar, as rotinas jornalísticas envolvidas são passos da construção do poder simbólico exercido pela mídia e da legitimação do poder das elites simbólicas. Segundo Motta (2002, p. 125), “o processo de seleção de notícias pode ser examinado por meio de fatores objetivos e subjetivos que condicionam tais determinações”. Esse processo de decisão editorial, que muitas vezes tem vínculo ideológico, determina não só o que vai ser noticiado, mas também como os fatos serão noticiados. É importante destacar que, ainda segundo Motta (2002), essas decisões são frutos de um processo subjetivo e complexo, que constituem o meio de produção dos produtos ideológicos da classe dominante.

A mídia dissemina visões particulares de mundo que podem contribuir para a manutenção das estruturas sociais, como mostram Vieira e Resende (2016), e, por esse motivo, os Estudos Críticos do Discurso são um importante instrumento de análise do discurso construído e propagado pela mídia. De acordo com Martins (2018, p. 183),

³³ De acordo com Fonseca (2011), a mídia pode ser entendida como um complexo de meios de comunicação, que envolve mensagem e recepção, por diversas formas, e que tem como característica essencial a manipulação de elementos simbólicos. A mídia, como ‘entidade de comunicação social’ exerce uma importante função nas democracias: informar a população e fiscalizar o Estado. Os órgãos da mídia – emissoras de TV, de rádios, jornais, revistas, portais – são, em sua grande maioria, empresas privadas que objetivam o lucro e agem pela lógica dos interesses privados dos grupos que representam. Esses órgãos são chamados, também, de mídia de massa, já que buscam atingir o maior número possível de pessoas simultaneamente. A internet tem representado um importante espaço de divulgação de informações e de embates ideológicos e, por esse motivo, vem sendo disputado por grandes grupos empresariais. A notícia é mais do que apenas informar. Ela tem o perigoso poder também de “causar danos a pessoas, instituições, grupos sociais e sociedades”, na medida em que tem o poder de “fabricar e distorcer imagens e versões a respeito de acontecimentos e fenômenos” (FONSECA, 2011, p. 47). Dessa forma, a mídia e seu principal produto – a notícia – são importantes instrumentos de produção e reprodução das estruturas de poder social. As notícias online reforçam a prática jornalística de estar sempre presente para informar suas leitoras e promovem uma maior acessibilidade de consumo das informações. É importante destacar que, além da mídia corporativa – como a que investigo aqui –, existem vários tipos de mídia, tais como a mídia de nicho (reúne pessoas com interesses em comum), a mídia cidadã (destaca atitudes cidadãs nos meios de comunicação).

[s]em deixar de lado outras abordagens da mídia, trabalhar o discurso da mídia com a ADC revela-se muito produtivo e relevante diante do peso que a linguagem tem nesses tempos de modernidade tardia. De elaboração desse discurso e, com base nisso, empoderar aqueles que se encontram limitados por esse processo discursivo e buscam uma melhor distribuição de poder e outros recursos — ADC implica uma opção política consciente e importante, firmada no campo democrático.

Dessa forma, o poder potencial da mídia é essencial, então, para compreender o exercício do poder político, econômico, social e cultural (VAN DIJK, 2018). É essa dinâmica que interessa aos Estudos Críticos do Discurso – as formas de abuso de poder, chamadas por van Dijk (2018, p. 28) de dominação, e que resultam em desigualdades e injustiças sociais. Para o autor, o abuso de poder é um uso ilegítimo do poder – ele enfatiza que o poder não é inerentemente negativo, mas sim o abuso do poder que gera dominação.

2.2.2 Mídia, gênero e os Estudos Críticos do Discurso

Por exercer um relevante papel na construção e manutenção do poder e de ideologias, a mídia é, também, um valioso instrumento para investigar a violência de gênero em seu aspecto discursivo. Ao disseminar visões particulares de mundo, a mídia pode contribuir para a legitimação de uma sociedade machista e patriarcal. Para entender o papel da mídia, é importante analisar, então, a esfera discursiva, por meio de estruturas, processos e contextos sociais e culturais (TOMAZI et al, 2016, p. 48-49).

Propondo um diálogo entre o macro tema da pesquisa, apresentado no Capítulo 1, e a proposta teórica aqui descrita, é possível dizer que a violência de gênero é um problema social que pode ser abordado de um ponto de vista discursivo. Vivemos em uma sociedade patriarcal e machista, na qual a mulher ainda é menosprezada e inferiorizada nas mais variadas esferas sociais. Os Estudos Críticos do Discurso são, então, uma importante ferramenta para a análise dos discursos midiáticos sobre violência de gênero e feminicídio. Resende e Rabelo (2019) reforçam o porquê desse problema social ser objeto para análise de discurso ao afirmarem que, além das facetas discursivas,

os modos como se representam questões de gênero e violência têm influência sobre os modos como a sociedade reage a essas questões, inclusive em termos das propostas de políticas ou ações públicas resultantes de eventos de violência e sua repercussão (RESENDE e RABELO, 2019, p. 264).

Michelle Lazar (2007, p. 147) propõe que a ideologia patriarcal de gênero é promulgada e renovada nas instituições e nas práticas sociais. Formas de sexismo e de assimetria de gênero incluem, tradicionalmente, práticas sociais excludentes de controle, violência física contra mulheres, assédio sexual, difamação, silenciamento. Essas práticas são manifestações evidentes de poder e constituem a realidade de mulheres em muitas sociedades, incluindo aquelas em que há legislações de proteção aos direitos humanos das mulheres. Essas manifestações também se constroem discursivamente, já que, no cerne do discurso sobre a violência, está a questão do poder e do controle patriarcal.

Por esses e por outros motivos, Lazar (2007) propõe uma abordagem feminista de Análise de Discurso Crítica. Segundo a autora, o objetivo dessa abordagem é mostrar as formas complexas em que pressupostos de gênero são tomados como certos e relações de poder hegemônicas são produzidas discursivamente. Uma perspectiva feminista da ADC é de natureza interdisciplinar. Por um lado, os estudos feministas contribuem com os estudos (críticos) da linguagem e do discurso. Por outro, a linguagem e o discurso podem ser úteis para investigar questões feministas nos estudos de gênero.

A linguagem é parte das estruturas de poder e resistência, pois além de atuar na construção e na manutenção de desigualdades entre gêneros, também expõe a existência dessas desigualdades e é ferramenta para superação. A violência linguística tende a acompanhar e reforçar formas físicas e evidentes de violência, enquanto questões de linguagem sexista e representações midiáticas de violência contra mulheres ou discurso de ódio estão ligadas à ordem social e ideológica contemporânea (SANTAEMÍLIA; MARUENDA, 2014).

Nessa perspectiva, Santaemilia e Maruenda (2014, p. 13) apontam que as representações discursivas midiáticas sobre violência contra mulheres têm consequências socioideológicas, uma vez que delimitam o que é (ou não) violência doméstica, quais histórias têm valor-notícia, ou quais atitudes ou emoções são merecedoras de exaltação ou culpabilização.

A forma como uma notícia é escrita pode ajudar a reproduzir ou acentuar crenças machistas na sociedade. Essa visão, como aponta Natale (2020), pode interferir na compreensão dos papéis de gênero na sociedade, levando ao entendimento de que estereótipos implícitos podem perpetuar uma imagem projetada das mulheres que, muitas vezes, são usadas para justificar as violências que elas sofrem. De acordo com a autora,

os meios de comunicação podem difundir estereótipos e colaborar para a naturalização das violências de gênero que parecem ser vistas socialmente como reações aos comportamentos “afrontosos” das mulheres que não seguem os preceitos patriarcais. Contudo, as crenças misóginas, machistas e sexistas reproduzidas pela imprensa e que atingem as mulheres podem ainda ser

combinadas com outros tipos de preconceitos, como o racismo e o classismo (NATALE, 2020, p. 87)

Há muitas pesquisas voltadas ao entendimento de que o discurso é uma importante ferramenta de construção e manutenção de ideologias e relações assimétricas de poder entre gêneros. Voltando meu olhar àquelas que abordam principalmente o feminicídio, além da violência contra mulheres de forma correlata, aponto algumas das pesquisadoras latino-americanas? que enriquecem a discussão.

No campo dos Estudos Críticos do Discurso, a pesquisadora Micheline Tomazi nos mostra que a mídia reforça estereótipos e crenças machistas sobre a imagem da mulher na sociedade, em sua pesquisa sobre como três casos de feminicídio viraram notícia e como os atores sociais foram descritos nos títulos das matérias jornalísticas (TOMAZI, 2019) e em seu estudo sobre a agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres (TOMAZI, 2020).

Tomazi, Lucia Rocha e Jéssica Ortega (2016) também analisaram manchetes acerca da violência doméstica contra mulheres para investigar como são construídas as relações de poder e de dominação na mídia capixaba e concluíram que as estruturas discursivas utilizadas em jornais podem manipular os valores ideológicos das leitoras e dos leitores, reproduzindo imagens discriminatórias e sexistas da mulher que sofre violência doméstica.

O feminicídio foi o objeto de investigação de doutoramento da pesquisadora Raquelli Natale, que cunhou o termo *femirracídio* para nomear o assassinato de mulheres negras provenientes da intersecção de opressões de gênero, raça e, também, classe social. O estudo investigou como os assassinatos de mulheres negras são representados em notícias de jornais capixabas e os resultados mostraram que o discurso noticioso não representa a violência contra mulheres negras como um crime de gênero, mas como um problema inerente a um grupo social, além de atribuir a violência a comportamentos individuais de vítimas e de agressores/feminicidas, como ciúmes, traição, envolvimento com álcool e drogas (NATALE, 2020). Essas pesquisas mostram como o discurso da mídia atua para produzir reforçar estereótipos de gênero.

O estudo premiado³⁴ da pesquisadora Nair Rabelo partiu da repercussão de um caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro e a divulgação de imagens do crime para investigar discursos sobre violência contra mulheres na rede social *Twitter* e sua interface com políticas públicas. A

³⁴ Dissertação vencedora do Prêmio UnB de Dissertação e Tese 2018 e 2019 – grande área: Multidisciplinar (disponível em http://www.dpg.unb.br/images/Resultado_Final_Edital_Premios.pdf) e Prêmio Anamaría Harvey 2019 de melhor dissertação no VII Concurso de Tesis de Posgrado de Magister y Doctorado da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED).

pesquisa considerou os perfis no *Twitter* de três grupos de fala: veículo tradicional de mídia (G1); organização da sociedade civil em proteção aos direitos das mulheres (organização não governamental Think Olga), e poder público (os perfis oficiais do então presidente da República Michel Temer, da então senadora Vanessa Grazziotin e os canais oficiais do governo federal e da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres). Os resultados mostram que a indignação manifestada nas redes sociais pautou o debate em setores do poder público, e a autora também destaca que a parte majoritária dos discursos analisados indicou a necessidade de abordar a violência de gênero sob duas perspectivas: a da educação (de crianças, jovens, adultos e agressores) e a da punição mais severa aos agressores aliada ao combate à impunidade (RABELO, 2019).

No campo da Comunicação, Lourdes Bandeira e Ana Martins (2019) analisam as características destacadas ou omitidas de mulheres agredidas e mortas e de agressores e propõem uma reflexão sobre como os crimes de morte de mulheres vêm sendo enquadrados pela mídia eletrônica. Os resultados mostram que a mídia raramente estimula a reflexão sobre as causas da violência de gênero e reforça estereótipos sexistas. Patricia Bou-Franch (2013) analisou comentários online sobre artigo publicado em jornal britânico e identificou estratégias discursivas que perpetuam o patriarcado. Por outro lado, a pesquisadora também identificou comentários que criticam o discurso normalizador da violência contra mulheres. Assim, o estudo de Bou-Franch mostra que o ambiente online é também cenário propício para discussões antissexistas e antipatriarcais.

Muitas outras áreas do saber inspiram pesquisas que buscam promover a equidade de gênero, o combate a violências contra mulheres, a desconstrução de ideologias dominantes opressoras. Escolhi olhar para esse problema social pelo viés dos Estudos Críticos do Discurso por entender as conexões entre as escolhas linguísticas e os contextos sociais onde os textos estão inseridos e por acreditar no poder transformador da linguagem.

CAPÍTULO 3 – PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, trato a composição do *corpus* da pesquisa, descrevendo processos, escolhas e estratégias para coleta de dados e análise dos textos, a fim de investigar o cenário de representação de feminicídios. As análises, que serão apresentadas no capítulo subsequente, cumprirão o objetivo de investigar as estratégias discursivas do veículo de mídia para apresentar os crimes de feminicídio – os discursos que foram apropriados; as perspectivas a partir dos casos; os gêneros jornalísticos e os estilos usados nas narrativas; os estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas.

O veículo de mídia escolhido foi o *Correio Braziliense* (doravante CB). Essa escolha deve-se ao fato de o CB ser principal veículo de mídia do Distrito Federal, com publicações no formato padrão impresso e veiculação de notícias na internet. O *corpus* da pesquisa inclui textos publicados na plataforma online (<https://www.correio braziliense.com.br/>) no período de março de 2015 a março de 2019, considerando como marco inicial a publicação da Lei do Feminicídio e como marco final os quatro anos da referida lei.

Pela perspectiva da pesquisa qualitativa, a coleta dos textos que compõem o *corpus* inicial desta pesquisa foi feita pela busca da palavra-chave ‘feminicídio’ no motor de busca do jornal. Para esta pesquisa, interessa analisar especificamente os casos noticiados desse tipo de crime, incluindo as matérias iniciais e os desdobramentos dos casos (investigação, prisão, julgamento do agressor).

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, detalho a composição do *corpus*. Na segunda, apresento as escolhas analíticas para o tratamento dos dados.

3.1 Apresentação e composição do *corpus*

Por ter como objetivo investigar o cenário de representação de feminicídios, defini que a busca se daria apenas pela palavra-chave feminicídio. Como dito no primeiro capítulo, para este trabalho, concentro os esforços de pesquisa apenas nesse tipo de violência. Nas subseções a seguir, discuto a coleta de dados e a composição do *corpus*.

3.1.1 Coleta dos textos

Os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa foram coletados entre abril e dezembro de 2019 na plataforma digital do jornal *Correio Braziliense*, nos endereços <https://www.correioweb.com.br> e <https://www.correio braziliense.com.br>.

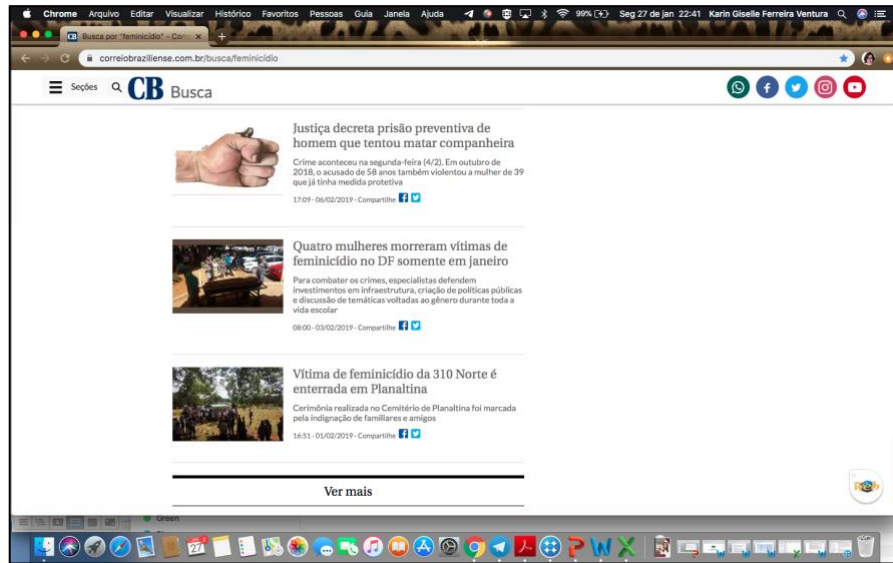
Cabe dizer que a existência de dois endereços eletrônicos para acesso às notícias apresentou um complicador para a coleta dos textos. Em um primeiro momento, em meados de 2018, foi utilizado o sistema de busca do portal *CorreioWeb*, com mais de 300 resultados para o argumento feminicídio. Na etapa de coleta dos dados, iniciada em abril de 2019, esse procedimento foi repetido, mas não houve retorno de resultados.

Percebi que, via *CorreioWeb*, todos os *links* eram direcionados a um outro domínio, o <https://www.correio braziliense.com.br>. Decidi, então, refazer a pesquisa pelo buscador desse domínio (CB Busca), tendo o retorno de 337 resultados para o argumento feminicídio, sem restringir período de publicação. Ao limitar a busca ao recorte temporal estabelecido – março de 2015 a março de 2019 –, o retorno foi de apenas 77 textos, sendo seis do ano de 2019 e os outros 71 do ano de 2016. Mais um indício de que os buscadores do jornal *Correio Braziliense* apresentavam algum tipo de erro ou falha técnica, constituindo um empecilho para os interesses de pesquisa.

Decidi, portanto, coletar os 337 textos que retornaram na primeira busca, salvando-os em arquivos de formato pdf. Descartei aqueles que não fazem parte do recorte temporal estabelecido, tendo restado 334. Para nomeação dos arquivos, optei por informar ano, mês e dia da publicação, com o intuito de ordená-los cronologicamente.

Outro complicador encontrado foi o sistema de rolagem infinita³⁵ de resultados pelo CB Busca, buscador que apresenta resultados em conjuntos de 20 *hiperlinks*, com um botão clicável *Ver Mais* ao final. Após algum tempo de inatividade, a página é atualizada e redirecionada à primeira leva de resultados, sendo necessário refazer todo o caminho para se chegar àqueles mais antigos. Além de demandar mais tempo, esse processo pode comprometer a coleta de textos, uma vez que dificulta o controle daqueles já coletados. A seguir, a imagem da tela do CB Busca, para melhor compreensão da dificuldade enfrentada.

³⁵ Rolagem infinita é uma técnica que consiste em acrescentar conteúdo ao final da rolagem da página visualizada, sem uma linha de chegada visível. Quando bem usada, essa técnica permite uma experiência de navegação melhor do que aquela por paginação, como a do Google, já que a quantidade de páginas clicáveis pode desestimular o usuário a continuar o acesso. Disponível em: <https://www.scoremedia.com.br/rolagem-infinita-pros-e-contras/>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

Imagem 5: Tela de busca do portal www.correio braziliense.com.br.

Fonte: extraído do portal *Correio Braziliense*

Considerando as dificuldades encontradas na coleta dos textos no portal do *Correio Braziliense*, optei por ir ao Centro de Documentação do jornal (Cedoc/DA Press). O objetivo era garantir que nenhum texto deixasse de ser coletado. Entretanto, outros problemas surgiram. Primeiro, o sistema de busca interno também apresentou falhas: de 342 resultados retornados no sistema, em 24 sequer havia a palavra feminicídio. Segundo, os arquivos são das páginas diagramadas da versão impressa, e não há arquivo da versão online. Terceiro, há cobrança para a obtenção dos arquivos em pdf.

Uma questão observada na comparação da prévia dos *corpora* impresso e online é a diferença no quantitativo de textos publicados considerando todos aqueles em que consta a palavra feminicídio, argumento da pesquisa, conforme visto no quadro a seguir.

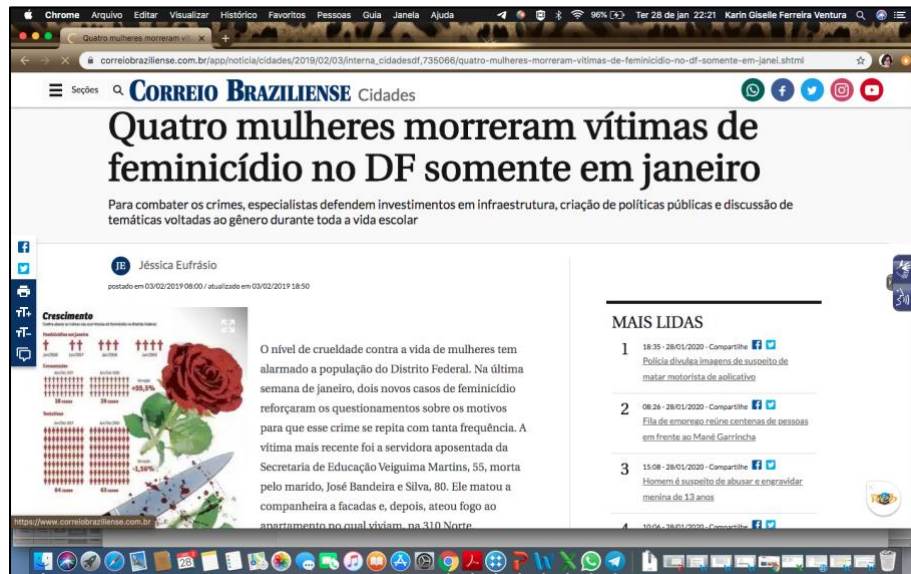
Quadro 2: Textos publicados pelo jornal *Correio Braziliense* entre março/2015 e março/2019.

Textos publicados no jornal Correio Braziliense		
Ano	Online	Impresso
2015	37	20
2016	78	52
2017	132	67
2018	89	132
2019	6	47
Total	334	318

Fonte: Elaboração própria

Outra questão é que as manchetes são diferentes. Isso pode ser justificado pelo suporte que materializa os textos – portal digital e jornal impresso. No entanto, não foi possível comparar o teor de todos os textos, considerando o volume de material e o tempo para conclusão da pesquisa. A seguir, ilustro com imagens comparativas das versões impressa e online de uma mesma reportagem.

Imagem 6: Tela de reportagem publicada em 3/2/2019 no portal www.correio braziliense.com.br.



Fonte: extraído do portal *Correio Braziliense*

Imagem 7: Tela de reportagem publicada em 3/2/2019 no jornal impresso.



Fonte: extraído de arquivo pdf gerado pelo sistema interno do portal *Correio Braziliense*

Considerando todas as questões apresentadas nesta seção, optei por usar exclusivamente os textos coletados no portal do *Correio Braziliense*, já que o acesso a eles é facilitado para qualquer usuário/a da internet ou leitor/a interessado/a, o que potencializa a dispersão desses textos e dos discursos que assimilam.

É importante dizer que o *corpus* foi constituído pelos textos que retornaram na pesquisa feita no CB Busca com a palavra-chave feminicídio, e que, pelas razões expressas, pode haver textos sobre feminicídio que não tenham sido contemplados. Contudo, esse aspecto não compromete o rigor da pesquisa, pois a amostra se sustenta tanto pelo período investigado, 2015 e 2019, quanto pelo *corpus* formado por quantidade representativa e expressiva de textos.

3.1.2 Seleção do corpus

Os textos coletados foram classificados inicialmente por ano. Dada a extensão do *corpus*, e para direcionar o foco deste trabalho, separei os textos por temática – a) casos de feminicídio e desdobramentos, manifestações motivadas por um caso específico;³⁶ b) reportagens que abordam mais de um caso, ou do tipo ‘relembre’, especiais, retrospectivas; c) pesquisas institucionais e relatórios estatísticos; d) políticas públicas, ações de poder público, legislação; e) Dia Internacional da Mulher e manifestações não motivadas por um caso específico; f) notícias de outras formas de violência contra mulheres com menção ao feminicídio; g) internacional; h) cultura, diversão e arte; i) outras (matérias que contêm a palavra feminicídio, mas não desenvolvem o assunto).

Dada a extensão do *corpus* coletado e os limites da pesquisa, optei por trabalhar com textos que apresentam os casos de feminicídio íntimo³⁷, incluindo as matérias iniciais e os desdobramentos dos casos (investigação, prisão, julgamento do agressor etc.) – os grupos de textos antes referidos pelas letras a) e b). Assim, dos 334 textos iniciais, selecionei 151 para análise, conforme detalhado no quadro a seguir.

³⁶ Optei por diferenciar as manifestações em 1) motivadas por um caso específico (aquelas promovidas por familiares e amigos de uma vítima com pedido de justiça, por exemplo) e que representam eventos específicos; e 2) não motivadas por um caso específico (organizada pela sociedade civil, por coletivos de mulheres ou outras entidades que lutam pelo fim da violência contra mulheres), que representam práticas sociais. Isso para manter o foco nos casos de feminicídio.

³⁷ O conceito de feminicídio íntimo já foi apresentado na seção 1.2.1 dessa dissertação.

Quadro 3: Textos selecionados, por ano.

Textos selecionados para a pesquisa	
Ano	Quantidade
2015	4
2016	26
2017	66
2018	50
2019	5
Total	151

Fonte: Elaboração própria

Chama a atenção que, no ano de 2019, haja apenas cinco textos coletados. Duas explicações podem ser consideradas: 1) meu recorte temporal foi limitado até o dia 31 de março de 2019, o que, por si só, poderia resultar em poucas matérias publicadas nesse ano; 2) a pesquisa no sistema CB Busca pode não ter retornado todos os textos sobre feminicídio do período.

3.2 Tratamento dos dados

A seguir, apresento minhas escolhas para tratamento dos dados, descrevendo os passos para organização do corpus no software NVivo. Na segunda subseção, detalho as categorias analíticas escolhidas para análise dos dados.

3.2.1 NVivo

Considerando a extensão do *corpus*, escolhi usar o *software* NVivo³⁸ para organização e codificação dos textos. O NVivo é uma ferramenta de apoio à análise de dados em pesquisa qualitativa que trabalha com o conceito de projeto. Uma das formas de estruturar um projeto é por meio de nós (*Nodes*), que podem ser do tipo nó isolado (*Free Node*) ou árvore de nós (*Tree Node*). Como explica Lage (2011, p. 203),

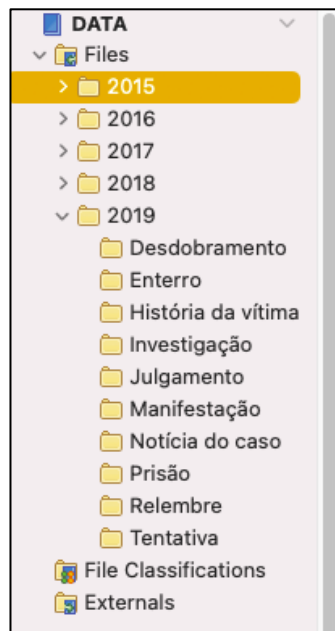
[u]m nó é uma estrutura para armazenamento de informações codificadas e pode assumir significados diferentes, dependendo da abordagem metodológica utilizada na pesquisa. Por exemplo, se for utilizada análise de conteúdo, os nós irão receber os códigos (fragmentos de textos) formando

³⁸ Um tutorial de como usar o *software* está disponível no *site* de sua empresa desenvolvedora, a QSR International, no endereço eletrônico <https://www.qsrinternational.com/nvivo/nvivo-12-tutorial-windows/00-let-s-get-started/portuguese>. (acesso em 31 de jan. de 2020).

categorias de informação. Se essas categorias tiverem subcategorias, então será utilizada uma estrutura de árvore de nós.

Ao importar os arquivos para o programa NVivo, criei pastas classificando-os, inicialmente, por ano de publicação. Depois, criei subpastas temáticas com base no que motivou a pauta da cobertura da matéria/ notícia/ reportagem: desdobramento do caso; enterro; história da vítima; investigação do crime; julgamento do acusado e outras decisões judiciais; manifestação; notícia do caso; prisão; reportagens do tipo ‘relembre histórias’; e tentativa de feminicídio. Essa classificação me ajuda a entender o que motiva a pauta jornalística.

Imagem 8: Recorte de tela do NVivo – classificação por ano e tema



Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

Para a classificação em nós, criei duas pastas: estrutura e análise. Na pasta *estrutura* criei o nó *autoria*, com os subnós agência de notícias, *Correio Braziliense*, homem, mulher, não assinado; o nó *manchete* e o nó *tipo textual*, com os subnós argumentativo e narrativo. Essa classificação me ajudou a compreender a estrutura genérica dos textos que compõem o *corpus*.

O nó de autoria dos textos poderia me indicar a existência ou não de diferenças de estilo. No entanto, não se mostrou frutífero, já que é prática jornalística haver a edição dos textos após a entrega da matéria pela jornalista. Também não houve discrepâncias entre textos autorais do *Correio* e de outras agências de notícias. Já o nó de tipo textual me indicou quais os pré-gêneros jornalísticos dos textos selecionados. A manchete – que é o título de notícias, de

reportagens – é importante porque é a primeira informação que a leitora ou leitor recebe daquele texto. Ela também pode direcionar seu olhar a um ponto de vista.

Imagem 9: Recorte de tela do NVivo – codificação por estrutura

Name	Files	Refer...
▼ Autoria	0	0
● Agência de notícias	31	31
● Correio Braziliense	20	20
● Homem	28	28
● Mulher	57	57
● Não assinado	24	24
> Manchete	151	151
▼ Pré-gênero textual	0	0
● Argumentação	26	26
● Narração	125	125

Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

A segunda pasta nomeei de *análise* e criei quatro nós (e respectivos subnós) que me auxiliaram na análise dos dados. Com esses nós, identifiquei estratégias discursivas escolhidas pelo jornal *Correio Braziliense* para abordar os crimes de feminicídio.

Quadro 4: Nós e subnós da pasta Análise.

Nó	Subnó
Crime	suicídio
Informações	ajuda e como denunciar, denúncia e medidas protetivas, discussão na sociedade, feminicídio
Motivação e(ou) justificativa para o crime	abuso ou violência sexual, álcool e drogas, ciúme e posse, denúncia de agressão, desentendimentos e discussões, filhos e gravidez, financeiro, legítima defesa – subnó: honra, motivo fútil, não informada, passional, perturbação e problemas psicológicos, raiva e vingança, suposto assalto, término ou recusa de relacionamento, violência doméstica
Fontes	agressor/ feminicida, amigos, colegas, especialistas, família, institucional, judiciário; advogados de defesa, outras fontes, polícia/ bombeiros – subnó: BO/ inquérito, testemunhas, vizinhos, vítima

Fonte: elaboração própria como o auxílio do NVivo.

Ao desenrolar a leitura dos textos que compõem o *corpus*, os dados me mostraram a necessidade de criar um nó de *ameaça e perseguição*, que, por sua vez, motivou a criação do

nó *continuum de violência*, para concentrar todos os movimentos discursivos que levam ao entendimento de que feminicídio íntimo é parte final do *continuum* de violência contra a mulher (debate apresentado na seção 1.2.1 desta dissertação).

Em *motivação e(ou) justificativa para o crime*, codifiquei os trechos que tentam explicar o crime. Aqui, chamo a atenção para os subnós legítima defesa (o acusado alega que matou para se defender³⁹); passional (termo utilizado pelos investigadores⁴⁰ designados para caso, apesar de não existir, no Código Penal, qualquer previsão expressa de crime passional) e suposto assalto⁴¹ (justificativa apresentada pelo feminicida para o crime).

O objetivo do nó *informações* é codificar as informações sobre o que é feminicídio, sobre os instrumentos de ajuda e acolhimento às mulheres em situação de violência e sobre as formas de combate a essa violência: como a mulher em situação de violência pode obter ajuda, canais de denúncia da violência? A mulher apresentou denúncia? Pediu ou obteve medidas protetivas? Foi apontada a necessidade de discutir o assunto da violência contra mulheres e de propor mudança na sociedade visando ao combate à violência contra mulheres? A matéria explica o que é feminicídio ou violência de gênero?

Esse nó foi inspirado no documento *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual*, publicado em 2019 pelo Instituto Patrícia Galvão. Essa publicação é resultado de um estudo desenvolvido pelo Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos que teve por objetivo analisar a cobertura da imprensa escrita sobre os assassinatos de mulheres no Brasil e dialogar com profissionais de imprensa e comunicação em geral sobre cuidados que devem ser tomados na cobertura de casos de violência contra mulheres.

A motivação para a criação desse nó é investigar se o jornal *Correio Braziliense* divulga informações que possam contribuir para um melhor entendimento do feminicídio como um crime de gênero, e não um tipo individualizado de violência.

³⁹ “O delegado-adjunto da 8ª Delegacia de Polícia (SIA), André Carvalho, explicou que, em depoimento, o homem alegou legítima defesa.” Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/14/interna_cidadesdf,510581/homem-e-condenado-a-34-anos-de-prisao-por-matar-companheira-e-vizinho.shtml

⁴⁰ “Agentes da 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), responsáveis pela investigação, acreditam que a motivação mais provável para o crime seja passional. Os policiais, porém, ainda querem ouvir parentes e amigos do casal para confirmar que a tragédia se trata mesmo de um feminicídio.” Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/07/interna_cidadesdf,664570/corpo-de-mulher-assassinada-pelo-marido-na-asa-sul-e-enterrado.shtml

⁴¹ “Ainda na manhã de ontem, Geovanni foi encaminhado para a 4ª DP e, inicialmente, negou o crime. Ele justificou os ferimentos de Conceição alegando que ela teria sido vítima de assalto na noite anterior.” Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/02/interna_cidadesdf,485277/pm-reformado-mata-mulher-a-socos-no-guara-e-dorme-ao-lado-do-corpo.shtml

Imagem 10: Recortes de tela do NVivo – codificação por informações

Name	Files	Refer...	C
Ameaça e perseguição	22	31	
▼ Ciclo da violência	10	18	
Ameaça e perseguição	35	63	
Atos de violência	134	376	
Ciúme e posse	21	31	
Discussão e agressão	44	71	
Medida protetiva e De...	32	61	
Término ou rejeição	64	130	
Violência doméstica	61	114	
▼ Crime	147	504	
Suicídio	19	49	
▼ Fontes	0	0	
Acusado_feminicida	56	123	
Advogado de defesa	12	29	
Amigos	18	27	
Colegas	7	30	
Especialista	12	45	
Familia	52	144	
Institucional	34	71	
Judiciário	37	109	
Outras fontes	18	30	
▼ Polícia	95	260	
BO_inquérito policial	18	26	
Testemunhas	26	39	
Vizinhos	18	32	
Vítima	22	32	

Name	Files	Refer...	C
Ameaça e perseguição	22	31	
> Ciclo da violência	10	18	
> Crime	147	504	
> Fontes	0	0	
▼ Informações	0	0	
Ajuda_como denunciar	7	9	
Denúncia_medidas pr...	25	44	
Discussão na sociedade	15	23	
Feminicídio	49	66	
▼ Motivação e(ou) justificat...	0	0	
Abuso ou violência sex...	2	3	
Álcool e drogas	21	28	
Ciúme e posse	16	21	
Denúncia de agressão	2	3	
Desentendimentos e d...	35	51	
Filhos e gravidez	12	17	
Financeiro	5	5	
> Legítima defesa	2	2	
Motivo Fútil	7	14	
Não informada	18	23	
Passional	3	4	
Perturbação e problem...	5	7	
Raiva e vingança	12	14	
Suposto assalto	2	4	
Término ou recusa de r...	56	100	
Traição	1	1	
Violência doméstica	34	53	

Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

A Imagem 10 mostra os nós que nortearam a investigação e que embasaram a escolha das categorias analíticas. Na análise preliminar dos dados da pesquisa, identifiquei a necessidade de fazer novas codificações, detalhadas nos capítulos analíticos.

3.2.2 Escolhas analíticas

Como explicam Vieira e Resende (2016), o texto é o principal material empírico de pesquisa da analista crítica do discurso, que, ao investigar os efeitos constitutivos de textos em práticas sociais, e vice-versa, lança mão de categorias analíticas para auxiliar no mapeamento das relações dialéticas entre o social e discursivo. De acordo com as autoras,

‘**Categorias analíticas**’ são, portanto, formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas, podemos analisar textos buscando mapear conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais (VIEIRA e RESENDE, 2016, p. 114, grifo no original).

Ainda segundo Vieira e Resende (2016, p. 115), a escolha das categorias a serem utilizadas não pode ser feita *a priori*, é sempre consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa. Assim, a partir da análise preliminar do *corpus* da minha pesquisa,

e com base nas questões que propus investigar, escolhi as categorias *estrutura genérica*, *léxico*, *interdiscursividade e legitimação*, além de *normalização*, *normalidade* e *normalismo*.

a) Estrutura genérica

A categoria *estrutura genérica* se refere a um aspecto textual moldado por gêneros discursivos. Como explicam Vieira e Resende (2016), gêneros discursivos envolvem diretamente atividade, pessoas e linguagem e é por isso que Fairclough (2003) propõe uma macroanálise social textual para que sejam investigadas a atividade em que o gênero discursivo é produzido, as relações sociais e as tecnologias de comunicação envolvidas na atividade. Nas palavras de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 144), gêneros discursivos constituem, então, “um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos”, e, por isso, o conceito de gênero se associa à “faceta regulatória do discurso, e não simplesmente a estruturação apresentada por tipos fixos de discurso”.

Para os Estudos Críticos do Discurso, um texto ou interação particular não ocorre em um gênero discursivo particular, mas frequentemente envolve uma combinação de mais de um (FAIRCLOUGH, 2003). Assim, gêneros discursivos apresentam distintos níveis de abstração. Considerando um gradiente decrescente de abstração, há pré-gêneros, gêneros desencaixados e gêneros situados. Pré-gêneros se referem ao potencial abstrato definido pela natureza linguística da composição, como, por exemplo, narração, argumentação, descrição e conversação. Gêneros desencaixados se referem a potenciais para realizações linguísticas que transcendem práticas particulares, por exemplo, entrevista. Já os gêneros situados se referem aos tipos relativamente estáveis de textos que cumprem funções em situações comunicativas, como, por exemplo, entrevista jornalística, entrevista acadêmica (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Aliada ao entendimento de suporte apresentado por Acosta e Resende (2014) e ao conceito de gênero-suporte proposto por Resende (2017), a categoria estrutura genérica contribuirá para responder à pergunta: *Quais gêneros jornalísticos são utilizados nas narrativas dos casos de feminicídio? São os esperados no suporte da plataforma digital do Correio Braziliense ou transgridem as expectativas genéricas?*

b) Léxico

Van Dijk (2017) explica que o *léxico* é relevante instrumento de análise. Por meio das palavras que usam, falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, suas

emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes, entre outras realizações. O autor lembra que a escolha lexical é definida pelos significados, e as pessoas optam pelas palavras que mais se aproximam da informação que querem representar. Significados semelhantes podem, portanto, ser expressos de várias maneiras e por palavras diferentes.

Assim, escolhas lexicais definem se o discurso promoverá representações negativas ou positivas das pessoas. Essas representações não são isentas de valor e agregam, em si, aplicações ideológicas (VAN DIJK, 2005). A análise de léxico parte de um nível mais local no discurso, isto é, de questões mais pontuais dentro de uma oração, tais como substantivos, adjetivos, verbos, advérbios e preposições. Van Dijk exemplifica que

[a]s relações entre discurso político e ideologias são geralmente estudados em termos das estruturas do discurso político, como o uso de elementos lexicais que indicam parcialidade, estruturas sintáticas como voz ativa e passiva, pronomes como nós e eles, metáforas ou “topoi”, argumentos, implicações e muitos outros das propriedades do discurso. (VAN DIJK, 2005, p. 26).

Londoño Zapata e van Dijk (2019, p. 182) explicam que os Estudos Críticos do Discurso podem mostrar estruturas que são usadas pelas elites simbólicas para reproduzir ideologias, como uso de léxico estereotipado, descrições distorcidas de pessoas, grupos e eventos, metáforas – racistas, sexistas, entre outras formas discriminatórias. Jacqueline Regis (2017, p. 153) acompanha esse raciocínio ao afirmar que “a seleção lexical pode trazer indícios de afiliação a vertentes e perspectivas discursivas possíveis em referência a um determinado tema”. Para a autora, as escolhas lexicais nunca são neutras e sempre trazem uma avaliação pressuposta.

Assim, a categoria de léxico contribuirá para responder à pergunta: *Os textos jornalísticos constroem estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas?*

c) Interdiscursividade

A *interdiscursividade* é a combinação de diferentes discursos, que se relacionam a diferentes posições de pessoas no mundo e a diferentes formas de relações entre pessoas. E um mesmo aspecto do mundo pode ser representado por diferentes discursos (FAIRCLOUGH, 2003, 2016; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Todo texto pode articular diferentes discursos.

Segundo Vieira e Resende (2016, p. 172), a “análise interdiscursiva de um texto relaciona-se à identificação dos discursos articulados e das maneiras como são articulados”. Esse processo de identificação consiste em identificar quais partes do mundo são representadas,

ou seja, quais os temas centrais, e por qual perspectiva particular são representadas. Para Fairclough (2003), os diferentes discursos podem ser identificados por traços linguísticos, como itens lexicais e as relações entre itens lexicais, além de relações metafóricas. O autor explica, ainda, que é pelo vocabulário que os discursos representam o mundo de maneiras diferentes, o que implica referência entre as categorias de interdiscursividade e de análise lexical.

É pela análise da interdiscursividade que se torna possível investigar discursos articulados em textos e suas conexões com lutas hegemônicas mais amplas. “A escolha dos modos de representação depende dos interesses particulares e das práticas/ posições enfatizadas na representação” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 144). Assim, a filiação de um texto a um discurso que normaliza o *continuum* de violência de gênero em âmbito doméstico ou o feminicídio como algo decorrente desse *continuum*, por exemplo, naturaliza essa situação, o que leva ao entendimento de que pouco pode ser feito para evitar tais crimes. E é por isso que investigar a interdiscursividade se torna relevante para esta pesquisa.

d) Legitimação

O modelo de análise da *legitimação* que será aplicado na análise desta pesquisa foi proposto por van Leeuwen (2007, 2008), apoiado nas noções de que a linguagem varia de acordo com o tipo de situação em que ocorre, em conformidade com Halliday, e de que o discurso é uma forma de recontextualizar práticas sociais, seguindo a perspectiva de Bernstein.

De acordo com van Leeuwen (2008), as práticas sociais não são apenas transformadas no discurso, mas usuárias e usuários da língua também utilizam o discurso para legitimar suas ações sociais. É por meio dos textos, então, que podemos conhecer como e quais discursos estão sendo mobilizados. Para identificar de que forma a legitimação se realiza nos textos, van Leeuwen (2008) lança mão da Linguística Sistêmico-Funcional e propõe o uso de ferramentas analíticas como grupo nominal, sistema de transitividade, complexos oracionais e modalidade. Nesse processo de recontextualização das práticas e de construção discursiva da legitimação, van Leeuwen propõe, então, que analistas de discurso se perguntem, a respeito dos textos investigados, como aderem a questões como “por que devemos fazer isso?” ou “por que devemos fazer isso dessa forma?”.

Segundo van Leeuwen (2007, 2008) e van Leeuwen e Wodak (1999), a legitimação é dividida em quatro componentes principais, subdivididos em uma série de subtipos. Neste trabalho, desenvolvo apenas os que foram encontrados nas análises do *corpus*, a saber, autorização e seus subtipos. A *autorização* é a legitimação por referência à autoridade, a alguém

em quem a autoridade institucionalizada está investida e que pode responder “porque eu digo” à pergunta “Por que devemos fazer isso?”.

e) Normalização, normalidade e normalismo

A respeito dos conceitos de *normalização*, *normalidade* e *normalismo*, oriundos da escola de Duisburg, Margarete Jäger (2017, p. 114) explica que “a questão sobre o que é ou não normal, o que deve valer como normal (e como isso se define, se determina ou se mantém) é fundamental para os debates centrais de uma sociedade”. Ainda segundo a autora, o controle e a regulação pelo normalismo se realizam pelo uso de diversas estratégias, e os efeitos de poder podem ser elucidados por meio dos ECD.

Regis (2017, p. 153) alinha essas categorias à ideia de pressupostos, uma vez que este recurso é realizado em qualquer interação linguística: “nenhuma comunidade linguística renegocia todos os conceitos a cada produção ou recepção textual”. Dessa forma, os pressupostos são importante instrumento de (re)produção de normalidades ou normalizações, nos termos de Jäger (2017).

Regis (2017) apresenta, também, a ideia de denormalização, de normalidades construídas e reproduzidas discursivamente. Quando usuárias ou usuários da língua usam determinados termos ou expressões em detrimento de outros já padronizados culturalmente, promovem a denormalização do padrão estabelecido. Por isso, escolhas linguísticas e seleções lexicais são importantes para a (de)normalização de discursos.

As categorias analíticas interdiscursividade e legitimação, aliadas àquelas da escola de Duisburg, contribuirão para responder à pergunta: *Quais discursos-estilos são apropriados nas narrativas dos casos de feminicídio? Eles tendem à espetacularização, à naturalização, à normalização da violência? Ou promovem a escandalização, a denormalização da violência?*

Por fim, a junção de todas as categorias contribuirá para responder às perguntas: *Quais as estratégias discursivas escolhidas pelo jornal Correio Braziliense para abordar os crimes de feminicídio? Elas podem contribuir para o combate a esse tipo de violência?*

CAPÍTULO 4 – O CONSUMO DA INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES

Na parte analítica desta dissertação, apresento o mapeamento das estratégias discursivas escolhidas com objetivo de analisar a abordagem de crimes de feminicídio no jornal *Correio Braziliense*. Para isso, faço uso dos dados codificados no NVivo, conforme detalhado no Capítulo 3 – Percurso Metodológico, e dos pressupostos teóricos e metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso.

Assim, neste capítulo, com o intuito de responder à questão de pesquisa *Quais gêneros jornalísticos são utilizados nas narrativas dos casos de feminicídio? São os esperados no suporte da plataforma digital do Correio Braziliense ou transgridem as expectativas genéricas?*, utilizo a categoria estrutura genérica para uma macroanálise social e textual, a fim de investigar a instanciação de gêneros discursivos na atividade, as relações sociais envolvidas e as tecnologias de comunicação empregadas. Destaco, também, a importância do suporte na materialização dos textos, defendendo, assim como Resende (2017) e Acosta e Resende (2014), a estreita relação entre gênero e suporte.

Depois, apresento também a análise de léxico, para investigar se os textos jornalísticos constroem estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas, reproduzindo discursos machistas e patriarcais que responsabilizam as mulheres pela violência que sofrem e amenizando a responsabilidade pela violência que praticam, ou se contrariamente adoram postura mais crítica na cobertura jornalística dos casos noticiados/reportados.

4.1 Gênero-suporte e o consumo da informação

A partir da teoria de gêneros elaborada por Swales (1990)⁴², Fairclough (2003) promove uma associação do conceito de gênero e seus graus de abstração aos conceitos da teoria social do discurso. Nessa perspectiva, nós agimos discursivamente por meio de textos que materializam gêneros discursivos. Considerando, então, a proposta de pré-gêneros, gêneros desencaixados e gêneros situados (que ecoa um gradiente decrescente de abstração), identifiquei, na análise do

⁴² Swales (1990) situa os gêneros em contextos definidos – as comunidades discursivas, que formam um conceito basilar da teoria de gêneros proposta pelo autor, uma vez que as formas de comunicação se realizam de modos específicos dentro de cada um desses contextos. Swales observa, ainda, que as atividades de produção textual apresentam distintos níveis de abstração; e define seis tipos de pré-gêneros – narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e diálogo. É a partir dessa teoria que Fairclough (2003) desenvolve a categoria ‘estrutura genérica’.

corpus, a predominância dos pré-gêneros narração e argumentação. Como gêneros situados, o estudo dedica-se a notícias e reportagens que têm como tema principal o feminicídio.

Acosta e Resende (2014, p. 134-136) propõem que, assim como acontece com os gêneros, os suportes também se desenvolvem em níveis de abstração. Como explicam as autoras, os suportes são veículos, espaços físicos ou virtuais, sobre os quais os textos ocorrem – no campo do potencial, entendem os suportes como potência reconhecida nos domínios discursivos para a produção de textos materializando gêneros específicos; no do realizado, os suportes concretos por meio dos quais acessamos textos e gêneros. Isso porque os textos precisam de um meio de suporte (revista, livros, jornais, programas de televisão, conversas entre pares) para se materializarem. Os suportes também se vinculam a práticas sociais e a ordens de discurso particulares, como o discurso da mídia. O suporte para materialização dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa é o portal de notícias do jornal *Correio Braziliense*.

Resende (2017, p. 31) propõe reordenar os três elementos da ordem do discurso de Fairclough (2003) – gênero, discurso e estilo – em apenas dois: gênero-suporte e discurso-estilo. Isso porque a autora entende que existe uma estreita relação entre identificação e representação e, também, entende o suporte como importante elemento do potencial semiótico acional. Assim, nessa perspectiva, tenho, como gênero-suporte principal, notícias jornalísticas de veículo midiático online.

De acordo com Pilar Acosta (2012, p. 93), o jornal é um suporte para vários textos que são estruturados sobre diversos potenciais genéricos. Esse tipo de suporte apresenta, de modo geral, esquemas de organização mais ou menos estáveis. Como já mostrado, os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa são originários do portal na internet do jornal *Correio Braziliense* e, muitas vezes, têm seu correspondente na versão impressa do periódico, como pude verificar quando tive acesso ao acervo do *Correio Braziliense* na etapa de coleta dos textos para composição do *corpus* (veja Capítulo 3 – Percorso Metodológico). Ter dois suportes de materialização das notícias – impresso e digital – permite ao *Correio* atingir vários públicos, de várias gerações. Por outro lado, também direciona as expectativas da leitora e do leitor.

Antes de prosseguir, entendo caber uma contextualização. O jornal *Correio Braziliense* é o primeiro periódico de Brasília, inaugurado junto com a nova capital federal em 21 de abril de 1960. O nome remete ao histórico jornal lançado em 1808 por Hipólito da Costa⁴³. No início

⁴³ Hipólito da Costa é o patrono da imprensa e dos estudiosos da realidade brasileira. Após se estabelecer em Londres, fugindo da perseguição por ser maçom, fundou o jornal *Correio Braziliense* em 1808, mesmo ano de criação da imprensa no Brasil. O *Correio Braziliense* é considerado o primeiro jornal brasileiro e antecede a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro impresso no Brasil. (Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/hipolito-da-costa/biografia>).

dos anos 2000, com circulação média de 53 mil exemplares diários e 92 mil aos domingos, o *Correio Braziliense* se consolidou como o mais importante veículo de comunicação de Brasília, o diário de maior circulação no Centro-Oeste e um dos 20 jornais diários de circulação no país. A página de serviços e notícias na internet entrou no ar em 1996,⁴⁴ como correio braziliense.com.br, tornou-se correio web.com.br no ano seguinte e voltou a ter o primeiro endereço como portal de conteúdo do jornal⁴⁵ (BIROLI, sem ano).

Ao longo de sua história, o *Correio* passou por uma série de transformações, adaptando seu conteúdo aos interesses do público leitor que crescia junto com a cidade. Assuntos cotidianos de caráter local passaram a dividir espaço com assuntos de interesse nacional, como economia, política – temas alavancados pelo interesse do funcionalismo público, que compunha importante segmento do público nos anos iniciais do jornal. Por estar situado na capital do país, o *Correio* tem presença marcante em órgãos públicos federais e parlamentares. E é essa proximidade com o cotidiano político e com fontes do governo federal que levou o *Correio* a uma posição diferente de outros jornais de perfil local.

Fairclough (2003, p. 32-33) considera a notícia jornalística como um tipo de ‘gênero de governança’, aquele associado a redes de práticas especializadas na regulação ou no controle de outras práticas sociais. Uma das características dos gêneros de governança é apresentar “propriedades específicas de recontextualização”, ou seja, a apropriação de elementos de uma prática social em outra. O autor explica, então, que as notícias veiculadas pela mídia são a materialização do gênero de governança, uma vez que os meios de comunicação integram o ‘aparato de governança’ e podem controlar os eventos noticiados ao recontextualizá-los. Assim, a forma como os fatos são noticiados pode influenciar a reação das pessoas. Considerando a visão de Fairclough (2003) e o histórico do *Correio Braziliense*, entendo ser o *Correio* um representante da elite simbólica na mídia, com poder de influenciar, legitimar e pautar discussões da sociedade local e nacional.

De acordo com o entendimento de Thaís Jorge (2013), quando o uso de computadores mudou a forma de comunicação entre as pessoas, mudou, também, todo o sistema de comunicação da sociedade. As mídias convencionais passaram por um processo de hibridização

⁴⁴ Segundo o *Mapa da exclusão digital* de 2003, publicado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto Brasileiro de Economia, no ano de 1996, 94,43% dos domicílios estavam excluídos digitalmente, contra 5,57% dos incluídos. Já em 2019, percentual de domicílios com acesso a internet chega 82,7%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf.

⁴⁵ Atualmente, os dois endereços eletrônicos podem ser usados para acessar as notícias do jornal.

com o espaço cibernético. Isso incluiu a forma de comunicar os fatos jornalísticos. Segundo a autora, o modo de fazer jornalismo passou por uma mutação quando migrou para a internet.

Uma página na internet não é igual à um jornal impresso. A forma como as informações são hierarquizadas muda conforme o suporte. Jorge (2013, p. 17) explica que, enquanto “o tradicional texto impresso é confinado em duas dimensões (físico/ palpável; visível/ manipulável), o hipertexto tem várias dimensões (virtual/ interativa/ audiovisual), a partir de seus vínculos com outros espaços, por meio dos hiperlinks, onde há mais informação a ser agregada”.

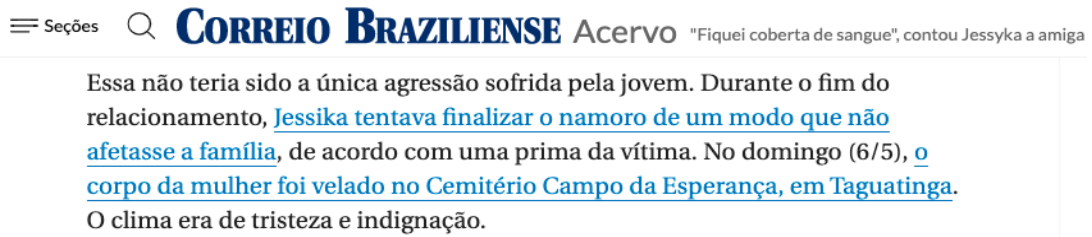
As mudanças promovidas pelas novas tecnologias vão além das notícias; atingem, também, quem faz – que precisa lidar com uma nova forma de colher os fatos, processá-los e apresentá-los – e quem usa (leitoras e leitores), que experiencia novas formas de consumir a informação. Nesse viés, considero relevante a comparação entre os suportes impresso e digital, já que o *Correio Braziliense* dispõe de ambos os meios para materializar as notícias. Leitoras e leitores do portal de notícias podem ser/ ter sido consumidores do jornal impresso.

Uma das características da transformação pela qual passou o modo de fazer jornalismo está na estrutura das matérias⁴⁶ – a forma como os textos são chamados no jargão jornalístico. A fórmula da pirâmide invertida⁴⁷ perde força na migração do suporte impresso para o virtual. As páginas na web permitem a inserção de galeria de imagens, vídeos, infográficos ao longo do texto. No suporte virtual, não há um formato tão pré-definido, colunado e limitado quanto no suporte impresso. É possível, ainda, reunir em uma mesma matéria várias outras relacionadas a elas, com o uso de hiperlinks, como no recorte a seguir, em que o texto em azul e sublinhado direciona a leitora e o leitor para outra matéria.

⁴⁶ De acordo com Jorge (2013, p. 36), a matéria abriga “histórias ou estórias, reportagens, notas, notícias. Um texto informativo, feito dentro dos moldes do jornalismo e destinado a organizar, apresentar dados ao público, é uma matéria. Um comentário, artigo ou texto de opinião não são matérias”.

⁴⁷ “Técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final” (FOLHA, 2007, p. 17).

Imagem 11: Recorte de notícia⁴⁸ publicada no portal do *Correio Braziliense*.



Fonte: *print* da tela da notícia publicada no portal *Correio Braziliense*. Acesso em 24 de maio de 2021.

O tipo jornalístico encontrado no *corpus* é o informativo (que agrupa nota, notícia, reportagem, entrevista, ao articular pré-gêneros narrativo, argumentativo, descritivo etc.). Os 151 textos que compõem o *corpus* são do tipo jornalístico informativo, sendo que 125 deles são predominantemente narrativos e 26 são predominantemente argumentativos. Há, ainda, o jornalismo de serviço, em que são apresentadas informações complementares tais como endereços, telefones, horários. Sete matérias apresentam informações sobre onde pedir ajuda ou como denunciar.

No suporte impresso, os textos informativos apresentam elementos como antetítulos (chapéus), manchetes, subtítulos (linha-fina ou sutiãs), legendas, boxes. As páginas jornalísticas na internet que são ligadas a veículos tradicionais herdaram formas e estilos do impresso (JORGE, 2013) e, também, apresentam esses elementos. Outro ponto a se destacar: na transposição do texto do suporte impresso para o suporte digital, por vezes o gênero do texto muda. Uma nota pode se transformar em notícia, para se encaixar no formato do sistema do portal, com a inclusão de elementos como manchetes e subtítulos, por exemplo. No caso do *Correio*, as matérias publicadas no suporte digital não apresentam o antetítulo, cuja função principal é antecipar alguma informação sobre o assunto da matéria.

A seguir, apresento recortes de matérias publicadas em meio impresso e digital referentes a um mesmo fato noticioso – Justiça determina prisão preventiva de acusado de feminicídio. O intuito é ilustrar a relevância da articulação gênero-suporte, proposta por Resende (2017). Nas imagens, é possível ver como a matéria jornalística é apresentada em estruturas diferentes de acordo com o suporte; a hierarquização das informações, a construção dos parágrafos, os elementos característicos do gênero informativo.

⁴⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/07/interna_cidadesdf,678832/jessyka-descreve-agressao-que-sofreu-do-ex-namorado-pm.shtml

Imagem 12: Recorte referente à versão impressa do fato noticioso

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quarta-feira, 30 de janeiro de 2019 • Cidades • 23

FEMINICÍDIO / Justiça determina a prisão preventiva de Ranulfo do Carmo Filho, que matou a tiros a mulher e feriu à bala o filho mais velho. Até a noite de ontem, o servidor do TJDFT estava internado na UTI do Hospital de Base

Filha temia ser morta pelo pai

» SARAH PERES
» WALDER GALVÃO
ESPECIAIS PARA O CORREIO

"Por favor, não faça isso", foram as últimas palavras da dona de casa Diva Maria Maia da Silva, 69 anos, antes de ser morta. Assustada e em estado de choque, após ver o filho mais velho, Régis do Carmo Corrêa Maia, 46, levar três tiros no peito, ela se escondeu atrás do sofá da sala do apartamento, no primeiro andar do Bloco E da 316 Norte, na manhã de segunda-feira. O marido, Ranulfo do Carmo Filho, 72, que acabara de recarregar o revólver calibre .38 usado para atingir o outro homem no imóvel, mirou na mulher com quem era casado há quase meio século. Ele disparou as seis balas contidas no tambor da arma. Cinco acertaram a esposa, que caiu morta.

Os detalhes da barbárie e o risco de morte aos filhos de Ranulfo e Diva influenciaram a juíza Flávia Pinheiro Brandão, do Núcleo de Audiências de Custódia, a decretar a prisão preventiva do assassino confesso, em audiência de custódia realizada na manhã de ontem. Ranulfo confessou a matança

Arthur Mesquita/Esq. CBO/A Press



Parentes e amigos se despediram ontem da dona de casa Diva Maria Maia da Silva, no cemitério Campo da Esperança

a penitenciária Papuda, onde deve ficar até o julgamento, caso não consiga um habeas corpus. "Há necessidade da segregação em razão das circunstâncias

meio de comunicação, deverá manter distância de até 500m deles e não pode deixar o Distrito Federal por mais de 30 dias. O autônomo também não poderá

a arma de fogo escondida em cima do armário do quarto e voltou para a sala.

Primeiro, ele acertou o filho com quatro tiros. A testemunha

vermelha do Hospital de Base. Três dos disparos acertaram o peito e um, o ombro. Uma das balas atingiu o pulmão e médicos

vítimas. Desceu pelas escadas, caminhou até o estacionamento público em frente ao bloco, onde entrou no carro, um Cross Fox branco, e fugiu. Um helicóptero da Polícia Militar o localizou e acionou equipes em terra, que cercaram e prenderam o assassino na Epiá Sul, em frente à Quadra 8 do Park Way, em direção ao Gama, a cerca de 25km do local do crime.

Ranulfo confessou o crime em depoimento na 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte). A filha mais nova do casal, Rejane também depôs na unidade. Ela descreveu o pai como "uma pessoa possessiva e muito ciumenta, demonstrando um comportamento doentio". afirmou que Ranulfo era agressivo não apenas com a mãe, mas com ela e o irmão. Como eles defendiam Diva, ambos foram ameaçados de morte pelo pai. Ranulfo confirmou as brigas e as ameaças.

Dor e despedida

O velório de Diva, mineira de Uberaba, começou por volta das 12h de ontem, no Cemitério Campo da Esperança. Por volta das 15h30, cerca de 50

Fonte: *print* do arquivo em formato pdf da versão impressa do *Correio Braziliense*.

Imagem 13: Recorte referente à versão digital do fato noticioso⁴⁹

Seções **CORREIO BRAZILIENSE** Acervo

CIDADES

Feminicídio na Asa Norte: acusado tem prisão preventiva decretada pelo TJ

Ranulfo do Carmo Filho não poderá manter contato com os dois filhos e deverá manter distância de até 500m deles. Decisão é da juíza do NAC, Flávia Pinheiro Brandão

15 Isa Stacciarini

Postado em 29/01/2019 11:45

O acusado [de matar a mulher e atirar contra o filho mais velho do casal](#). Ranulfo do Carmo Filho, teve a prisão em flagrante convertida para preventiva. A decisão é da juíza substituta do Núcleo de Atendimento de Custódia (NAC), Flávia Pinheiro Brandão Oliveira. A audiência de custódia do preso terminou por volta de 11h08 desta terça-feira (29/1).

Anúncios Google

Enviar comentários

Anúncios? Por quê?

Assine a nossa newsletter

Digite seu endereço de e-mail para acompanhar as notícias diárias do Correio Braziliense.

Digite seu email...

INSCREVA-SE

MAIS LIDAS

Fonte: *print* da tela da notícia publicada no portal *Correio Braziliense*. Acesso em 1º de junho de 2021.

⁴⁹ https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/29/interna_cidadesdf,733823/feminicidio-na-asa-norte-acusado-tem-prisao-preventiva-decretada-pelo.shtml

Outra característica do suporte digital é a possibilidade de a leitora e o leitor comentarem as notícias. Ao final da matéria, está um campo de comentários. Cada portal estabelece os critérios de identificação de autoria dos comentários. Para comentar no *Correio Braziliense*, é necessário ter perfil em alguma das redes sociais listadas ou preencher um cadastro no próprio site. Os comentários digitais são, segundo Bou-Franch (2013), uma forma de jornalismo de base que permite às cidadãs e aos cidadãos leitores se expressar e participar no processo de produção das notícias. É o chamado jornalismo cidadão, considerado por Turner (2010, *apud* Bou-Franch, 2013) como o principal benefício resultante das plataformas digitais.

Considerando a pergunta de pesquisa *Quais gêneros jornalísticos são utilizados nas narrativas dos casos de feminicídio? São os esperados no suporte da plataforma digital do Correio Braziliense ou transgridem as expectativas genéricas?*, tendo analisado esse aspecto dos dados, posso dizer que o jornal pesquisado utiliza o tipo jornalístico informativo e suas características inerentes, incluindo gêneros e pré-gêneros, da forma esperada para a realização no suporte da sua plataforma digital. Sendo um veículo de mídia tradicional, que ainda tem o suporte impresso entre seus principais produtos, o *Correio Braziliense* não transgride a expectativas genéricas no seu portal de notícias. Elementos como vídeos, galeria de fotos, infográficos interativos são pouco ou quase não explorados e o principal recurso digital utilizado é o hiperlink. Partindo desse viés, é possível ponderar que a audiência preferencial do *Correio Braziliense* permanece aquele do início de sua história, já que o jornal se mostra pouco atrativo para as gerações chamadas nativas digitais.

Considerações

Os modos de produzir e consumir informação mudam com o tempo e, principalmente, com o avanço de tecnologias da informação. As gerações nativas digitais lidam com isso de forma diferente das gerações que viveram em tempos analógicos. E é por isso que vejo ser importante considerar a influência do meio digital no modo como nos relacionamos com o texto noticioso. O impacto provocado pelo suporte na realização do gênero não pode mais ser negligenciado, como explica Resende (2017). Os textos são, cada vez mais, multifacetados; os discursos, construídos coletivamente com interações verbais, imagéticas (emojis) e engajamentos (cliques, curtidas e compartilhamentos).

Ou seja, as novas tecnologias mudam as nossas relações sociais – que estabelecemos por meio de textos, entre leitora e autora – e o modo como consumimos os textos. Um momento (suporte) da ordem de discurso tem o potencial para mudar a prática inteira de que faz parte (as

relações sociais, as atividades materiais). Entendo ser relevante começarmos a pensar não só na centralidade do texto, mas também na centralidade das práticas digitais.

4.2 Escolhas lexicais e a construção de representações

Seguindo o raciocínio de Regis (2017), van Dijk (2015, 2017), e Londoño Zapata e van Dijk (2019), optei por investigar a representação de vítimas e agressores/ feminicidas partindo da análise do léxico. As escolhas lexicais podem indicar afiliação de discursos a determinadas vertentes, podem apontar para discursos racistas, sexistas, entre outras formas discriminatórias, podem indicar a representação negativa ou positiva de pessoas, grupos e eventos, uma vez que diferentes discursos lexicalizam o mundo de maneiras diferentes (Fairclough, 2003). Essas estruturas são usadas pelas elites simbólicas (Regis, 2017) para reproduzir ideologias e, por isso, a escolha lexical nunca é neutra e sempre há uma avaliação pressuposta.

Assim, para responder à pergunta *Os textos jornalísticos constroem estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas?*, retornei ao NVivo e criei um nó específico para representação, com os subnós ‘agressor’ e ‘vítima’. Para cada um deles, criei outros subnós para reunir as informações que o jornal *Correio Braziliense* trouxe para identificar tais personagens e para se referir a elas nas matérias. Alguns subnós se referem a termos que compõe a estrutura discursiva comumente usada na apresentação de pessoas no gênero notícia, como *nome*, *idade* e *funcionalização*. Outros foram criados pela análise dos dados: *individualização* (a forma que o *Correio* usa para se referir à vítima e ao agressor/ feminicida e para retomá-los ao longo do texto), *relacional* (termos que indicam a relação entre vítima e agressor/ feminicida, e deles com outras fontes), *mitigadores* (palavras, expressões e excertos que podem amenizar as ações do agressor/ feminicida) e *qualificadores* (palavras, expressões e excertos que apresentam características das vítimas).

4.2.1 Agressores/ feminicidas

Na identificação de perfil dos agressores/ feminicidas, comecei por considerar a estrutura discursiva que os jornais costumemente usam para apresentar personagens principais no gênero notícia: *nome*, *idade* e *funcionalização*. Dos 151 textos do *corpus*, 122 trazem o nome do agressor/ feminicida, com 630 ocorrências – nas formas de primeiro nome, nome completo (com todos os sobrenomes), nome reduzido (com um sobrenome) ou apenas o sobrenome. Importante destacar

que o primeiro nome é a forma mais usada para mencionar o agressor/ feminicida ao longo dos textos (380 ocorrências). Os três nomes com mais ocorrências são os dos feminicidas de Louise Maria da Silva Ribeiro, Raphaella Noviski e Jéssyka Laynara da Silva Souza – os três casos com maior cobertura da imprensa, sendo 21 textos do assassinato de Louise, 11 textos do de Raphaella, e cinco do de Jéssyka.

A idade⁵⁰ dos agressores/ feminicidas não acrescenta informações relevantes para análise, mas foi codificada por fazer parte da estrutura de identificação de personagens. Em 95 textos, foram identificados três homens com 19 anos, 22 com idades entre 20 e 29 anos, 22 com idades entre 30 e 39 anos, 11 com idades entre 40 e 49 anos, cinco com idades entre 50 e 59 anos e cinco com idades entre 60 e 81 anos. Destaco que a informação de idade aparece não só no corpo do texto, mas também em outros elementos da notícia (manchete, subtítulos, legendas).

Em funcionalização, codifiquei 57 textos, com 164 referências a profissões/ ocupações ou a locais de trabalho do agressor/ feminicida. Além da identificação, os termos de funcionalização serviram para retomar o agressor/ feminicida ao longo do texto. A palavra ‘militar’ é a mais recorrente (37 vezes), e aparece tanto como modo de referenciar quanto ligada a outras palavras do campo semântico militar, como soldado, policial e Polícia, em construções como ‘soldado da Polícia Militar’ e ‘policial militar’. O quadro a seguir mostra quantas vezes as seguintes profissões foram mencionadas no texto como forma de referenciar agressores/ feminicidas.

Quadro 5: Profissões/ ocupações dos agressores/ feminicidas

Profissão/ ocupação	Ocorrências nos textos
Soldado (da Polícia Militar)	30
Policial (Militar)	24
Estudante	14
Professor	7
Vereador	6
Fotógrafo	5
Piloto do metrô	5
Ajudante de pedreiro	4
Aluno	4
Motorista	4

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

⁵⁰ Apesar de ser importante dado para conhecer o perfil de vítimas e agressores/ feminicidas, a informação sobre idade não se mostrou relevante para a análise de léxico proposta nesta pesquisa.

As duas profissões com mais ocorrências nos textos são da carreira militar, profissionais que lidam com a violência em suas rotinas diárias, que têm acesso a armas de fogo e que, principalmente, devem proteger a cidadã e o cidadão. Por isso, o destaque dado pelo *Correio* a essas profissões pressupõe mais do que uma ocupação de prestígio, mas reforça o poder simbólico e material que o militar exerce em suas relações pessoais. No total, sete dos 83 feminicídios noticiados foram cometidos por policiais. O feminicida de Jéssyka Laynara, por exemplo, era policial militar.

A segunda ocupação com maior número de ocorrências é ‘estudante’, que, por vezes, é alternado com ‘aluno’. Juntos, esses dois termos foram usados 18 vezes e ambos referenciaram tanto o feminicida de Louise quanto o de Raphaella.

Usar a categoria de funcionalização é uma forma de evidenciar o valor simbólico que aquela profissão/ ocupação representa na sociedade. Foram listadas 23 profissões/ ocupações diferentes, sendo que 14 delas são normalmente associadas a baixa escolaridade. O Quadro 5 mostra que as profissões/ ocupações com os maiores números de ocorrências têm, normalmente, maior valor simbólico na sociedade. Esses números indicam que há maior cobertura dos casos quando o agressor/ feminicida ocupa alguma profissão mais prestigiada ou ao serviço do Estado. No entanto, não é possível afirmar que isso é fator relevante para a definição da pauta de cobertura.

No subnó individualização, codifiquei os termos que o *Correio* usa para se referir aos agressores/ feminicidas e para retomá-los ao longo do texto, excetuando aqueles que indicam profissão/ ocupação. ‘Homem’ é a palavra mais usada para referenciar o agressor/ feminicida – 157 ocorrências. A escolha dessa palavra, assim como ‘jovem’ (20 ocorrências), ‘rapaz’ (13) e ‘idoso’ (4), aparenta neutralidade, já que se trata de um substantivo masculino comum.

‘Suspeito’ (58) e ‘acusado’ (57) são termos associados aos léxicos policial e jurídico, comumente usados em boletins de ocorrência, inquéritos policiais, denúncias e outros instrumentos legais. Indicam autoria do crime sem, no entanto, se comprometer em afirmá-la, e são usados em matérias que narram situações prévias a um julgamento. Já ‘réu’ (39), ‘autor’ (29), ‘preso’ (4), ‘condenado’ (3), ‘culpado’ (1) e ‘agente’ (1) pertencem ao léxico jurídico, e aparecem nas matérias que narram os casos de julgamentos, decisões judiciais, prisões. Já assumindo uma postura nas escolhas lexicais, o *Correio* usa ‘assassino confesso’ (25), ‘assassino’ (22), ‘criminoso’ (7), ‘atirador’ (4), ‘algoz’ (3) e ‘responsável’ (2).

Quadro 6: As dez palavras mais usadas para individualizar o agressor/ feminicida

Palavra	Ocorrências
Homem	157
Suspeito	58
Acusado	57
Réu	39
Agressor	30
Autor [do crime, do feminicídio, das facadas]	29
Assassino confesso	25
Assassino	22
Jovem	20
Rapaz	13
Criminoso	7

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo

Outra forma de referenciar os agressores/ feminicidas é pelo seu *status* relacional com a vítima ou com as fontes jornalísticas. Dos 77 textos em que essa forma é utilizada, 136 termos indicam relação com a vítima, e dez termos indicam relação com fontes jornalísticas, como ‘pai’ (6 ocorrências), ‘filho’ (2), ‘cliente’ (2), colega’ (1), ‘cunhado’ (1) ‘sobrinho’ (1) e ‘vizinho’ (1). A nuvem de palavras a seguir mostra as palavras mais usadas.

Imagem 14: Nuvem de palavras do léxico relacional do agressor/ feminicida



Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo

No centro da nuvem aparece o prefixo ‘ex’ como o termo mais recorrente no léxico relacional, sozinho em 10 ocorrências e ligado aos outros termos, sendo 17 ocorrências para ‘ex-

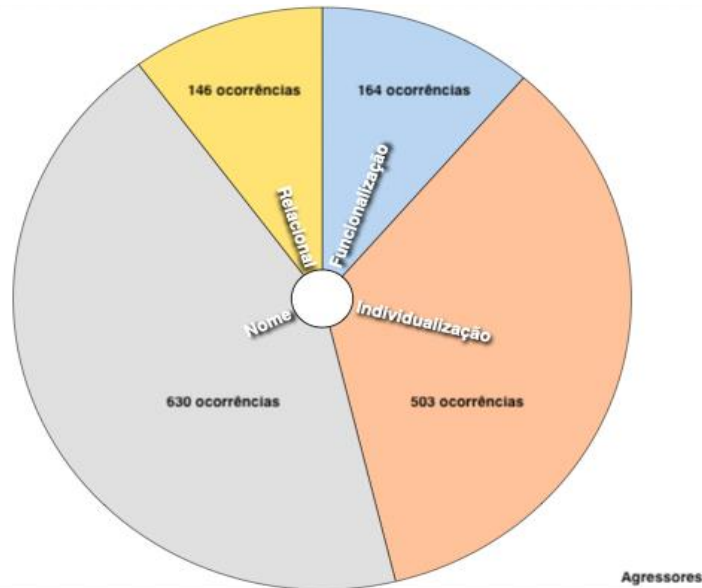
marido’, 27 para ‘ex-namorado’ e 8 para ‘ex-companheiro’⁵¹. Ainda no léxico relacional, foram 34 ocorrências para ‘marido’, 18 para ‘namorado’ e 12 para ‘companheiro’. Esses números visualizam que a seleção do *corpus* considerou apenas os casos de feminicídio íntimo – aqueles praticados por parceiros.

Na análise geral das escolhas lexicais para referenciar os agressores/ feminicidas, o *Correio Braziliense* utiliza o nome deles de forma mais recorrente (630 ocorrências), em especial o prenome (380). Isso pode ser uma escolha de estilo do jornal, ou pode ser indício de pouco prestígio e insignificância, uma vez que o uso do prenome aponta para informalidade da relação entre interlocutores. A individualização por palavra geral foi a segunda forma de referenciação, sendo as palavras do grupo lexical etário as mais usadas – homem, jovem, rapaz e idoso. Com o uso de ‘assassino’, ‘criminoso’, ‘atirador’, ‘algoz’ e ‘responsável’, o *Correio* assume uma postura condenatória ao agressor/ feminicida.

As referências a funcionalização se concentraram nos casos de Louise Ribeiro e Raphaella Noviski – cujos assassinos eram estudantes – e no caso de Jéssyka Laynara – cujo assassino era policial militar. Esses são os três casos de maior repercussão, com maior cobertura midiática e textos maiores e mais elaborados. Nos demais casos, a funcionalização foi mais usada como estrutura de identificação de personagens (nome, idade e profissão) do que como modo de retomá-los ao longo do texto. Por fim, o uso do léxico relacional se concentra nas relações amorosas – atuais ou passadas –, como vimos. No entanto, o pouco uso de palavras indicativas de outras formas de relação mostra que o *Correio Braziliense* não buscou frequentemente outras fontes jornalísticas para embasar as informações sobre o agressor/ feminicida. O gráfico a seguir ilustra a hierarquia das codificações.

⁵¹ As formas ‘exmarido’, ‘exnamorado’ e ‘excompanheiro’ que aparecem na nuvem não configuram erros de grafia nos textos originais, mas, sim, hifenizações que foram interpretadas pelo NVivo como sendo uma única palavra.

Imagem 15: Gráfico da hierarquia da codificação dos agressores/ feminicidas



Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

A análise das escolhas lexicais não se limita ao uso de palavras específicas, mas pode abranger construções oracionais que apontem para discursos racistas, sexistas, entre outras formas discriminatórias ou para a representação negativa ou positiva de pessoas, grupos e eventos. Para a análise de léxico, considerei apenas as construções que possam mitigar a ação dos autores do crime, levando ao entendimento de que eles só cometeram o crime porque foram levados a isso. A análise dos motivos apresentados para o crime é objeto do próximo capítulo.

Como elementos mitigadores da ação do agressor/ feminicida, codifiquei 89 excertos, de 45 textos. Os elementos que fazem referência ao consumo de álcool, drogas e medicamentos foram os mais utilizados, com 31 ocorrências. Essa é uma justificativa patriarcal-machista, uma vez que a sociedade tolera mais os homens que consomem álcool em comparação com as mulheres, por exemplo. Esses elementos são usados tanto para contar a dinâmica do crime quanto para traçar a personalidade do agressor/ feminicida, como mostro a seguir.

1) [...] o casal tinha **problemas com álcool** e havia **ingerido bebida alcoólica**. [...] **Após beber** e discutir no bar [...] agrediu a esposa com murros. **Embragado**, o acusado adormeceu, ao lado de Conceição, sem se dar conta de que ela já estava morta.⁵²

⁵² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/02/interna_cidadesdf,485277/pm-reformado-mata-mulher-a-socos-no-guara-e-dorme-ao-lado-do-corpo.shtml

- 2) “Ele ia na casa dela direto. **Bebia muito** e desconfiamos até que estava **usando drogas**”, contou uma prima.⁵³
- 3) Também segundo a Polícia Civil, o agressor e a mulher costumavam discutir, principalmente **quando ele usava drogas** ou aparecia **embriagado** em casa.⁵⁴
- 4) O acusado tentou justificar o crime dizendo que estava **sob efeito de dois medicamentos**, mas o médico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) informou que se ele tivesse feito uso de tais medicamentos se encontraria desacordado.⁵⁵
- 5) Segundo informações da Polícia Civil de Goiás, o casal havia **ingerido bebida alcoólica** e começou uma discussão.⁵⁶
- 6) **Após consumir drogas e ingerir bebidas alcoólicas**, o suspeito, de 38 anos, se descontrolou, jogou álcool contra a própria esposa, a empurrou no fogão e acendeu as chamas.⁵⁷
- 7) “Recebemos relatos de que ele é uma **pessoa alcoólatra** e fica violento **quando bebe**”.⁵⁸
- 8) Eles (vítima e autor) eram moradores de rua e **usuários de droga** que viviam dentro do container.⁵⁹
- 9) Contou que ele **tinha um problema de drogas**, mas que não era má pessoa. [...] alegou estar sob efeito de drogas [...].⁶⁰
- 10) O autor do crime havia saído para pescar e voltou **bêbado**, de madrugada.⁶¹

Os exemplos acima mostram a representação de relação entre agressão e consumo de álcool ou drogas. Também mostram um comportamento agressivo recorrente associado ao consumo de álcool. Trazer esse histórico de substâncias lícitas ou ilícitas para narrar o crime é

⁵³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/12/interna_cidadesdf,557023/mulher-e-assassinada-a-facadas-pelo-ex-companheiro.shtml

⁵⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/21/interna_cidadesdf,627976/homem-que-ateou-fogo-na-mulher-no-riacho-fundo-2-deve-ir-a-juri-popula.shtml

⁵⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/07/interna_cidadesdf,600773/homem-esfaqueia-mulher-na-ceilandia-e-e-preso-em-flagrante.shtml

⁵⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/03/interna_cidadesdf,614927/mulher-que-teve-50-do-corpo-queimado-pelo-marido-continua-internada.shtml

⁵⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/06/interna_cidadesdf,623975/policia-civil-prende-homem-acusado-de-atear-fogo-a-mulher.shtml

⁵⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/09/interna_cidadesdf,699752/policia-busca-provas-para-indiciar-acusado-de-jogar-mulher-do-3-andar.shtml

⁵⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/06/interna_cidadesdf,664137/policia-prende-homem-que-matou-e-queimou-mulher-dentro-de-container.shtml

⁶⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil,664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml>

⁶¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/03/interna_cidadesdf,735066/quatro-mulheres-morreram-vitimas-de-feminicidio-no-df-somente-em-janei.shtml

uma forma de distanciar o agressor/ feminicida da responsabilidade de seus atos, como se o homem não fosse capaz de evitar a violência praticada por ele mesmo.

Outra forma apresentada pelo *Correio* para amenizar as ações do agressor/ feminicida é alegar a existência de problemas psiquiátricos, emocionais e sociais, com 19 ocorrências. No entanto, em duas delas é informado algum tipo de tratamento ou acompanhamento profissional.

11) “Vejo esse rapaz com **séria doença mental**. Ele tem **problemas psiquiátricos sérios** e **precisa ser avaliado pela perícia**. Até pelo fato de **narrar o fato sem qualquer emoção**. **Não demonstrou sentimento** nem quando a família dele o abraçou na DP — Delegacia de Polícia”, contou o chefe da Divisão de Repressão a Sequestros da Polícia Civil Leandro Ritt, à época responsável pelo caso.⁶²

12) No entanto, ele levanta a possibilidade de que o assassino estivesse caminhando para um **estado psicótico**.⁶³

13) A falta de rumo e o vazio fazem parte de um **momento social complicado** que afeta todos nós.

[...]

Para o especialista, saber onde o jovem está inserido e que nível de instrução teve também ajuda a **compreender a ação brutal a partir de um contexto mais amplo**, como o de pouco amparo e cuidado.⁶⁴

14) De acordo com a Polícia Militar à época, Jailson tinha **problemas emocionais** e estava com o porte de armas suspenso.⁶⁵

15) Ao ser preso, segundo a PM, o soldado alegou **problemas psicológicos**.

[...]

De acordo com a PM, o policial estava afastado por **problemas psicológicos** e era ligado ao 29º Batalhão, de Poços de Caldas, no Sul de Minas.⁶⁶

16) No dia do crime, Beny estaria “**transtornado**”.⁶⁷

17) “Ele vinha há dois meses **fazendo tratamento psicológico** e estava afastado das atividades devido as ameaças e agressões contra a ex”, disse o sargento.⁶⁸

⁶² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/07/26/interna_cidadesdf,541805/justica-determina-que-assassino-de-estudante-da-unb-va-a-juri-popular.shtml

⁶³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/02/interna-brasil,563305/o-que-leva-alguem-a-matar-o-filho.shtml>

⁶⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/12/interna_cidadesdf,640431/sentimento-de-posse-provoca-feminicidio-dizem-especialistas.shtml

⁶⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/27/interna_cidadesdf,584064/pm-acusado-de-matar-esposa-sera-julgado.shtml

⁶⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/19/interna-brasil,674926/soldado-da-pm-que-matou-a-ex-e-fugiu-com-a-filha-tentava-fazer-documen.shtml>

⁶⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/06/interna_cidadesdf,645832/juri-condena-homem-que-matou-a-mulher-a-facadas-em-ceilandia.shtml

⁶⁸ Link não disponível mais no acervo do *Correio Braziliense*.

18) Ele disse que vai ficar dez meses em **tratamento psicológico**.⁶⁹

Há, ainda, a reprodução da fala do pai de uma vítima que, ao se revoltar contra o assassino de sua filha, usa termos que amenizam a responsabilidade dele. Chamar de louco remete à insanidade e à falta de discernimento entre o certo e o errado. Perante a lei, uma pessoa “louca” é considerada inimputável.

19) Não acredito, esse cara é **podre, um infeliz, um louco**. Eu quero a minha filha de volta!⁷⁰

Outra forma de mitigar a responsabilidade do agressor/ feminicida é associar o crime a uma atitude irracional, um impulso. Essa associação faz entender que agressor/ feminicida foi instigado por algo que o fez reagir sem pensar, motivado por forte emoção, como a seguir.

20) Ele foi **tomado por sentimento** e ocorreu uma **atitude irracional**.

[...]

Questionada sobre o motivo de matar Louise, Vinicius respondeu: “Eu **agi por impulso**”.

[...]

Analisando bem, foi um abraço de indiferença e eu **acabei estourando**.⁷¹

21) Num suposto **ataque de fúria**, Thiago teria pegado uma faca para matá-la.⁷²

22) Afirmou que **estava fora de si** no momento do assassinato e que se descontrolou ao ser agredido.

[...]

Somente o pessoal que me conhece, realmente, sabe que **eu, em mim, não teria coragem de fazer**.

[...]

Tudo isso foi porque nunca tomei um tapa na cara, nem pela minha mãe. Depois que me deu um tapa na cara **perdi o controle** e aconteceu isso que aconteceu”, disse.⁷³

O quadro a seguir apresenta outros elementos que distanciam o agressor/ feminicida da responsabilidade de seus atos para violência cometida.

⁶⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/07/interna_cidadesdf,678832/jessyka-descreve-agressao-que-sofreu-do-ex-namorado-pm.shtml

⁷⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/05/interna_cidadesdf,678503/era-um-relacionamento-abusivo-diz-prima-de-vitima-de-feminicidio.shtml

⁷¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/03/interna_cidadesdf,585662/acompanhe-o-julgamento-de-vinicius-neres-o-assassino-confesso-de-loui.shtml

⁷² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/03/interna_cidadesdf,614927/mulher-que-teve-50-do-corpo-queimado-pelo-marido-continua-internada.shtml

⁷³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/14/interna-brasil,665949/homem-matar-ex-mulher-e-filho-de-sete-meses-por-causa-de-tapa-no-rostho.shtml>

Quadro 7: Elementos mitigadores da responsabilidade do agressor/ feminicida

Elemento mitigador	Exemplo
Tranquilidade; sem histórico de brigas	<p>23) “Eles moravam aqui há pouquíssimo tempo. Era um casal tranquilo. Quase não ficavam em casa. Saíam de manhã e retornavam à noite. Estamos surpresos com o que aconteceu”, disse.⁷⁴</p> <p>24) Segundo o delegado Watson Warling, da 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires), familiares relataram que o homem nunca havia ameaçado a mulher de morte.⁷⁵</p>
Elogios	<p>25) Num post de dezembro de 2012 ela se declarou para o então marido. “Ronaldo você é o presente que Deus me deu”, publicou.⁷⁶</p> <p>26) “Ele (Elson) era amigo de todo mundo, bem-humorado e divertido. Essa tragédia pegou todo mundo de surpresa”, disse uma vizinha de comércio.⁷⁷</p>
Romance, paixão, amor	<p>27) Para viver o romance, José Carlos se separou da mulher, uma servidora pública do GDF, com quem viveu durante 31 anos. [...] “Ao confessar o crime, José Carlos chorou muito, disse que era apaixonado por ela e não aceitou o fim do relacionamento”, contou Mattos.⁷⁸</p> <p>28) [...] ele teria se apaixonado [...] Ele fez várias tentativas [...].⁷⁹</p> <p>29) “Ele admirava e nutria amor por ela. Ele jamais queria menosprezar.” Para a defesa, Vinicius não discriminou a condição dela de mulher. [...] Foi a primeira e a única pessoa com quem eu tinha planos, era um vínculo forte.⁸⁰</p>

⁷⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/21/interna_cidadesdf,528606/homem-acusado-de-matar-companheira-gravida-esta-foragido.shtml

⁷⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/17/interna_cidadesdf,581492/assassinato-de-mulher-em-vicente-pires-e-o-quarto-feminicidio-no-df-em.shtml

⁷⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/12/interna_cidadesdf,557023/mulher-e-assassinada-a-facadas-pelo-ex-companheiro.shtml

⁷⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/08/interna_cidadesdf,664643/do-maranhao-para-brasilia-a-trajetoria-da-mulher-assassinada-na-406.shtml

⁷⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/28/interna_cidadesdf,533814/preso-acusado-de-matar-ex-namorada-por-nao-aceitar-fim-de-relacionamen.shtml

⁷⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/06/interna_cidadesdf,638949/assassinato-em-escola-de-alexania-foi-premeditado-diz-delegada.shtml

⁸⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/03/interna_cidadesdf,585662/acompanhe-o-julgamento-de-vinicius-neres-o-assassino-confesso-de-loui.shtml

Vitimização	<p>30) “Não estamos lidando com um criminoso.” [...] É uma novidade muito grande para ele e, conseqüentemente, está nervoso e sem saber o que pode esperar.⁸¹</p> <p>31) Vinicius vai “pagar pelo resto da vida” pelo crime que cometeu. [...] “A sociedade sempre vai discriminar. Assim como ela perdeu a vida, ele também acabou com a vida dele.”⁸²</p>
Atitudes colaborativas	32) Mas, desde o início, ele colaborou com as investigações e assumiu a autoria. ⁸³
Perdão	33) Contudo, durante o julgamento, a vítima afirmou que já havia perdoado o marido e que não queria que ele fosse condenado. ⁸⁴
Características positivas da personalidade	<p>34) pessoa íntegra [...] excelente filho, irmão e até namorado [...] Estudioso, motivado. [...] muito presente e cordial⁸⁵</p> <p>35) inteligente [...] se mostrava uma pessoa dócil⁸⁶</p>
Características negativas da personalidade	<p>36) perfil agressivo [...] personalidade difícil [...] Sem estudo, sem emprego e “frio” [...] aluno problemático.⁸⁷</p> <p>37) é tido “por vizinhos, inclusive crianças, como pessoa agressiva, violenta e usuária de drogas pesadas”.⁸⁸</p>

Fonte: Elaboração própria com o auxílio do NVivo.

⁸¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/03/interna_cidadesdf,585581/vinicius-neres-que-matou-ex-namorada-na-unb-sera-julgado-hoje.shtml

⁸² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/04/interna_cidadesdf,586137/caso-louise-defesa-de-vinicius-neres-pretende-recorrer-da-condenacao.shtml

⁸³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/03/interna_cidadesdf,585581/vinicius-neres-que-matou-ex-namorada-na-unb-sera-julgado-hoje.shtml

⁸⁴ Link não encontrado no acervo do *Correio Braziliense*.

⁸⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/03/interna_cidadesdf,585662/acompanhe-o-julgamento-de-vinicius-neres-o-assassino-confesso-de-loui.shtml

⁸⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil,664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtm>

⁸⁷

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/07/interna_cidadesdf,639072/funcionarios-de-escola-relatam-perfil-agressivo-do-assassino-de-raphae.shtml

⁸⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/27/interna_cidadesdf,584064/pm-acusado-de-matar-esposa-sera-julgado.shtml

Alguns desses elementos foram usados pelos advogados de defesa no julgamento do réu, a fim de sensibilizar o júri e minimizar a pena a ser aplicada. É o caso dos exemplos 29, 30, 31 e 33, retirados de uma matéria focada na cobertura do julgamento do assassino de Louise Ribeiro. Já os exemplos 36 e 37 mostram características negativas que são associadas à personalidade do agressor/ feminicida, indicando que agressividade, frieza, personalidade difícil são características que não podem ser alteradas ou controladas, além de serem valorizadas pela masculinidade hegemônica. Embora sejam avaliações negativas, podem servir para minimizar a ação ou intenção da violência narrada.

4.2.2 Vítimas

Na identificação de perfil das vítimas, assim como dos agressores/ feminicidas, considerei a estrutura discursiva que os jornais costumemente usam para apresentar personagens principais no gênero notícia: *nome, idade e funcionalização*. Dos 151 textos do *corpus*, 123 mencionam os nomes das vítimas, com 640 referências. Aqui também há preferência para o uso do prenome, com 425 ocorrências; as demais são ao nome completo ou reduzido (nome e um sobrenome). Diferentemente do que acontece com os agressores/ feminicidas, as vítimas não são mencionadas apenas por seu sobrenome. Louise e Raphaella são os nomes mais citados, já que são, também, dois dos três casos de maior cobertura midiática.

Tal qual acontece com os agressores/ feminicidas, a idade⁸⁹ das vítimas não acrescenta informações relevantes para análise, mas foi codificada por fazer parte da estrutura de identificação de personagens. Em 111 textos, foram identificadas nove mulheres com idades entre 16 e 19 anos, 32 com idades entre 20 e 29 anos, 24 com idades entre 30 e 39 anos, dez com idades entre 40 e 49 anos, seis com idades entre 50 e 59 anos e duas com idades entre 69 e 86 anos.

Como funcionalização, a ocupação mais recorrente é do grupo lexical referente a escolaridade: ‘estudante’, com 66 ocorrências, ‘aluna’, com cinco, e ‘universitária’, com três. Esses números são alavancados por dois dos três casos de maior cobertura midiática (os assassinatos de Louise Ribeiro e Raphaella Noviski). Das ocupações/ profissões codificadas, 12 podem ser consideradas de maior valor simbólico na nossa sociedade, e 14 delas são

⁸⁹ Apesar de não acrescentar informações para a análise de estereótipos, é importante destacar que idade é um critério socioeconômico que permite ir um pouco além na interpretação. A maioria das vítimas se enquadram no que se conhece como idade produtiva e reprodutiva. Eram mulheres ativas no mercado de trabalho e ativas na reprodução de filhos. Esses aspectos são centrais para pautar os feminicídios como problema de saúde pública.

profissões que geralmente exigem menor escolaridade. De acordo com o Quadro 8, com exceção de ‘estudante’, há pouca discrepância nos números das demais profissões/ ocupações. Isso é um indício de que esse critério de referenciação é pouco esclarecedor para a construção da imagem da mulher ou para a definição da pauta de cobertura.

Quadro 8: Profissões/ ocupações mais recorrentes das vítimas

Palavras	Ocorrências no texto
Estudante	66
Advogada	9
Aluna	5
Funcionária	5
Dona de casa	4
Professora	4
Diarista	3
Empresária	3
Manicure	3
Servidora	3
Universitária	3

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

No subnó individualização, codifiquei os termos utilizados para se referir às vítimas e retomá-las ao longo do texto. ‘Vítima’ é o mais recorrente, com 280 ocorrências. Esse número não surpreende, já que o foco da pesquisa é a representação de vítimas de feminicídio. O segundo mais recorrente é ‘mulher’ (139 ocorrências), considerando apenas o significado de pessoa do sexo feminino. Os casos em que a palavra ‘mulher’ foi usada com o sentido de cônjuge foram codificados no subnó relacional. No mesmo campo semântico de ‘mulher’, o *Correio* usa ‘jovem’ (99 ocorrências), ‘menina’ (22 ocorrências), ‘adolescente’ (16 ocorrências), ‘garota’ (10 ocorrências) e ‘moça’ (5 ocorrências). Cabe destacar o uso frequente da palavra ‘corpo(s)’, com 70 ocorrências. Essa é uma palavra que tende a objetificar a mulher, assim como ‘cadáver’ (2) e ‘alvo’ (1), reduzindo seu *status* como pessoa, retratando a mulher como alguém “possuindo um corpo, mas não como um sujeito em sua plenitude, com corpo, alma, mente ou outras dimensões corpóreas”, como apontam Ramalho e Resende (2018, p. 17). Outras palavras usadas nos textos para se referir às mulheres são: ‘grávida’ (5 ocorrências), ‘brasiliense’ (1) e ‘pessoa’ (1).

Quadro 9: Palavras mais usadas para individualizar a vítima

Palavras	Ocorrências no texto
Vítima	280
Mulher	139
Jovem	99

Corpo	58
Vítimas	27
Menina	22
Adolescente	16
Corpos	12
Garota	10

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

No subnó relacional, o prefixo ‘ex’ ocupa a posição central na nuvem de palavras, seja sozinho (em seis ocorrências) ou ligado a outros termos, sendo 32 ocorrências para ‘ex-mulher’, 41 para ‘ex-namorada’ e 16 para ‘ex-companheira’⁹⁰. Não há menção a ‘ex-esposa’. Ainda no léxico relacional, foram 38 ocorrências para ‘mulher’, 17 para ‘namorada’, 43 para ‘companheira’ e 26 para ‘esposa’. Assim como no caso da seção anterior, esses números não surpreendem, já que a seleção do *corpus* considerou apenas os casos de feminicídio íntimo – aqueles praticados por parceiros.

Diferentemente do que acontece para agressores/ feminicidas, o grupo lexical familiar é recorrentemente acionado, com 64 ocorrências. Isso acontece porque os parentes das vítimas são convocados a falar sobre os crimes, funcionando como fontes jornalísticas.

Imagem 16: Nuvem de palavras do léxico relacional das vítimas



Fonte: elaboração própria com auxílio do NVivo.

⁹⁰ As formas ‘exmulher’ e ‘exnamorada’ que aparecem na nuvem não configuram erros de grafia nos textos originais, mas, sim, hifenizações que foram interpretadas pelo NVivo como sendo uma única palavra.

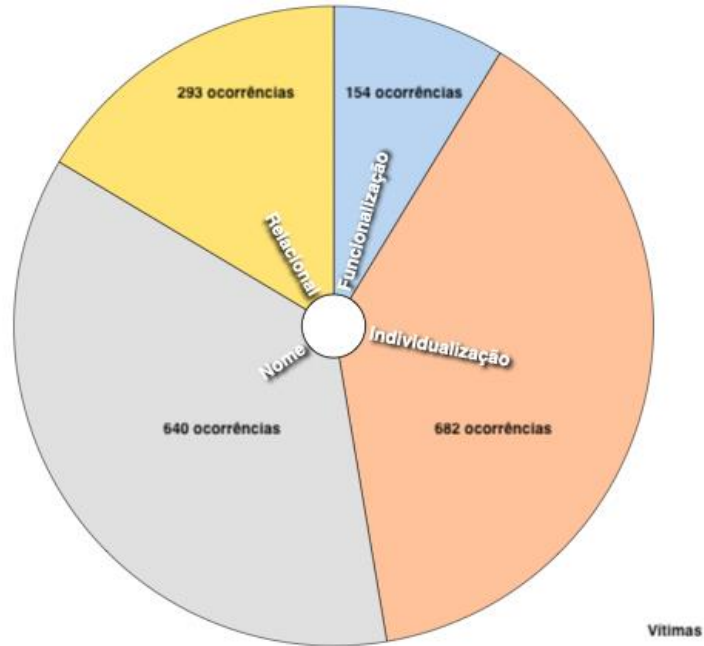
Diferentemente do que ocorre com os agressores/ feminicidas, na análise geral das escolhas lexicais para referenciar as vítimas, o *Correio Braziliense* utiliza a individualização como principal forma de referenciação. Vítima é a palavra mais usada, o que era esperado, já que o foco da construção do *corpus* é o feminicídio. Logo após, as palavras do grupo lexical etário são as mais usadas – mulher, jovem, menina, adolescente, garota e moça.

Chama a atenção, também, o uso de termos que objetificam as mulheres, como corpo, cadáver e alvo. Por meio desse grupo lexical, fica pressuposto que o ‘ser’ deixa de ‘ser’; a mulher perde seu *status* de ‘ser humano’, de sujeito quando morta. A morte, a partir desse grupo lexical, reforça a condição de ‘não ser’ da mulher nessa relação.

A segunda forma mais recorrente é o uso dos nomes das vítimas (640 ocorrências), em especial o prenome (425). Isso pode ser uma escolha de estilo do jornal, já que há manuais de redação e estilos (publicados por veículos de mídia) que orientam/ orientavam jornalistas a usarem o primeiro nome em referências a mulheres. Cabe dizer, ainda, que o uso do prenome aponta para a informalidade da relação entre interlocutores, situação que não ocorre em textos jornalísticos.

As referências ao grupo lexical relacional vêm à frente da funcionalização, diferentemente do que ocorre com os agressores/ feminicidas. Para as vítimas, além dos termos que indicam relação amorosa, há várias ocorrências de relações familiares. Isso acontece porque o *Correio Braziliense* não se limitou a apenas narrar os fatos, mas, também, se propôs a ouvir as histórias das vítimas, contadas por parentes. Destaco que a palavra ‘companheira’ (59 ocorrências) foi mais usada do que ‘companheiro’ (20 ocorrências), o que pode supor que essa característica é mais inerente à representação patriarcal da mulher do que à do homem. Por fim, as referências a funcionalização também se concentraram nas referências aos feminicídios de Louise Ribeiro e Raphaella Noviski – cujos assassinos eram estudantes. Nos demais casos, a funcionalização foi mais usada como estrutura de identificação de personagens (nome, idade e profissão) do que como modo de retomá-los ao longo do texto. O gráfico a seguir ilustra a hierarquia das codificações.

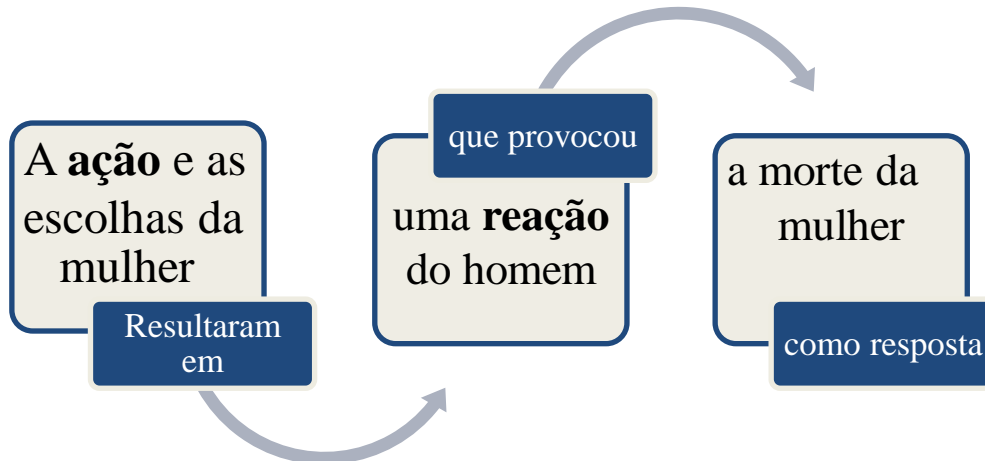
Imagem 17: Hierarquia da codificação das vítimas



Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

Para a análise de léxico, além de investigar as palavras mais usadas, codifiquei excertos que pudessem apontar a mulher como responsável pela violência sofrida. Para esta categoria, considerei apenas as construções que apresentam a mulher como agente semântico em oração levando ao entendimento de que agiram diretamente para o feminicídio que sofreram. Os excertos que apresentam motivos para o crime e que pressupõem a responsabilização da mulher pelo crime fazem parte da análise do próximo capítulo. A proposta de ‘cadeia agentiva’ da responsabilização da mulher por sua morte está esquematizada na imagem a seguir.

Imagem 18: cadeia agentiva da responsabilização da mulher



Fonte: elaboração própria.

Para essa categoria analítica de léxico, codifiquei 98 ocorrências em 51 textos, conforme exemplos a seguir.

38) Envolveu-se com um professor do curso na faculdade onde estudava, na Asa Norte. Aos poucos, segundo o relato de Cilene, o excesso de controle dele começou a incomodá-la; o ciúme era excessivo. **Ela pôs fim ao relacionamento**, e ele passou a persegui-la. **Suênia reatou um antigo romance**, e a situação piorou.⁹¹

39) Ele teria dito que discutiu com Christiane minutos antes do crime porque **ela tinha decidido terminar o relacionamento amoroso**.⁹²

40) "Pede para **ela voltar comigo**, senão eu vou fazer besteira. Me ajuda. Eu vou matar ela", teria dito o PM.⁹³

41) Misael se apaixonou pela adolescente. Em uma das tentativas de conquistar a menina, ele pediu para fazer parte da rede de amigos dela no Facebook, **mas Raphaella não respondeu**. Ele, no entanto, não desistiu.

[...]

Sem realmente saber se a menina queria algo com ele, passou a se sentir rejeitado. **A cada recusa**, o jovem sentia mais raiva, a ponto de trocar as investidas pela premeditação do assassinato.

[...]

Atirou no rosto de uma menina **que não quis relacionar-se**.⁹⁴

Nos exemplos acima o fato de a mulher não querer manter um relacionamento amoroso parece minimizar a ação violenta narrada nos textos do *Correio Braziliense*. No exemplo 38, Suênia vivia um relacionamento abusivo ('ciúme excessivo') e decidiu terminar, o que levou o homem a persegui-la. Suênia, então, resolveu seguir com sua vida e reatar um antigo namoro, o que teria provocado, enfim, sua morte. Em 39, o assassinato de Christiane é explicado em sua decisão de terminar o relacionamento, gerando uma discussão. Aqui, a agentividade da mulher é representada como o motivo da violência. É o que mostra, também, o exemplo 40: "Pede pra ela voltar comigo, senão eu vou fazer besteira". A mulher é ameaçada e intimidada, e por fim responsabilizada por sua morte. Em que pese a construção oracional vir da voz do assassino, a

⁹¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/06/interna_cidadesdf,530624/mulheres-falam-da-dor-pela-perda-de-familiares-vitimas-de-feminicidio.shtml

⁹² <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/09/10/interna-brasil,548065/policia-envia-a-justica-inquerito-sobre-morte-de-mulher-na-frente-da-f.shtml>

⁹³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/12/interna-brasil,564724/inconformado-com-fim-do-namoro-pm-mata-ex-com-14-tiros-em-itaquera.shtml>

⁹⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/07/interna_cidadesdf,639169/raphaella-noviski-e-enterrada-em-alexania-sob-aplausos-e-muita-comocao.shtml

escolha do *Correio* em reproduzir tal fala reforça uma interpretação de que a mulher provocou sua morte.

O exemplo 41, sobre o caso de Raphaella Noviski, mostra a insistência do feminicida em se relacionar com ela. A construção da narrativa começa com a informação de que o jovem que a assassinou estaria apaixonado por ela (já amenizando as ações dele); passa pelas tentativas de amizade, dando ênfase à ação dela de não responder às investidas (culpabilização); reforça a premissa do amor que vira ódio (‘a cada recusa, o jovem sentia mais raiva’ – novamente culpabilizando Raphaella por não corresponder); e finaliza com o assassinato da ‘menina que não quis relacionar-se’ (mais uma vez, o destaque está na ação de Raphaella). Ainda que seja dito que o crime foi premeditado (‘trocar as investidas pela premeditação do assassinato’), a narrativa direciona ao entendimento de que Raphaella só morreu porque ‘não quis’, ‘se recusou’, ‘não respondeu’.

42) O delegado-adjunto da 8ª Delegacia de Polícia (SIA), André Carvalho, explicou que, em depoimento, o homem alegou legítima defesa. “Ele disse que chegou em casa embriagado, houve uma discussão e **a companheira teria dado um tapa no rosto dele e o ameaçado com uma faca**. Logo depois, o homem tomou o objeto da mão da vítima e a esfaqueou”, contou.⁹⁵

43) Tudo isso foi porque nunca tomei um tapa na cara, nem pela minha mãe. **Depois que me deu um tapa na cara perdi o controle e aconteceu isso que aconteceu**”, disse.

[...]

Ainda durante a apresentação, o homem disse que **a ex-companheira teria se irritado com o fato que a atual mulher dele está grávida**. “Pelo fato de eu comunicar a ela que minha mulher, a minha atual, estava grávida, **ela perdeu o sentido de si, e veio a me agredir**”, contou.⁹⁶

44) De acordo com a Polícia Civil, por volta das 18h de terça-feira, a mulher estava com o filho de 7 anos e outro, de 8 meses, em uma lanchonete na Vila do Boa. De repente, o homem entrou no estabelecimento embriagado e tentou pegar o bebê à força. Ele estava nos braços da mãe. Como **ela não entregou a criança**, o homem tirou uma faca da cintura e começou esfaquear a mulher.⁹⁷

Nos três exemplos anteriores, é visível a conexão direta entre uma ação da vítima e a violência praticada contra ela. Em 42, a narrativa de como o crime aconteceu apresenta, inicialmente, três elementos mitigadores (‘legítima defesa’, ‘embriagado’ e ‘discussão’ – que

⁹⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/12/interna_cidadesdf,494342/homem-e-presos-por-matar-a-mulher-a-facadas-e-chutar-a-filha-de-1-ano.shtml

⁹⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/14/interna-brasil,665949/homem-matar-ex-mulher-e-filho-de-sete-meses-por-cao-de-tapa-no-rosto.shtml>

⁹⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/31/interna_cidadesdf,622494/mulher-esfaqueada-pelo-marido-em-sao-sebastiao-esta-em-estado-grave.shtml

leva a interpretar que o homem estava fora de seu estado normal, uma vez que a discussão foi o gatilho para a agressão), seguida de uma ação da vítima que justifica a agressão (deu um tapa e ameaçou). Ainda que a mulher tenha batido e apontado uma faca para seu agressor, o texto omite qualquer circunstância de perigo a ela, que estava em casa quando ele chegou. Mesmo embriagado, ele foi capaz de tomar a arma branca das mãos dela e esfaqueá-la. A filha do casal também foi agredida. Ainda assim, a legítima defesa é associada a ele e não a ela.

Em 43, a situação é semelhante: a mulher foi responsável por sua morte porque bateu no ex-companheiro; ela ‘perdeu o sentido de si’, ela ‘agrediu’, ela não aceitou a gravidez da atual companheira do ex. Ela morreu por ousar fazer algo que nem a mãe dele fez. Mesmo que a narrativa pertença à fala do assassino (que na ocasião matou também seu filho bebê), ao escolher reproduzi-la em discurso direto, o *Correio* reforça a suposição de culpa da mulher por sua morte. Já no exemplo 44, o elemento mitigador (‘embriagado’) é novamente usado e a mulher apontada como responsável pela agressão, já que ‘ela não entregou a criança’. Mãe e bebê foram atingidos e sobreviveram.

45) No Rio, mulher é morta a facadas horas **depois de denunciar ex-companheiro**. Ele chegou a prestar depoimento horas antes do crime, mas foi liberado. Silva é ex-presidiário, usa tornozeleira eletrônica, mas não foi encontrado porque o equipamento estaria com defeito.⁹⁸

46) Homem mata ex a facadas **após prisão por Lei Maria da Penha**.

[...]

Preso nesta terça-feira (25/4), em Barra Bonita, no interior de São Paulo, o desempregado Carlos Alexandre Messias, de 24 anos, confessou ter matado a ex-mulher, Dayane Gianetty, de 27, **porque ela o havia denunciado à polícia por agressões anteriores**.

[...]

As denúncias, com base na Lei Maria da Penha, fizeram com que ele ficasse quatro meses na prisão. Assim que foi libertado, Messias decidiu se vingar.⁹⁹

Os exemplos 45 e 46 não só induzem à responsabilização da mulher quanto indicam que os instrumentos de proteção à mulher são falhos e, até mesmo, perigosos para elas. Essas construções colocam a mulher em uma posição de agentividade, uma vez que a ação dela de denunciar, de tentar se proteger de mais agressões teria sido que provocou sua morte.

⁹⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/09/02/interna-brasil,547100/no-rio-mulher-e-morta-a-facadas-horas-depois-de-denunciar-ex-companhe.shtml>

⁹⁹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/26/interna-brasil,591424/homem-mata-ex-a-facadas-apos-prisao-por-lei-maria-da-penha.shtml>

47) Homem mata amante grávida porque **ela se negou a fazer aborto**

[...]

A balconista Elisânia da Conceição Leal, de 40 anos, grávida de dois meses, foi assassinada pelo amante, um homem casado, **porque se negava a fazer o aborto.**

[...]

Na delegacia, ele acabou confessando que havia se casado recentemente e sua esposa estava grávida de oito meses, mas **a amante também engravidara e não consentia com o aborto.**¹⁰⁰

48) Ao lado da jovem, a Polícia Militar encontrou um bilhete com a mensagem “o filho não é meu”

[...]

Ao lado do corpo da grávida, foi encontrado o bilhete com os dizeres “o filho não é meu”.¹⁰¹

Os exemplos acima mostram casos relacionados a gestação. Em 47, a imagem negativa da mulher é construída logo na manchete: ‘Homem mata amante grávida porque ela se negou a fazer aborto’. A palavra ‘amante’ carrega uma conotação negativa, já que é atribuída a quem mantém um relacionamento extraconjugal (há, ainda, o reforço dessa condição, para não deixar dúvidas: ‘pelo amante, um homem casado’). Em seguida, ‘ela se negou’ a fazer algo que lhe foi solicitado, o que acarretou o assassinato. É, ainda, minimizada pelo verbo ‘consentir’ no terceiro excerto apresentado: a vítima ‘não consentia com o aborto’. O *Correio* ainda constrói a imagem da ‘mulher destruidora de lares’, já que, segundo o relato, a esposa também estava grávida e a descoberta da gravidez da amante poderia levar ao divórcio. Aqui, duas mulheres são responsabilizadas pelo assassinato – a vítima (que negou/ não consentiu o aborto) e a esposa (que poderia terminar o casamento ao descobrir o caso).

É importante dizer que discutir a manutenção ou não de uma gravidez é um direito atrelado à autonomia reprodutiva, cuja principal interessada é a mulher. Cabe a ela, antes de qualquer outra pessoa, essa decisão. Obrigar uma mulher a fazer um aborto é coibir seus direitos, é taxar seu corpo como território do patriarcado, tirando da mulher seu direito de decisão. É, também, uma questão de saúde pública. Abortos clandestinos, feitos em estruturas inadequadas e sem recursos, são a causa da morte de milhares de mulheres.

No exemplo 48, apesar do aparente apagamento da mulher na agentividade da oração, está explícita atribuição de responsabilidade a ela quando é reproduzido o teor do bilhete encontrado ao lado do corpo: ‘o filho não é meu’. Ora, se o filho é de outro homem, então houve

¹⁰⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/06/08/interna-brasil,601185/homem-mata-amante-gravida-porque-ela-se-negou-a-fazer-aborto.shtml>

¹⁰¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/06/10/interna-brasil,601665/gravida-e-encontrada-morta-ao-lado-de-bilhete-o-filho-nao-e-meu.shtml>

traição, reforçando um estereótipo de honra machista e patriarcal, que entende que a mulher “adúltera” deve ser punida por seus atos (inclusive com a morte).

49) **Mulher se nega a fazer sexo com marido** e tem 80% do corpo queimado
 [...]

A mulher acusa o companheiro de ter jogado combustível e incendiado a casa **após ela se recusar a manter relação sexual com ele**

 [...]

Segundo as primeiras informações, descritas no Boletim de Ocorrência feito na 24ª Delegacia de Polícia (Setor O), a briga teria começado com a **negativa da mulher em manter relações sexuais com o marido.**

 [...]

Segundo consta no registro inicial, ele teria dito aos militares que estava querendo ir à Feira do Rolo negociar alguns móveis, mas **a companheira teria vetado a negociação.**

 [...]

Na versão da mulher, o parceiro teria tentado uma relação sexual com ela durante a noite. **Diante da resposta negativa da parceira,** ele teria incendiado a casa.¹⁰²

Mais um exemplo que enfatiza modelos patriarcais, ao apontar uma decisão da mulher como motivo para a violência imposta a ela. Já na estrutura da manchete (‘Mulher se nega a fazer sexo com marido e tem 80% do corpo queimado’) constrói-se a imagem da mulher como alguém que recebeu um ‘castigo’ por não cumprir com suas ‘obrigações maritais’ e se distanciar do lugar social atribuído às mulheres em um casamento¹⁰³. A narrativa segue reforçando esse modelo ao repeti-lo outras três vezes. Essa justificativa é apresentada como uma acusação, como a ‘versão da mulher’, e coloca em dúvida a veracidade da informação. Na explicação dada por ele, a mulher é novamente responsabilizada, por ter ‘vetado a negociação’ do marido.

50) Vinícius disse ter ficado “extremamente frustrado” com a **reação de Louise** quando ele disse que se mataria.
 [...]

“Na verdade, eu queria me matar. Havia até cogitado usar o clorofórmio para isso. Mas, quando contei para Louise o que estava planejando, **ela me deu um abraço e falou que sentiria saudades.** Era tudo mentira. Meu sentimento, na hora, se transformou em raiva”, afirmou.

 [...]

ele disse que “a história tomou outro rumo ao perceber o desprezo da ex-namorada”¹⁰⁴.

¹⁰² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/18/interna_cidadesdf,666891/mulher-se-recusa-a-fazer-sexo-e-marido-ateia-fogo-na-casa.shtml

¹⁰³ Esse é um caso que remete ao chamado estupro marital, que ocorre quando a mulher é forçada a manter relações sexuais com seu parceiro íntimo.

¹⁰⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/23/interna_cidadesdf,537442/pai-de-louise-exige-que-pena-de-acusado-seja-feminicidio.shtml

No exemplo 50, Louise Ribeiro é apontada como causadora de sua morte por não reagir conforme as expectativas de seu assassino. As falas são parte do depoimento do assassino durante seu julgamento e, ao reproduzi-las, o *Correio* reforça o estereótipo de culpa da mulher e de vitimização do homem. Isso fica evidente quando o jornal repete a história três vezes no mesmo texto. O feminicida convenceu Louise a se encontrar com ele quando contou a ela que cometeria suicídio, mas a situação ‘tomou outro rumo’ quando ela ‘frustrou as expectativas’ dele. Louise é mostrada como uma pessoa rude, fria, que não teve compaixão por alguém prestes a se matar.

Quadro 10: Elementos de responsabilização da vítima

Elemento de responsabilização	Exemplo
Traição	<p>51) Vitor Lima teria descoberto que a jovem, com quem se envolvia há um ano, visitava o ex-namorado no Complexo Penitenciário da Papuda. Com a suspeita de estar sendo traído, o homem teria tirado a vida da jovem.¹⁰⁵</p> <p>52) A versão do Ministério Público de Goiás, no entanto, apontou que Nathália teria descoberto relacionamentos extraconjugais de Ivo.¹⁰⁶</p>
Financeiro	<p>53) Um dos motivos do qual suspeitamos [para o cometimento do crime] foi o sumiço de um dinheiro do pai da Nathália. Ela o teria pressionado a entregar e ameaçou terminar o relacionamento. Eles começaram a brigar e, aí, o crime aconteceu.¹⁰⁷</p> <p>54) Ela negou-se a dar dinheiro para ele comprar drogas e, por isso, foi alvo de tentativa de assassinato.¹⁰⁸</p>
Ciúme e posse	<p>55) Samara dormia enquanto Thiago assistia a vídeos pornográficos na internet. Em um dos filmes, segundo a investigação, o homem pensou que ela participava da cena. Ele então começou a agredi-la com tapas e socos. Num suposto ataque de fúria, Thiago teria pegado uma faca para matá-la. Foi quando Samara se jogou do apartamento.¹⁰⁹</p>

¹⁰⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/06/interna_cidadesdf,586561/suspeitos-de-matar-jovem-em-taguatinga-sao-presos-pela-policia-civil.shtml

¹⁰⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/27/interna_cidadesdf,605349/mp-de-goias-denuncia-homem-acusado-de-matar-mulher-e-simular-suicidio.shtml

¹⁰⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/27/interna_cidadesdf,605349/mp-de-goias-denuncia-homem-acusado-de-matar-mulher-e-simular-suicidio.shtml

¹⁰⁸ Link não encontrado.

¹⁰⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/03/interna_cidadesdf,614927/mulher-que-teve-50-do-corpo-queimado-pelo-marido-continua-internada.shtml

	<p>56) "Ele começou a engatilhar (o revólver) dizendo que ia me matar. Cena de terror mesmo. Tudo isso por causa de uma mensagem", continuou.¹¹⁰</p> <p>57) "Matei por ciúmes. Já desconfiava que ela tinha outro relacionamento", disse.¹¹¹</p>
--	--

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

Em contraponto à imagem negativa da vítima desenhada pelo *Correio Braziliense*, identifiquei 59 excertos de qualificadores positivos da personalidade da mulher durante o processo de análise e codificação dos textos. É importante destacar que o *Correio* também se dedicou a contar a história de mulheres que tiveram suas vidas ceifadas por homens que violentaram sua independência emocional e afetiva. Dos 151 textos do *corpus*, 16 foram dedicados a contar a histórias dessas mulheres, vítimas da opressão masculina e de uma sociedade patriarcal. Esses 16 textos do *corpus* diferem dos demais pois são reportagens especiais, longas, detalhadas, com narrativas focadas nas características qualificadoras das mulheres.

Jane Carla era ‘menina amorosa e de comportamento exemplar’¹¹². Suênia era jovem e bonita, ‘uma mulher alegre, sorridente, carinhosa, que cuidou de 11 filhos, todos de caráter, trabalhadores’¹¹³. Louise tinha a ‘fragilidade de uma menina’¹¹⁴. Maria de Fátima era ‘uma mulher guerreira e trabalhadora’¹¹⁵. Raphaella tinha ‘traços de bondade e alegria’, ‘nunca se envolveu com coisa errada’, ‘calma, estudiosa e prestativa’, ‘dedicada à religião’¹¹⁶. Eliane era ‘muito feliz e sem inimizades’¹¹⁷. Paula tinha um ‘jeito alegre, meigo e carinhoso’¹¹⁸. Romilda

¹¹⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/07/interna_cidadesdf,678832/jessyka-descreve-agressao-que-sofreu-do-ex-namorado-pm.shtml

¹¹¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/02/interna_cidadesdf,657443/policia-prende-homem-que-matou-esposa-com-20-facadas.shtml

¹¹² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/14/interna_cidadesdf,521920/acusado-de-matar-a-ex-namorada-em-samambaia-tinha-historico-de-crimes.shtml

¹¹³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/06/interna_cidadesdf,530624/mulheres-falam-da-dor-pela-perda-de-familiares-vitimas-de-feminicidio.shtml

¹¹⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/23/interna_cidadesdf,537442/pai-de-louise-exige-que-pena-de-acusado-seja-feminicidio.shtml

¹¹⁵

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/08/interna_cidadesdf,579017/feminicidio-agressoes-e-estupros-devastadas-pela-opressao-masculina.shtml

¹¹⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/07/interna_cidadesdf,639232/ele-destruiu-a-vida-da-minha-familia-diz-mae-de-estudante-morta.shtml

¹¹⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/06/interna_cidadesdf,645832/juri-condena-homem-que-matou-a-mulher-a-facadas-em-ceilandia.shtml

¹¹⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/10/13/interna-brasil,633349/fotografo-mata-ex-namorada-e-ex-sogro-em-pernambuco-ex-sogra-ficou-fe.shtml>

era ‘alegre, extrovertida e vaidosa, características que combinavam com comprometimento, dedicação e vontade de aprender’¹¹⁹. Jéssyka era ‘linda, trabalhadora, gente boa, ajudava todo mundo’¹²⁰. Mayara era engraçada, dedicada à música e ‘envolvida em questões e lutas feministas’¹²¹. Clésia era uma ‘espécie de psicóloga dos amigos’, ‘capaz de ouvir e dar conselhos de maneira paciente’¹²². Veiguima ‘sempre foi uma pessoa boa’, ‘ajudava o próximo’¹²³. Diva era tida como ‘uma pessoa extrovertida, companheira e vaidosa’¹²⁴.

Ainda que os qualificadores tenham como intenção destacar pontos positivos da personalidade da mulher e como sua vida tinha importância para outras pessoas e para a sociedade, há que se olhar com cuidado para esses dados para não cairmos no discurso do ‘merecimento da violência’. Somente mulheres ‘boas’ não merecem ser mortas? E as mulheres que não se encaixam no perfil da mulher ‘boa’? A mulher que está em situação de prostituição, a que não é religiosa (ou que pratica sua fé fora do cristianismo), aquela que faz uso de substâncias lícitas ou ilícitas, a que não se dedica aos filhos. Merece ser morta?

Considerações

Ainda que o *Correio* não utilize, recorrentemente, palavras ou expressões chocantes, com o intuito de causar impacto – como acontece em outros jornais –, as escolhas lexicais apontam para pouca responsabilização do agressor/ feminicida e culpabilização da vítima, reproduzindo estereótipos criados por sociedades machistas e patriarcais de que a mulher pertence ao homem, devendo respeitá-lo e acatar as decisões dele. Conforme mudam as dinâmicas sociais, também mudam as dinâmicas de poder (e linguagem). Se feministas e pesquisadoras criticam o uso de expressões chocantes, se o público leitor principal se incomoda com o léxico mais agressivo, então o jornal pode, de certa forma, optar por outras construções, que, no entanto, mantêm semelhantes efeitos de sentido, embora menos diretos.

¹¹⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/08/interna_cidadesdf,664643/do-maranhao-para-brasilia-a-trajetoria-da-mulher-assassinada-na-406.shtml

¹²⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/05/interna_cidadesdf,678503/era-um-relacionamento-abusivo-diz-prima-de-vitima-de-feminicidio.shtml

¹²¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/06/interna-brasil,664058/mayara-amaral-correio-relembra-historia-de-jovem-morta-em-campo-grand.shtml>

¹²² <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/08/interna-brasil,664647/correio-relembra-historia-da-jovem-que-foi-morta-em-casa-por-ex-namora.shtml>

¹²³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/01/interna_cidadesdf,734778/vitima-de-feminicidio-da-310-norte-e-enterrada-em-planaltina.shtml

¹²⁴

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/29/interna_cidadesdf,733823/feminicidio-na-asa-norte-acusado-tem-prisao-preventiva-decretada-pelo.shtml

Nessa imagem estereotipada, a mulher não pode romper um relacionamento (ainda que abusivo e violento), não pode escolher não ser relacionar com quem não queira (ainda é recente em nossa memória a concessão de dote para casamento), deve servir às vontades do marido e cumprir com suas ‘obrigações maritais’, não pode conversar com outras pessoas ou usar determinadas roupas sob o risco de ‘provocar ciúme’ no marido/ namorado.

Na imagem estereotipada do homem, o pedido de divórcio feito pela mulher é sinal de fraqueza, ‘um homem que não controla sua mulher é um homem fraco’, um novo relacionamento dela é indicativo de traição, de desonra, e desonra se resolve com derramamento de sangue. O célebre ato de fala dos rituais de casamento católico – ‘até que a morte nos separe’ – é levado à risca por muitos homens criados sob a ótica patriarcal.

Tomazi (2020) explica que, nos casos de violência doméstica, há sempre dois grupos envolvidos, o de agressores e o de agredidas. Considerando que, nos relacionamentos heteronormativos, as relações de poder entre esses dois grupos são desiguais em favor do homem, é ele o protagonista das histórias de violência noticiadas sobre suas ações. É ele quem deve ser apontado, sempre, como responsável pelo crime.

CAPÍTULO 5 – RECURSOS DE LEGITIMAÇÃO DO INJUSTIFICÁVEL

Neste capítulo, apresento análises de narrativas dos casos de feminicídio nos textos do *Correio Braziliense*. Uso as categorias *legitimação* (VAN LEEUWEN, 2008; VAN LEEUWEN, WODAK, 1999) e *interdiscursividade* (FAIRCLOUGH, 2003) a fim de analisar as fontes convocadas a narrar os fatos e os motivos apresentados para justificar os crimes. No processo de investigação, identifiquei a construção narrativa de um *continuum* de violência do homem contra a mulher, que analiso também sob a ótica dos conceitos de *normalização*, *normalidade* e *normalismo* (JÄGER, 2017), oriundos da escola de estudos críticos do discurso de Duisburg. Ao final, traço as estratégias usadas pelo *Correio Braziliense* para construir as narrativas dos casos de feminicídio.

5.1 As fontes legitimadoras da violência

Para a análise da construção discursiva da legitimação, parto do que van Leeuwen e Wodak (1999, p. 96) explicam sobre recontextualização. Segundo o autor e a autora, a recontextualização sempre envolve transformação: o que exatamente é transformado depende dos interesses, metas e valores do contexto no qual a prática é recontextualizada. Dessa forma, as recontextualizações não apenas transformam as práticas sociais, mas adicionam legitimações contextualmente específicas dessas práticas sociais, buscando responder às perguntas explícitas ou implícitas: “Por que devemos fazer isso?” ou “Por que devemos fazer isso dessa forma?”.

Para mostrar como práticas sociais são recontextualizadas, van Leeuwen e Wodak (1999, p. 99) sugerem um enquadre discursivo. Esse enquadre representa um tipo de conhecimento sobre a prática social em questão, sobre o que acontece nessa prática, sobre por que a prática é como é, para quais propósitos, e se isso é bom ou ruim. Em outras palavras, é o “conhecimento de uma prática social que irá informar textos sobre essa prática em um contexto específico” (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 99). Um mesmo enquadre discursivo pode ser a base de representações textuais em contextos diferentes, quer dizer, os textos são construídos com base nesses modelos, em graus de criatividade relativa. Em termos analíticos, isso significa que é possível reconstruir o enquadre de um único texto ou produzir um enquadre composto na análise de vários textos.

Esses enquadres discursivos informam vários tipos de textos porque têm alto grau de repetibilidade e assim vão construindo modelos mentais, o fruto de experiência com (mas não

apenas) os vários tipos de textos que lemos (e que realizam tais enquadres), como sustenta van Dijk (2016) em sua abordagem sociocognitiva:

os modelos são parcialmente fabricados a partir de conhecimento pessoal existente ('velho'). Eles são o registro cognitivo episódico de nossas experiências pessoais. Estas podem ser diretas ou imediatas, como na observação de, ou participação em, eventos ou ações. Ou podem ser indiretas (vicárias), como na interpretação do discurso: temos conhecimentos sobre uma dada situação a partir de prévios eventos comunicativos (VAN DIJK, 2016, p. 161)

A categoria legitimação nasceu de seu potencial explanatório dos problemas sociais investigados. Segundo van Leeuwen (2007, 2008) e van Leeuwen e Wodak (1999), a legitimação é dividida em quatro componentes principais, a saber: (i) *autorização* – a legitimação por recurso à autoridade dos costumes, das tradições e rituais, de leis e regulamentos, ou de pessoas investidas de autoridade institucional; (ii) *avaliação moral* – legitimação baseada em valores, está ligada a discursos específicos de valor moral e é acionada, geralmente, pelo uso de adjetivos valorativos; (iii) *racionalização* – legitimação por referência à utilidade da prática social (ou alguma parte dela) e aos saberes criados pela sociedade; (iv) *mitopoesis* – legitimação construída pela narração de histórias, em que comportamentos podem ser recompensados ou repreendidos conforme sua legitimidade ou não. Esses quatro componentes são divididos em uma série de subtipos. Neste trabalho, vou desenvolver apenas a autorização e seus subtipos que foram relevantes às análises.

Autorização é a legitimação por referência à autoridade, a alguém em quem a autoridade institucionalizada está investida e que pode responder “porque eu digo” à pergunta “Por que devemos fazer isso”? Van Leeuwen (2008) propôs seis subtipos de legitimação por autoridade: pessoal, especializada, impessoal, modelo de comportamento, tradição e conformidade. Para os dados de meu *corpus* foram relevantes apenas três delas:

- a) Autoridade pessoal: conferida às pessoas por causa de seu *status* ou função, por exemplo, mãe/pai; delegada; professora.
- b) Autoridade especializada: fornecida pela especialização e não pelo *status*.
- c) Autoridade impessoal: conferida por leis, regras, regulamentos. Inclui, também, os relatos de experiência, podendo ser identificada pela presença de substantivos como política, regulação, regra, ou seus adjetivos e advérbios cognatos.

Para investigar a legitimação, utilizei a codificação de excertos do *corpus* feita no NVivo e o cruzamento com nós nomeados *Fontes externas* e *Motivos/justificativas para o crime*. Nesta

análise focalizo quais fontes são convocadas pelo jornal para legitimar os motivos apresentados para os crimes. Todas as análises apresentadas nesta seção fazem referência aos resultados desse cruzamento.

Analisar as fontes buscadas ou ouvidas por jornalistas na construção das narrativas de feminicídio é relevante porque, a depender dos recortes escolhidos, “[a] notícia pode comover, motivar revolta ou conformismo, agredir ou gratificar alguns de seus consumidores” (LAGE, 1987, p. 25). Uma das estratégias de jornalistas na construção de textos é a escolha de suas fontes, em quem se basear para colher o essencial da matéria. As fontes podem ser instituições ou personagens que testemunharam ou participaram de eventos de interesse público.

Nos trechos codificados como fontes, fiz o mapeamento da codificação de legitimação por autorização. Inicialmente, identifiquei a legitimação de autoridade pessoal, impessoal e especializada. A análise preliminar dos dados da pesquisa impeliu à criação de dois subtipos de autoridade pessoal: *autoridade funcional* e *autoridade relacional*, para mapear autoridade conferida às pessoas por causa de seu *status* ou função (VAN LEEUWEN, 2008) em relação aos casos narrados nas notícias/ reportagens. Defini que a legitimação de autoridade funcional é aquela investida em razão da função que a fonte jornalística exerce em relação ao caso. No *corpus*, são integrantes da polícia e do judiciário, testemunhas do crime e advogados de defesa do agressor/ feminicida. Já a legitimação de autoridade relacional é aquela investida em razão do *status* de proximidade da fonte em relação à vítima. No *corpus*, são pessoas da família, amigas e amigos, colegas, vizinhas e vizinhos, o agressor/ feminicida e a própria vítima. Com a categoria redefinida, voltei ao NVivo para codificar as fontes conforme o tipo de autoridade que exercem nos textos.

Para a legitimação de autoridade impessoal, considerei os documentos usados como fonte de informação – boletins de ocorrência, inquéritos policiais –, e, ainda, os casos em que uma instituição é citada como fonte. Por fim, a legitimação de autoridade especializada é conferida a especialistas que foram consultadas para falar sobre os crimes. A seguir, o Quadro 11 expressa os achados desse mapeamento.

Quadro 11: Legitimação por autorização

Legitimação	Fonte	Ocorrências no texto ¹²⁵
Autoridade relacional ¹²⁶ (investida em razão do <i>status</i> de proximidade da fonte em relação à vítima)	Família	67
	Agressor/ feminicida	36
	Vizinhas/os	26
	Vítima	21
	Amigas/os	10
	Colegas	1
Autoridade funcional ¹²⁷ (investida em razão da função que a fonte exerce em relação ao caso)	Polícia	61
	Membros do Judiciário	12
	Testemunhas	7
	Advogados	3
Autoridade impessoal	Boletim de Ocorrência/ Inquérito Policial	4
	Instituição	3
Autoridade especializada	Especialista	3

Fonte: elaboração própria com o auxílio do NVivo.

Para chegar a esses dados, propus responder à pergunta ‘qual é a voz que o *Correio Braziliense* convoca para trazer legitimação ao texto?’ – uma alusão à proposta de van Leeuwen (2008). Para isso, o enquadre discursivo da resposta seria:

O crime teve esse motivo porque + **[a fonte] falou [que sim]**
Legitimação

A *legitimação de autoridade relacional* foi o subtipo mais acionado para contar os motivos para os crimes, sendo a família a fonte mais convocada, com 67 referências no texto; seguida do agressor/ feminicida, com 36; dos vizinhos, com 26; da vítima, com 21; dos amigos, com 10; e dos colegas, com uma ocorrência.

Os vínculos de parentesco mães, pais, irmãs e irmãos etc. é a fonte mais procurada para contar sobre os motivos e justificativas para o crime, representando 67 referências. As pessoas da família exercem um *status* legitimador das narrativas, pois estão próximas das vítimas e de suas histórias. São familiares que falam principalmente sobre o histórico de violência doméstica (15 referências) e de ameaças e perseguição (21 referências). Os relatos de familiares costumam narrar o *continuum* de violência doméstica do homem contra a mulher, indicando que o feminicídio poderia ter sido evitado. Alguns exemplos:

¹²⁵ Esta coluna indica quantas vezes a fonte foi convocada para falar sobre os motivos do crime.

¹²⁶ Subcategoria da legitimação de autorização criadas com base na análise do *corpus*.

¹²⁷ Subcategoria da legitimação de autorização criadas com base na análise do *corpus*.

58) **Familiares contaram** ao *Correio* que durante os quatro anos de união de Tatiane e Ronaldo ele ‘batia muito nela’. Após a separação, quando ‘ela não aguentava mais’ as agressões, ele ainda insistia para reatarem. ‘Ele ia na casa dela direto. Bebia muito e desconfiamos até que estava usando drogas’, contou uma **prima**.¹²⁸

59) Amigos e **familiares da vítima contaram** que Misael a ameaçava constantemente, mas a garota nunca contou nada aos pais, tios e educadores. “Ele já a ameaçava desde o ano passado. Quando foi hoje (ontem) cedo, ela recebeu uma ligação e ouviu: ‘Está preparada?’. Aí, logo em seguida, ele desligou”, relatou **uma prima da menina**, também estudante do 9º ano.¹²⁹

60) Os dois tinham acabado de retornar de uma viagem para o Ceará, mas a estudante vinha sofrendo ameaças e agressões, **segundo familiares**. “Ele era possessivo, bebia muito. Ela não podia dar bom-dia para ninguém”, **afirma** Henrique Novaes, de 35 anos, **cunhado da vítima**. Em um dos episódios, o policial [neste caso, o feminicida] teria apontado uma arma para a cabeça dela no apartamento onde morava. “Ele queria obrigá-la a ficar com ele”¹³⁰.

Nos excertos acima, as pessoas da família são fontes primárias, as histórias são contadas diretamente ao *Correio*, o que mostra a importância da família como fonte jornalística. É o valor testemunhal que confere a legitimação de autoridade às pessoas da família. As histórias foram reproduzidas em relato direto, quando há referência exata dos textos, geralmente com emprego de aspas duplas, e indireto, em que há compreensão resultante do que foi narrado. Esse tipo de construção, comum em textos jornalísticos, é outra estratégia que confere legitimação ao texto, uma vez que alterna o que a fonte disse propriamente com o que o autor do texto compreendeu do que foi dito. Assim, a voz em relato direto das pessoas da família corrobora o que foi ou será dito em relato indireto pelo jornal.

A segunda fonte de legitimação relacional mais usada pelo *Correio Braziliense* é o agressor/ feminicida. A voz desse ator vem principalmente dos documentos do inquérito ou do processo judicial (como depoimento), mas também aparece em relato indireto na narrativa de outras fontes. Sua autoridade na legitimação vem do seu *status* na narrativa dos casos, principalmente quanto aos motivos que os levaram a cometer os crimes, afinal, eles são os responsáveis pelos crimes de feminicídio. Alguns exemplos:

61) À Polícia Militar de Goiás (PMGO) **Misael**, em um primeiro momento, **informou** que matou Raphaella por ódio. No entanto, no decorrer das

¹²⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/12/interna_cidadesdf,557023/mulher-e-assassinada-a-facadas-pelo-ex-companheiro.shtml

¹²⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/07/interna_cidadesdf,639062/corpo-de-jovem-morta-com-11-tiros-em-alexania-sera-enterrado-hoje.shtml

¹³⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/12/interna-brasil,564724/inconformado-com-fim-do-namoro-pm-mata-ex-com-14-tiros-em-itaquera.shtml>

investigações, **o suspeito** revelou que a motivação do crime era a rejeição que teria sofrido.¹³¹

62) Antes de assassiná-la, ele telefonou para Novaes [cunhado da vítima]¹³² e os dois passaram cerca de quatro horas conversando na noite desta quarta-feira (11/1). “Pede para ela voltar comigo, senão eu vou fazer besteira. Me ajuda. Eu vou matar ela”, **teria dito o PM** [neste caso, o feminicida]. “Se concentra nas competições”, aconselhou Novaes. O soldado é lutador de jiu-jitsu. “Fiquei segurando ele no celular, mas ele me enganou. Pelo horário da ligação, ele já estava esperando ela chegar”, diz¹³³.

63) Na delegacia, **ele acabou confessando** que havia se casado recentemente e sua esposa estava grávida de oito meses, mas a amante também engravidara e não consentia com o aborto. **Ele temia** que a esposa o deixasse ao saber da traição.¹³⁴

64) **O acusado tentou justificar** o crime dizendo que estava sob efeito de dois medicamentos, mas o médico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) informou que se ele tivesse feito uso de tais medicamentos se encontraria desacordado.¹³⁵

Nos excertos acima, a fonte primária é a polícia em 61, 63 e 64, e a família, em 62. No entanto, a voz que narra a justificativa é a do agressor/ feminicida, é a voz dele que tem destaque na narrativa. A legitimação de autoridade é exercida por ele e não pelas fontes primárias do jornal, pois estas servem como ponte para o seu dizer, é o relato do feminicida que importa nessas narrativas noticiosas.

Vizinhos e vizinhas são a terceira fonte de legitimação relacional mais usada pelo *Correio Braziliense*. Ostentam um *status* testemunhal da vida e de ações cotidianas de vítimas e agressores/ feminicidas e, por isso, são tão ouvidos pelo jornal. No entanto, a relação de proximidade, aqui, é mediana – não há uma relação tão íntima quanto a de familiares, amigos e amigos, mas também não há um distanciamento total – aliás, a relação de vizinhança promove um valor testemunhal específico, pois a convivência, mesmo que não seja íntima, é rotineira, o que pode significar um vislumbre bastante nítido da vida de uma família. Vizinhas e vizinhos relatam como motivos, principalmente, desentendimentos e discussões, e o histórico de violência doméstica. Novamente, motivos que indicam um *continuum* de violência contra a mulher.

¹³¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/06/interna_cidadesdf,646081/suspeito-de-participar-de-assassinato-em-escola-de-alexania-e-solto.shtml

¹³² Incluí, entre colchetes, informações que considerei pertinentes para o entendimento dos excertos.

¹³³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/12/interna-brasil,564724/inconformado-com-fim-do-namoro-pm-mata-ex-com-14-tiros-em-itaquera.shtml>

¹³⁴ A notícia, originalmente publicada pela Agência Estado e reproduzida pelo Correio Braziliense não está mais disponível no portal CB.

¹³⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/07/interna_cidadesdf,600773/homem-esfaqueia-mulher-na-ceilandia-e-e-presos-em-flagrante.shtml

65) **Duas vizinhas alegam** que Catarino era muito ciumento e não gostava que a vítima falasse com outros homens. [...] Além disso, **uma delas** conta que a família de Elaine já sabia de um histórico de violência contra a vítima.¹³⁶

66) **A vizinhança disse** aos investigadores que as brigas entre Gilberto e Sthefania eram frequentes e brutais, motivo pelo qual ela pediu proteção à polícia.¹³⁷

67) **Vizinhos informaram** que o casal morava na Ceilândia desde 2014 e que brigas eram constantes.¹³⁸

68) “Diva teve uma vida muito sofrida por conta do Ranulfo. Ele a mantinha como uma escrava. Batia nela todos os dias. Isso não é de hoje. Ela apanhou a vida inteira. Essa era uma tragédia anunciada”, **relatou outra vizinha do casal**, a administradora Tatiana Martinelli, 41.¹³⁹

Assim como acontece com as pessoas da família, vizinhos e vizinhas são fontes ouvidas diretamente pelo *Correio* para falar sobre motivos. As narrativas – construídas em relato indireto nos excertos 65, 66 e 67 – apontam vizinhos e vizinhas como fontes destacadas no jornal para compreender a dinâmica da violência praticada contra as vítimas, conferindo, assim, legitimidade de autoridade relacional. Mais do que eventualmente presenciar o crime, a vizinhança conhece o histórico de violência: ‘alegam que Catarino era muito ciumento’, ‘conta que a família de Elaine já sabia’, ‘disse aos investigadores que as brigas entre Gilberto e Sthefania eram frequentes e brutais’, ‘informaram [...] que brigas eram constantes’. O excerto 68 traz detalhes da história, possibilitados pelo relato direto da vizinha, que para além de narrar os fatos testemunhados também opera avaliações. Ao se afastar da narrativa, o autor do texto dá mais importância à voz da vizinha, vista no detalhamento da violência apresentado por ela.

Cabe destacar que a voz da vítima também foi trazida para as narrativas dos casos. Em alguns deles, essa voz é recuperada de relatos de parentes, amigos e testemunhas ou de mensagens por aplicativos. Em outros, é a própria mulher quem fala, uma vez que o *corpus* inclui os casos de feminicídio tentado. Foram 14 ocorrências dessas vozes associadas aos motivos para os crimes. A legitimação de autoridade relacional da vítima é identificada pelo seu *status* nas narrativas.

¹³⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/03/interna_cidadesdf,614927/mulher-que-teve-50-do-corpo-queimado-pelo-marido-continua-internada.shtml

¹³⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/17/interna-brasil,674358/buscas-por-soldado-da-pm-que-matou-a-ex-e-fugiu-com-a-filha-continua.shtml>

¹³⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/17/interna-brasil,674358/buscas-por-soldado-da-pm-que-matou-a-ex-e-fugiu-com-a-filha-continua.shtml>

¹³⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/01/29/interna_cidadesdf,733823/femicidio-na-asa-norte-acusado-tem-prisao-preventiva-decretada-pelo.shtml

69) **A ex-namorada disse** aos policiais que estava grávida de quatro meses, mas que Lucas negava-se a aceitar a paternidade, o que teria motivado a tentativa de homicídio contra ela e o bebê. De acordo com o relato da **vítima**, ela se salvou do atropelamento por sorte.¹⁴⁰

70) Antes, **Simone Marca havia relatado** a amigas e postado nas redes sociais que vinha sendo ameaçada pelo réu – que não aceitava a separação do casal após seis anos de relacionamento.¹⁴¹

71) “Fiquei coberta de sangue”, **contou Jessyka** a amiga dias antes de ser morta. Em áudio pelo celular, **Jessyka Laynara da Silva Souza disse** ter sido espancada pelo ex-namorado, o PM Ronan Menezes do Rego, pouco menos de duas semanas antes de ser assassinada.¹⁴²

72) **Na versão da mulher**, o parceiro teria tentado uma relação sexual com ela durante a noite. Diante da resposta negativa da parceira, ele teria incendiado a casa.¹⁴³

No excerto 69, a voz da vítima de tentativa de feminicídio é ativada por meio de relato indireto. Aqui, o uso de ‘homicídio’ para nomear o crime provoca o apagamento da violência de gênero que caracteriza o feminicídio, e talvez mostre a falta de compreensão dos próprios policiais, uma vez que a voz deles também se faz presente, mesclando-se com o relato da vítima. Nos excertos 70 e 71, as vozes das vítimas são recuperadas de relatos de outras pessoas. A violência narrada por elas sugere que os crimes poderiam ter sido evitados. Ao dar voz às vítimas, o jornal reconhece sua centralidade na construção da narrativa do feminicídio, conferindo a ela legitimidade de autoridade relacional. No entanto, o excerto 72 coloca em xeque a credibilidade da narrativa da mulher, com o uso da circunstância de ângulo ‘na versão da mulher’. Isso porque o uso desse recurso leva ao entendimento de que este é apenas um relato pessoal, somente uma versão da realidade, conferindo, assim, pouca veracidade ao que a voz da vítima acrescenta à narrativa.

A legitimação de autoridade funcional foi o segundo subtipo mais acionado para contar os motivos para os crimes, sendo a polícia a fonte mais convocada, com 61 ocorrências no texto; seguida de membros do Judiciário, com 12; de testemunhas, com sete; e dos advogados de defesa, com três ocorrências.

¹⁴⁰ A notícia, originalmente publicada pela Agência Estado e reproduzida pelo Correio Braziliense não está mais disponível no portal CB.

¹⁴¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/08/17/interna-brasil,618456/amp/jornalista-e-condenado-a-20-anos-por-matar-mulher-dentro-de-igreja-em.shtml>

¹⁴² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/07/interna_cidadesdf,678832/jessyka-descreve-agressao-que-sofreu-do-ex-namorado-pm.shtml

¹⁴³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/18/interna_cidadesdf,666891/mulher-se-recusa-a-fazer-sexo-e-marido-ateia-fogo-na-casa.shtml

A polícia é a fonte mais convocada a falar sobre as motivações e justificativas dos crimes. São mencionadas tanto a Polícia Militar – que normalmente fala sobre o atendimento das ocorrências – quanto a Civil, que informa sobre o andamento das investigações e dos inquéritos policiais. Isso sugere que o jornal *Correio Braziliense* tende a buscar com frequência a polícia como fonte de informações sobre os crimes. Esse entendimento é reforçado com o uso da autoridade impessoal representada pelo Boletim de Ocorrência/ Inquérito Policial, com outras quatro referências. Para esta codificação, foram consideradas tanto as referências a profissionais quanto aquelas à própria instituição.

Uma explicação para a alta densidade de vozes policiais está na função exercida por profissionais das polícias: atendem às ocorrências, prendem os acusados, investigam os crimes. Outra explicação é o tipo textual escolhido para noticiar os crimes: dos 95 textos que trazem a polícia como fonte (considerando também aqueles que extrapolam o cruzamento proposto nesta seção), 80 são predominantemente narrativos e objetivam, centralmente, noticiar o caso, seguindo uma estrutura de boletim de notícias. Alguns exemplos:

73) **A Polícia Civil informou** que o crime foi registrado como homicídio e violência doméstica.¹⁴⁴

74) O crime, **segundo a polícia**, ocorreu porque ele não aceitou perder a guarda do filho.¹⁴⁵

75) **De acordo com informações da Polícia Militar**, a mulher foi estrangulada após uma discussão. O motivo da briga teria sido a guarda da filha.¹⁴⁶

Dos 17 motivos e justificativas apresentados para o crime,¹⁴⁷ 16 foram usados pela polícia, o que aponta sua relevância como fonte para a narrativa dos crimes. Nos excertos 73 a 75, por meio de circunstâncias de ângulo, a narrativa é construída a partir dos relatos da polícia: detalhes dos crimes, léxico jurídico (homicídio, depoimento, legítima defesa), informações

¹⁴⁴ https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/21/interna_cidadesdf,528606/homem-acusado-de-matar-companheira-gravida-esta-foragido.shtml

¹⁴⁵ <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/13/interna-brasil,565063/onu-mulheres-ve-caso-de-machismo-e-misoginia-em-chacina-de-campinas.shtml>

¹⁴⁶ https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/07/21/interna_cidadesdf,541174/homem-mata-a-mulher-estrangulada-e-foge-com-a-filha-deles.shtml

¹⁴⁷ Abuso ou violência sexual; Álcool e drogas; Ciúme e posse; Denúncia de agressão; Desentendimentos e discussões; Filhos e gravidez; Financeiro; Legítima defesa; Legítima defesa da honra; Motivo Fútil; Passional; Perturbação e problemas psicológicos; Raiva e vingança; Suposto assalto; Término ou recusa de relacionamento; Violência doméstica.

provenientes da investigação e de depoimentos. Por esse motivo, à polícia é conferida a legitimação de autoridade funcional.

Nas matérias que noticiam os julgamentos dos réus/ acusados, os membros do Judiciário (em especial juízes e promotores) são a principal fonte de legitimação funcional. Em casos de cobertura do julgamento, advogados de defesa dos réus/ acusados também são convocados a falar. Quando os motivos são trazidos por essas fontes, a linguagem utilizada se aproxima da linguagem técnica dos instrumentos legais, como o Código Penal.

76) Durante o julgamento, **a promotoria alegou** que o discurso de Vinícius havia mudado quando o réu contou que o motivo do crime foi a raiva que sentiu ao abraçar Louise — ele a atraíu para o Laboratório de Biologia da UnB ao dizer que se mataria.¹⁴⁸

77) **Marcello Oliveira Madeiros [promotor de justiça] argumenta** que Vinícius agiu por motivo torpe, matou a vítima por não se conformar com o término do relacionamento amoroso que com ela mantivera. Ele também é acusado de impossibilitando (*sic*) que Louise se defendesse, pois, sob falso pretexto destinado a atraí-la, marcou um encontro no local dos fatos, atacando-a quando esta não tinha qualquer razão para suspeitar de suas reais intenções.¹⁴⁹

78) “Mas esse relacionamento acabou. Existem maneiras menos agradáveis de terminar um relacionamento. Na hora de terminar nada disso foi levado em consideração. Alguém saiu muito machucado e essa pessoa foi o Vinicius.” [fala da advogada de defesa].¹⁵⁰

79) **A defesa pediu** a desclassificação do crime como feminicídio, ao entender que ele praticou o crime “dominado por violenta emoção seguida de injusta provação da vítima”.¹⁵¹

Nos excertos 76 e 77, o jornal escolhe dar voz à promotoria em relato indireto, reproduzindo a linguagem técnica utilizada na denúncia para justificar o assassinato. Já nos excertos 78 e 79, a voz da defesa é reproduzida em relato direto, conforme dito no julgamento do réu. Os quatro excertos – referentes ao mesmo caso, mas recortados de notícias diferentes – contrapõem os motivos apresentados por acusação e defesa: enquanto a primeira utiliza o léxico

¹⁴⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/05/interna_cidadesdf,586196/louise-alunos-da-unb-ficam-revoltados-com-pena-leve-para-assassino.shtml

¹⁴⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/08/interna_cidadesdf,526443/mpdft-denuncia-assassino-confesso-da-estudante-louise-maria-por-femini.shtml

¹⁵⁰

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/03/interna_cidadesdf,585662/acompanhe-o-julgamento-de-vinicius-neres-o-assassino-confesso-de-loui.shtml

¹⁵¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/01/11/interna_cidadesdf,564453/justica-confirma-juri-de-assassino-confesso-de-aluna-da-unb.shtml

jurídico para argumentar, a segunda utiliza uma narrativa dramática para vitimizar o assassino. Em ambos os casos, promotor e advogada são instituídos de legitimação de autoridade funcional, em razão das funções que exercem.

Por fim, com menor densidade, a legitimação de *autoridade impessoal* é exercida pelos boletins de ocorrência e inquéritos policiais, com quatro ocorrências, e três ocorrências de referência a instituições. Já a legitimação de *autoridade especializada* é exercida por uma fonte identificada como especialista, com três ocorrências nos textos.

80) **Segundo as primeiras informações, descritas no Boletim de Ocorrência** feito na 24ª Delegacia de Polícia (Setor O), a briga teria começado com a negativa da mulher em manter relações sexuais com o marido.¹⁵²

81) Contrariando o assassino confesso, que alegou rejeição para matar estudante, **especialistas dizem** se tratar de um clássico caso de sensação de superioridade sobre a vítima.¹⁵³

A legitimação de autoridade impessoal em 80 é conferida pela posição de circunstância de ângulo que o documento Boletim de Ocorrência ocupa na oração. Já a legitimação de autoridade especializada em 81 manifesta-se por meio do processo verbal ‘dizem’, em que ‘especialistas’ assume a função gramatical de sujeito. A voz de especialistas é trazida para contestar o argumento apresentado pelo assassino.

Faz parte da prática jornalística “selecionar e questionar essas [suas] fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (LAGE, 2008, p. 49). Fontes e leitoras estão imersas no meio social e é dessa forma que vemos jornalistas recontextualizarem práticas sociais, adicionando as fontes como instrumentos de legitimações contextualmente específicas dessas práticas sociais. Pelo mapeamento das fontes jornalísticas selecionadas e dos modos de articulação dessas vozes como adjuvantes nas narrativas, vemos que a legitimação como categoria pode contribuir na investigação das estratégias discursivas do *Correio Braziliense* para compor as narrativas dos casos de feminicídio. Na próxima seção, olharemos mais detidamente os motivos apresentados nas notícias.

¹⁵² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/18/interna_cidadesdf,666891/mulher-se-recusa-a-fazer-sexo-e-marido-ateia-fogo-na-casa.shtml

¹⁵³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/12/interna_cidadesdf,640431/sentimento-de-posse-provoca-feminicidio-dizem-especialistas.shtml

5.2 Os motivos apresentados

Nos 151 textos do *corpus*, vários foram os motivos, as justificativas, as hipóteses e as histórias contadas para noticiar os crimes de feminicídio (consumados e tentados) noticiados. Codifiquei os excertos que apresentavam qualquer tipo de explicação considerando as ideias semelhantes ou correlacionadas que expressavam. Vários excertos continham mais de uma justificativa, por isso foram codificados mais de uma vez. Assim, cheguei a 17 campos temáticos diferentes, que passo a chamar apenas de motivos. O quadro a seguir detalha os motivos e a quantidade de ocorrências em textos.

Quadro 12: Motivos apresentados para justificar os crimes

Motivos apresentados	Ocorrências em textos
Término ou recusa de relacionamento	100
Violência doméstica	53
Desentendimentos e discussões	51
Álcool e drogas	28
Não informado	23
Ciúme e posse	21
Motivo fútil	20
Filhos e gravidez	17
Raiva e vingança	14
Perturbação e problemas psicológicos	7
Financeiro	5
Passional	4
Suposto assalto	4
Abuso ou violência sexual	3
Denúncia de agressão	3
Legítima defesa	2
Legítima defesa da honra	2
Traição	1

Fonte: elaboração própria com auxílio do NVivo.

A seleção dos textos para composição do *corpus* limitou-se aos casos de feminicídio íntimo, então os motivos apresentados não causam surpresa. Eles desenham um *continuum* de violência a que as mulheres foram submetidas antes dos feminicídios tentados ou consumados, reforçando o entendimento de que o feminicídio é um crime evitável e de que são necessárias ações do poder público para proteger as mulheres na garantia de seu direito à vida. Nesta seção, apenas descrevo os motivos identificados nos textos, e na próxima apresento uma análise do *continuum* de violência. Tomei essa decisão porque vi a recorrência de blocos semânticos de agressões de todos os tipos que se repetem e que extrapolam os motivos apresentados, como, por exemplo, relatos de ameaças e perseguição. Perceber a existência do *continuum* de violência e como ele se constitui é uma importante estratégia de combate à violência contra mulheres.

O motivo mais apresentado para justificar o crime de feminicídio é o término do relacionamento ou a recusa em iniciar um relacionamento, com 100 ocorrências nos textos. As fontes que mais falam sobre relacionamento são a polícia, com 16 referências, a família, com 14 referências, e o próprio agressor/ feminicida, com 11 referências.

82) Brasília, mais uma vez, está de luto. Em pouco mais de 24 horas, duas jovens foram assassinadas por homens que não souberam receber um “não” como resposta às suas expectativas amorosas.¹⁵⁴

83) Quando um homem chega ao ponto de assassinar a pessoa que já não lhe quer ou nunca lhe quis, ele decreta o fim de uma família.

[...]

Ela pôs fim ao relacionamento, e ele passou a persegui-la. Suênia reatou um antigo romance, e a situação piorou.¹⁵⁵

84) O crime aconteceu em 3 de dezembro de 2014. Ele não soube aceitar o fim do relacionamento, que durou três anos e passou a persegui-la.¹⁵⁶

85) Jane também teve a vida interrompida por não querer reatar a união com Jhonatan Pereira Alves, 23. Os dois moraram juntos por seis anos, mas estavam separados havia aproximadamente um mês por conta da agressividade do ex-companheiro.¹⁵⁷

86) O motivo do homicídio teria sido a recusa da menina em ter um relacionamento com ele.¹⁵⁸

87) Por não aceitar a recusa da adolescente de 16 anos em namorá-lo, Misael planejou o crime por um ano. Na manhã da última segunda-feira, vestido com uma blusa de capuz e com uma máscara no rosto, o assassino confesso de Raphaella pulou o muro do Colégio Estadual 13 de Maio, onde a vítima estudava, entrou na sala dela e a matou a sangue frio. A maioria dos tiros acertou a cabeça da garota.¹⁵⁹

88) Inconformado com fim do namoro, PM mata ex com 14 tiros em Itaquera¹⁶⁰

¹⁵⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/13/interna_cidadesdf,521880/em-memoria-de-louise-e-jane-que-a-punicao-seja-exemplar.shtml

¹⁵⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/06/interna_cidadesdf,530624/mulheres-falam-da-dor-pela-perda-de-familiares-vitimas-de-feminicidio.shtml

¹⁵⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/16/interna_cidadesdf,522550/jovem-e-condenado-a-23-anos-de-prisao-por-matar-namorada-em-samambaia.shtml

¹⁵⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/19/interna_cidadesdf,523068/parentes-e-amigos-de-jane-pedem-o-fim-da-violencia-contra-a-mulher.shtml

¹⁵⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/30/interna-brasil,569428/tentativa-de-homicidio-em-itu-reacende-debate-sobre-feminicidio-no-bra.shtml>

¹⁵⁹

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/12/interna_cidadesdf,640431/sentimento-de-posses-provoca-feminicidio-dizem-especialistas.shtml

¹⁶⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/12/interna-brasil,564724/inconformado-com-fim-do-namoro-pm-mata-ex-com-14-tiros-em-itaquera.shtml>

89) O crime ocorreu em agosto de 2016, quando a jovem tentou romper o namoro. A vítima, de 19 anos, recebeu atendimento médico e sobreviveu ao ataque.¹⁶¹

Relatos de violência doméstica constituem a segunda justificativa mais citada, com 53 ocorrências. A família é quem mais relata violência doméstica, com 15 referências, seguida da polícia, com nove referências, e dos vizinhos, com cinco referências. Neste nó, codifiquei os relatos de histórico de violência doméstica, agressões anteriores, entre outros atos violentos que não ocorreram no momento do feminicídio consumado ou tentado, mas explicam o crime.

90) Veiguima deixou três filhos, cinco netos e sete irmãs. Ela era casada com o aposentado desde 2008, sendo que o relacionamento foi marcado por violência física e psicológica. Na noite anterior ao crime, ela havia informado à família que estava decidida a pedir o divórcio. Esta seria a motivação do crime.¹⁶²

91) A vizinhança disse aos investigadores que as brigas entre Gilberto e Sthefania eram frequentes e brutais, motivo pelo qual ela pediu proteção à polícia.¹⁶³

92) Parentes das vítimas disseram que o vereador já teria agredido e ameaçado Aline várias vezes, mas ela nunca procurou a polícia porque tinha medo dele.¹⁶⁴

93) Além da tentativa de feminicídio contra a mulher, o acusado tem duas ocorrências de violência doméstica, uma de 2013 e outra de 2015. Todas têm a companheira como vítima.¹⁶⁵

94) Um homem de 37 anos foi preso nessa segunda-feira (26/9) por matar a ex-mulher, uma jovem de 20 anos, que já havia se mudado de cidade para fugir das agressões dele.¹⁶⁶

95) Um relacionamento conturbado com ameaças e tentativa de homicídio terminou em tragédia em Santana do Paraíso, na Região do Vale do Aço. Uma

¹⁶¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/07/interna_cidadesdf,607792/homem-e-condenado-apos-tentar-matar-ex-namorada-com-17-facadas.shtml

¹⁶² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/01/interna_cidadesdf,734778/vitima-de-femicidio-da-310-norte-e-enterrada-em-planaltina.shtml

¹⁶³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/19/interna-brasil,674878/soldado-da-pm-suspeito-de-matar-a-ex-e-fugir-com-a-filha-e-presos-em-bh.shtml>

¹⁶⁴ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/07/interna-brasil,678852/vereador-e-suspeito-de-matar-ex-namorada-e-o-pai-dela-em-municipio-de.shtml>

¹⁶⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/06/interna_cidadesdf,623975/policia-civil-prende-homem-acusado-de-atear-fogo-a-mulher.shtml

¹⁶⁶ *A notícia, originalmente publicada pela Agência Estado e reproduzida pelo Correio Braziliense não está mais disponível no portal CB*

jovem de 20 anos foi assassinada a tiros quando esperava uma carona para ir ao trabalho.¹⁶⁷

96) Messias já havia agredido várias vezes a mulher e foi preso quando tentava matá-la, na Rodovia Raposo Tavares, em São Paulo.¹⁶⁸

Desentendimentos e discussões são apontados como fato desencadeador que culmina no feminicídio ou na tentativa. Geralmente, estão associados a outros motivos e funcionam como mitigadores da violência, uma vez que podem fazer crer que o homem estava fora de seu estado normal ou sob forte emoção. Polícia, vizinhos e testemunhas são as fontes que mais narram a ocorrência de discussões, com 15, sete e seis referências, respectivamente.

97) O crime teria ocorrido por desentendimentos banais. Antes de matar Maria de Fátima, com quem João Paulo tinha um relacionamento, ele a xingou e a agrediu.¹⁶⁹

98) Crime aconteceu em Luziânia (GO), em março deste ano. Após uma discussão, o acusado teria matado a mulher e forjado a cena de suposto suicídio da vítima.¹⁷⁰

99) De acordo com as testemunhas ouvidas pelo tribunal, o casal discutia com alguma frequência. No dia do crime, Beny estaria “transtornado”.¹⁷¹

100) Segundo o delegado Watson Warling, da 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires), familiares relataram que o homem nunca havia ameaçado a mulher de morte. Porém, quando discutiam, ainda de acordo com os parentes da vítima, o suspeito dizia que se mataria caso ela pedisse o divórcio. A arma usada no crime teria sido comprada na tarde de ontem.¹⁷²

101) Outro caso semelhante, em Ceilândia, vitimou Mary Stella Maris Gomes Rodrigues dos Santos, 32. Ela e o marido, o piloto do Metrô Júlio César dos Santos, 38, estavam em processo de separação à época do crime. Após discutirem, o homem deu quatro tiros em Mary Stella e depois se matou.¹⁷³

¹⁶⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/11/21/interna-brasil,642480/jovem-e-morta-apos-deixar-filho-em-creche-ex-e-suspeito-do-crime.shtml>

¹⁶⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/26/interna-brasil,591424/homem-mata-ex-a-facadas-apos-prisao-por-lei-maria-da-penha.shtml>

¹⁶⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/14/interna_cidadesdf,510581/homem-e-condenado-a-34-anos-de-prisao-por-matar-companheira-e-vizinho.shtml

¹⁷⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/27/interna_cidadesdf,605349/mp-de-goias-denuncia-homem-acusado-de-matar-mulher-e-simular-suicidio.shtml

¹⁷¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/12/06/interna_cidadesdf,645832/juri-condena-homem-que-matou-a-mulher-a-facadas-em-ceilandia.shtml

¹⁷² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/17/interna_cidadesdf,581492/assassinato-de-mulher-em-vicente-pires-e-o-quarto-feminicidio-no-df-em.shtml

¹⁷³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/05/interna_cidadesdf,678503/era-um-relacionamento-abusivo-diz-prima-de-vitima-de-feminicidio.shtml

Álcool e drogas são mais citados para narrar o histórico de vida de vítimas e agressores/ feminicidas, e muitas vezes são apontados como o fato desencadeador das discussões. São, também, elementos mitigadores da responsabilidade dos agressores/ feminicidas, conforme mostrado no Capítulo 4. Polícia, com nove referências, e agressor/ feminicida, com seis referências, apontam álcool e drogas como motivações.

102) Após beber e discutir no bar, o casal foi para casa de táxi, por volta das 2h30. Chegando lá, as discussões se intensificaram e Geovanni agrediu a companheira com murros. Embriagado, o acusado adormeceu, ao lado de Conceição, sem se dar conta de que ela já estava morta.¹⁷⁴

103) Após consumir drogas e ingerir bebidas alcoólicas, o suspeito, de 38 anos, se descontrolou, jogou álcool contra a própria esposa, a empurrou no fogão e acendeu as chamas.¹⁷⁵

104) Segundo informações da Polícia Civil de Goiás, o casal havia ingerido bebida alcoólica e começado uma discussão. Foi então que Catarino jogou álcool e depois ateou fogo na vítima, que ficou agonizando na cama até que a corporação chegasse ao local. O suspeito foi encontrado em um bar na esquina de casa, onde pediu ajuda e alegou não ser o responsável pelo crime.¹⁷⁶

Alguns textos relatam que as causas do crime são desconhecidas ou que não há mais detalhes informados pela polícia. No entanto, há textos em que o crime é noticiado sem qualquer menção a motivos. Esses casos mostram uma forma de noticiar o crime sem amenizar a responsabilidade do agressor e sem culpabilizar a vítima pela agressão. Para ambas as situações, codifiquei como ‘não informado’, totalizando 23 ocorrências.

105) As causas do homicídio ainda são desconhecidas e o homem é procurado pela Polícia Militar na cidade.¹⁷⁷

106) A Polícia Civil não deu mais detalhes sobre o caso. Os nomes do preso e da vítima também não foram divulgados. O homem deve ser autuado em flagrante por feminicídio.¹⁷⁸

107) Adriana foi assassinada a tiros pelo ex-marido, o policial militar Epaminondas Silva Santos, 51, que se matou após o crime, na manhã de terça-

¹⁷⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/02/interna_cidadesdf,485277/pm-reformado-mata-mulher-a-socos-no-guara-e-dorme-ao-lado-do-corpo.shtml

¹⁷⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/06/interna_cidadesdf,623975/policia-civil-prende-homem-acusado-de-atear-fogo-a-mulher.shtml

¹⁷⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/03/interna_cidadesdf,614927/mulher-que-teve-50-do-corpo-queimado-pelo-marido-continua-internada.shtml

¹⁷⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/10/11/interna-brasil,632972/amp.html>

¹⁷⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/10/14/interna-brasil,633684/adolescente-e-morta-a-facadas-por-ex-no-centro-de-sp.shtml>

feira. O corpo dela será velado a partir das 8h de hoje, na capela 4 do Cemitério Campo da Esperança, em Taguatinga. O sepultamento está previsto para as 11h.¹⁷⁹

108) Um homem de 39 anos matou a companheira, Romilda Souza, 40, e depois tirou a própria vida nesta terça-feira (6/3), em um apartamento no Bloco C da Quadra 406, na Asa Sul. Elson da Silva, que usou uma arma de fogo para cometer o crime, chegou a ser socorrido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mas morreu no local.¹⁸⁰

Ciúme e posse, com 21 ocorrências, são mais relatados pelas famílias (oito referências), pelas vítimas (três referências) e pelos agressores/ feminicidas (três referências). Apontar o ciúme como justificativa é uma forma de mitigar a responsabilidade do agressor, já que leva ao entendimento de que o lado emocional foi mais acionado do que o racional. A cultura machista concebe o homem como ser superior à mulher, que deve ser submissa, obediente. O sentimento de posse, então, objetifica a mulher, transformando-a em propriedade do homem – o corpo da mulher como território. Os exemplos a seguir mostram excertos que explicitam ciúme e posse como justificativa, mas esses sentimentos estão relacionados a vários outros atos de violência.

109) O crime teria sido praticado por motivo torpe, em razão de sentimento de posse nutrido pelo réu, com emprego de meio cruel, configurado pela quantidade de facadas desferidas e o intenso sofrimento causado à vítima e, por fim, o acusado teria dificultado a defesa da mulher, que foi golpeada no momento em que discutiam, de maneira que não esperava ser atacada e não conseguiu se defender.¹⁸¹

110) Na denúncia, o MPDFT alega que o acusado tentou matar a mulher de 38 anos por “nutrir sentimento de posse” por ela.¹⁸²

111) O crime teria sido motivado por ciúmes. Um dos presos era namorado de Natália Cristina Dantas da Costa, 19 anos, morta a tiros na frente de casa.¹⁸³

112) Na época, o homem confessou ao Correio que assassinou a esposa por ciúmes. “Matei por ciúmes. Já desconfiava que ela tinha outro relacionamento”, disse.¹⁸⁴

¹⁷⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/09/interna_cidadesdf,699752/policia-busca-provas-para-indiciar-acusado-de-jogar-mulher-do-3-andar.shtml

¹⁸⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/06/interna_cidadesdf,664346/homem-mata-mulher-e-comete-suicidio-em-seguida-na-asa-sul.shtml

¹⁸¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/16/interna_cidadesdf,522550/jovem-e-condenado-a-23-anos-de-prisao-por-matar-namorada-em-samambaia.shtml

¹⁸² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/21/interna_cidadesdf,627976/homem-que-ateou-fogo-na-mulher-no-riacho-fundo-2-deve-ir-a-juri-popula.shtml

¹⁸³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/06/interna_cidadesdf,586561/suspeitos-de-matar-jovem-em-taguatinga-sao-presos-pela-policia-civil.shtml

¹⁸⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/02/02/interna_cidadesdf,657443/policia-prende-homem-que-matou-esposa-com-20-facadas.shtml

Motivo fútil, do léxico jurídico, é usado em textos relacionados a julgamentos, prisões, sempre associado a outros termos penais. O motivo fútil, para o entendimento da lei, é aquele motivo insignificante, de mínima importância, desproporcional entre o crime e a causa e, por isso, configura circunstância qualificadora de homicídio. Um exemplo de motivo fútil são as pequenas discussões entre familiares. Por esse entendimento, codifiquei, também, os excertos que apresentavam motivos fúteis ainda que não associados ao léxico jurídico.

113) A polícia também apura a possibilidade da revolta do assassino ter sido motivado pelo fato dos pais de Paula não aceitarem o relacionamento do casal.¹⁸⁵

114) Um tapa no rosto. Este é o motivo alegado por Mirio Ferraz Soares, de 28 anos, para assassinar a ex-companheira, de 17 anos, e o filho dela, de sete meses.¹⁸⁶

115) Mulher se nega a fazer sexo com marido e tem 80% do corpo queimado. Caso, que aconteceu em Ceilândia, está em apuração como tentativas de incêndio, de suicídio e de feminicídio. A mulher acusa o companheiro de ter jogado combustível e incendiado a casa após ela se recusar a manter relação sexual com ele.¹⁸⁷

116) O homem foi condenado pela prática do crime de tentativa de feminicídio qualificado por motivo fútil.¹⁸⁸

117) Vinícius recorreu de sentença do Tribunal do Júri de Brasília por homicídio quadruplicamente qualificado: por motivo fútil, meio cruel, uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e feminicídio; além de ocultação de cadáver.¹⁸⁹

Guarda dos filhos, gravidez indesejada e aborto são motivos apontados especialmente pela polícia, mas também por vítimas e agressores/ feminicidas. Os exemplos 118 e 119 mostram que o sentimento de posse não se limita ao corpo da mulher, mas alcança também os filhos. No exemplo 120, a negativa de aceitar a paternidade é apontada como fato motivador,

¹⁸⁵ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/10/13/interna-brasil,633349/fotografo-mata-ex-namorada-e-ex-sogro-em-pernambuco-ex-sogra-ficou-fe.shtml>

¹⁸⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/14/interna-brasil,665949/homem-matar-ex-mulher-e-filho-de-sete-meses-por-causa-de-tapa-no-rosto.shtml>

¹⁸⁷ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/18/interna_cidadesdf,666891/mulher-se-recusa-a-fazer-sexo-e-marido-ateia-fogo-na-casa.shtml

¹⁸⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/17/interna_cidadesdf,574552/justica-condena-homem-por-tentativa-de-homicidio.shtml

¹⁸⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/01/11/interna_cidadesdf,564453/justica-confirma-juri-de-assassino-confesso-de-aluna-da-unb.shtml

mas é um elemento que pressupõe traição. Em 121, o corpo-território fica evidente quando o homem impõe que a mulher faça um aborto contra sua vontade.

118) De acordo com informações da Polícia Militar, a mulher foi estrangulada após uma discussão. O motivo da briga teria sido a guarda da filha. Por não concordar em entregar a menina, a mulher foi morta.¹⁹⁰

119) O crime, segundo a polícia civil, aconteceu porque ele não aceitava perder a guarda do filho.¹⁹¹

120) A ex-namorada disse aos policiais que estava grávida de quatro meses, mas que Lucas negava-se a aceitar a paternidade, o que teria motivado a tentativa de homicídio contra ela e o bebê.¹⁹²

121) A balconista Elisânia da Conceição Leal, de 40 anos, grávida de dois meses, foi assassinada pelo amante, um homem casado, porque se negava a fazer o aborto.¹⁹³

Crime passionai e legítima defesa da honra são expressões que não são mais aceitas por contribuírem para a naturalização e perpetuação da cultura de violência contra mulheres. Passional invoca o campo semântico da paixão, daí que crime passional é aquele cometido por amor, por paixão, movido por uma forte emoção de difícil controle. ‘Crime passional’ é a romantização da violência de homens contra mulheres.

Advogados de defesa não raro recorreram ao argumento do crime passional para minimizar a responsabilidade de feminicidas e, conseqüentemente, reduzir a pena. Há muito usada também pela mídia, a expressão crime passional vem sendo abandonada, tendo em vista as inúmeras críticas de grupos feministas e especialistas em estudos de gênero. O feminicídio é um crime de ódio e não de amor. Nos textos do *corpus*, encontrei apenas quatro ocorrências de ‘crime passional’, atribuídas aos investigadores de caso de feminicídio ocorrido em 2018, três anos após a publicação da Lei do Feminicídio. Não há ocorrência de ‘crime passional’ na voz autoral do *Correio Braziliense*.

122) Agentes da 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), responsáveis pela investigação, acreditam que a motivação mais provável para o crime seja

¹⁹⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/07/21/interna_cidadesdf,541174/homem-mata-a-mulher-estrangulada-e-foge-com-a-filha-deles.shtml

¹⁹¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/30/interna-brasil,569428/tentativa-de-homicidio-em-itu-reacende-debate-sobre-feminicidio-no-bra.shtml>

¹⁹² <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/29/interna-brasil,613512/jovem-que-empurrou-ex-namorada-contra-onibus-e-presno-no-rio-de-janeiro.shtml>

¹⁹³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/06/08/interna-brasil,601185/homem-mata-amante-gravida-porque-ela-se-negou-a-fazer-aborto.shtml>

passional. Os policiais, porém, ainda querem ouvir parentes e amigos do casal para confirmar que a tragédia se trata mesmo de um feminicídio.¹⁹⁴

123) Os investigadores acreditam que a motivação mais provável para o crime seja passional.¹⁹⁵

124) O caso é investigado pela 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul). Os investigadores querem saber a origem da arma e identificar a motivação. A hipótese de feminicídio, por motivação passional, é a principal trabalhada pelos investigadores.¹⁹⁶

Legítima defesa da honra é outro argumento muito usado por advogados de defesa para minimizar a responsabilidade de feminicidas. A expressão ficou muito conhecida no julgamento do assassino de Ângela Diniz,¹⁹⁷ morta em 1976. Desde então, esse argumento vem sendo muito criticado por carregar o entendimento de que a mulher é propriedade do marido, inferior a ele. Somente em 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou o entendimento de que a tese de legítima defesa da honra é inconstitucional por violar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. Dessa forma, alegar legítima defesa da honra em crimes de feminicídio não é mais aceitável nos tribunais e pode implicar a nulidade do julgamento.¹⁹⁸ Legítima defesa e defesa da honra tiveram, juntas, três ocorrências nos textos.

125) A defesa de João Paulo pediu absolvição ou a tese de legítima defesa da honra e o reconhecimento de homicídio privilegiado pelo valor moral ou social, mas o Conselho de Sentença reconheceu a autoria dos crimes.¹⁹⁹

126) O delegado-adjunto da 8ª Delegacia de Polícia (SIA), André Carvalho, explicou que, em depoimento, o homem alegou legítima defesa.²⁰⁰

127) Homem mata mulher a facadas e envia fotos para filha da vítima

¹⁹⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/07/interna_cidadesdf,664570/corpo-de-mulher-assassinada-pelo-marido-na-asa-sul-e-enterrado.shtml

¹⁹⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/07/interna_cidadesdf,664462/ja-estamos-com-saudade-diz-irma-de-mulher-morta-por-parceiro.shtml

¹⁹⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/08/interna_cidadesdf,664757/sebrea-faz-homenagem-a-colaboradora-morta-pelo-marido.shtml

¹⁹⁷ Ver mais no Capítulo 1 desta dissertação.

¹⁹⁸ Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1> Acesso em 26 jun. 2021.

¹⁹⁹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/14/interna_cidadesdf,510581/homem-condenado-a-34-anos-de-prisao-por-matar-companheira-e-vizinho.shtml

²⁰⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/12/interna_cidadesdf,494342/homem-e-presos-por-matar-a-mulher-a-facadas-e-chutar-a-filha-de-1-ano.shtml

O homem confessou o crime e disse aos policiais que durante uma discussão a mulher teria ferido sua honra²⁰¹

Outras justificativas apontadas para o crime foram raiva e vingança, perturbação e problemas psicológicos, denúncia de agressão e traição – que apresentam elementos mitigadores da responsabilidade de agressores/ feminicidas; financeiro; suposto assalto (casos em que o agressor alegou ter havido um assalto para justificar a violência).

128) “Na verdade, eu queria me matar. Havia até cogitado usar o clorofórmio para isso. Mas, quando contei para Louise o que estava planejando, ela me deu um abraço e falou que sentiria saudades. Era tudo mentira. Meu sentimento, na hora, se transformou em raiva”, afirmou.²⁰²

129) Messias já havia agredido várias vezes a mulher e foi preso quando tentava matá-la, na Rodovia Raposo Tavares, em Ipaçu. As denúncias, com base na Lei Maria da Penha, fizeram com que ele ficasse quatro meses na prisão. Assim que foi libertado, Messias decidiu se vingar.²⁰³

130) De acordo com a PM, o policial estava afastado por problemas psicológicos e estava ligado ao 29º Batalhão, de Poços de Caldas, no Sul de Minas. A vizinhança disse aos investigadores que as brigas entre Gilberto e Sthefania eram frequentes e brutais, motivo pelo qual ela pediu proteção à polícia. “Ele vinha há dois meses fazendo tratamento psicológico e estava afastado das atividades devido as ameaças e agressões contra a ex”, disse o sargento.²⁰⁴

131) A versão do Ministério Público de Goiás, no entanto, apontou que Nathália teria descoberto relacionamentos extraconjugais de Ivo.²⁰⁵

132) Fabiano acrescenta que observou sinais de ganância e uma “fissura por dinheiro fora do normal”. “Ele queria ostentar uma vida que não tinha. Um dos motivos do qual suspeitamos [para o cometimento do crime] foi o sumiço de um dinheiro do pai da Nathália. Ela o teria pressionado a entregar e ameaçou terminar o relacionamento. Eles começaram a brigar e, aí, o crime aconteceu”, relata o delegado.²⁰⁶

133) O crime aconteceu na noite de quarta-feira (7/6), em Santa Isabel (SP), e o suspeito foi preso horas depois. Ele mesmo ligou para a polícia afirmando

²⁰¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/02/interna-brasil,670515/homem-mata-mulher-a-facadas-e-envia-fotos-para-filha-da-vitima.shtml>

²⁰² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/06/23/interna_cidadesdf,537442/pai-de-louise-exige-que-pena-de-acusado-seja-feminicidio.shtml

²⁰³ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/04/26/interna-brasil,591424/homem-mata-ex-a-facadas-apos-prisao-por-lei-maria-da-penha.shtml>

²⁰⁴ Link não encontrado

²⁰⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/27/interna_cidadesdf,605349/mp-de-goias-denuncia-homem-acusado-de-matar-mulher-e-simular-suicidio.shtml

²⁰⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/14/interna-brasil,665949/homem-matar-ex-mulher-e-filho-de-sete-meses-por-cao-de-tapa-no-rostro.shtml>

que tinha sido vítima de assalto e culpou os supostos assaltantes pela morte da mulher.²⁰⁷

Os relatos que envolvem as narrativas de feminicídio apontam vários motivos, justificativas e explicações para que os crimes tenham acontecido. São constituídos de suposições e afirmações que têm por base o histórico de violência no relacionamento, os fatos ocorridos no dia do crime, eventos após o crime. Nenhum relato se esgota em um único motivo, como mostrei em alguns dos exemplos selecionados, e todos apontam para a construção narrativa de um *continuum* de violência do homem contra a mulher, que discuto a seguir.

5.3 A construção narrativa do *continuum* de violência de homens contra mulheres

Para a análise da construção narrativa do *continuum* de violência de homens contra mulheres no *corpus*, recorri novamente ao NVivo para codificar os excertos que apresentam qualquer relato de violência. Anteriormente, eu havia codificado apenas os que apresentavam motivos, justificativas ou explicações para os crimes. Os nós criados para o *continuum* de violência foram: ameaça e perseguição; atos de violência; ciúme e posse; discussão; medida protetiva e denúncia; término e rejeição; violência doméstica. Não há uma ordem sequenciada de acontecimentos e nem todos os casos envolvem todas as situações.

Imagem 19: *Continuum* da violência do homem contra a mulher



Fonte: elaboração própria

²⁰⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/06/08/interna-brasil,601185/homem-mata-amante-gravida-porque-ela-se-negou-a-fazer-aborto.shtml>

As narrativas do *continuum* de violência são construídas a partir da articulação de discursos patriarcais, machistas, de posse, de medo, de violência, que se misturam e se confundem, ao passo em que reforçam a imagem do corpo feminino como território do homem. Essa articulação direciona para um aspecto da interdiscursividade como categoria analítica: uma ferramenta para análise de discurso particulares e como se relacionam.

Como mostrei no Capítulo 4 desta dissertação, gêneros-suportes compreendem as matérias jornalísticas (gênero) publicadas em portal de notícias na internet (suporte), e os discursos-estilos apontam para como os discursos trazem as representações (discursos) dos casos de feminicídio e de seus atores (estilos) nas narrativas jornalísticas. Outro aspecto inerente da interdiscursividade é o vocabulário. De acordo com Fairclough (2003), os diferentes discursos podem ser identificados por traços linguísticos, como itens lexicais e as relações entre itens lexicais, além de relações metafóricas, assim se estabelecendo uma relação entre as análises de interdiscursividade e léxico.

O discurso de violência é inerente às narrativas de casos de feminicídio. Por esse motivo, uso ‘discurso da violência explícita’ para nomear aqueles discursos que detalham como os crimes foram cometidos, quais armas foram utilizados para cometer o crime. O discurso de violência explícita como constituinte do discurso do *continuum* de violência é, também, um discurso de espetacularização, que transforma o crime em uma atração midiática, com detalhes que, de certa forma, se prestam a satisfazer a curiosidade mórbida de leitoras e leitores. O detalhamento do crime também promove a revitimização das mulheres assassinadas, uma vez que expõe sua privacidade, explora fatos da sua vida íntima e viola a memória da mulher e de seus familiares. Cabe reforçar que essa exposição em nada contribui para o entendimento dos fatos noticiados ou a superação do problema social.

Essas narrativas ‘policialescas’ dos crimes de feminicídio são construídas com verbos como *matar, agredir, esfaquear, atingir, golpear, assassinar, atacar, asfixiar, estrangular, atropelar, executar*, seguidos de detalhes de violência explícita. De um lado, esse excesso de detalhes mascara a falta de informações sobre o caso noticiado – o que acontece nas matérias em formato de boletim de notícias.

Assim, essas narrativas são lexicalizadas com as armas utilizadas para cometer os crimes, como em: ‘mata a socos’, ‘matar a mulher a facadas’, ‘aplicou golpe conhecido como mata-leão’, ‘atropelou com sua motocicleta’, ‘atacou com um lenço embebido em clorofórmio para reduzir sua resistência’, ‘ateou fogo no cadáver’, ‘atirou contra a vítima’, ‘passou com o carro sobre o corpo’, ‘imobilizou a vítima com o joelho enquanto a enforcava’, ‘foi espancada até desmaiar e depois foi morta com golpes de faca’.

Números e partes do corpo também são usados para expor a violência. Esses grupos lexicais mostram a truculência da ação e o ódio como fato desencadeador dos crimes, reforçando que o feminicídio é um crime de ódio e não de amor. São exemplos retirados do *corpus*: ‘foi atingida por cinco tiros’, ‘desferiu 21 golpes de faca’, ‘executou com 11 tiros no rosto’, ‘foi atingida por ao menos 14 disparos, a maior parte deles no rosto’, ‘três facadas no pescoço e na mão’, ‘teve 50% do corpo queimado’, ‘as chamas consumiram a mulher’, ‘um tiro no peito’, ‘golpes de canivete no pescoço e no rosto e quatro tiros no rosto’, ‘facadas em várias partes do corpo’, ‘saraivada de tiros, a maioria no rosto’; ‘começou a jogar álcool sobre ela e o fogão da cozinha. Quando o acusado ligou o aparelho, as chamas se alastraram em direção à vítima, que teve 40% do corpo queimado’.

Por outro lado, crimes em que o jornal amplia a cobertura e dedica reportagens mais elaboradas – como os de Louise Ribeiro e Raphaella Noviski – também são explorados com a divulgação de detalhes da violência, como em ‘deu seis tiros à queima-roupa, com o cano do revólver apontado para o rosto. Recarregou a arma e fez mais cinco disparos, quando Raphaella agonizava’; ‘11 perfurações de entrada (...), a maioria na cabeça, além de uma no tórax. Também havia marcas no antebraço e nas duas mãos da vítima (...) que caracterizava que ela tentou cobrir o rosto para se defender’; ‘carregou o corpo pra fora do laboratório com um carrinho, o descartando em uma parte vazia e escura da UnB’; ‘colocou um saco plástico na cabeça de Louise porque ela começou a sangrar pelo nariz – efeito esperado pelo uso do clorofórmio’. Nesses casos, a exploração da violência provoca a comoção do público leitor e promove o julgamento social do assassino.

O discurso da violência psicológica se materializa nos relatos de discussões frequentes, como nas escolhas verbais de ação contínua, como em ‘costumavam discutir’, ‘o casal vinha discutindo’, na ênfase em intensificação, como em ‘as discussões se intensificaram’, ou no próprio uso do plural, como em ‘era possível ouvir as discussões do casal’ e ‘sempre aconteciam as discussões’, nesse último exemplo, com o reforço do advérbio temporal ‘sempre’. Discussão também é apontada como o estopim para crimes, como em ‘o grupo se desentendeu’, ‘o casal começou a discutir’, ‘houve uma discussão’, ‘esbravejou contra a companheira’. Como disse no capítulo anterior, o uso desse léxico pode levar a pensar que o homem estava fora de seu estado normal e que, por esse motivo, cometeu o crime, mitigando a responsabilidade do autor do crime e reforçando modelos patriarcais.

O discurso do medo aparece nas histórias que contam casos de ameaça e perseguição, como em ‘ameaça de morte’, ‘seguiu a moça’, ‘ficou acuada’, ‘texto em tom de ameaça’, ‘relacionamento conturbado com ameaças’. A constância e a repetição da violência ficam

evidenciadas no próprio uso do léxico, como em ‘ameaças constantes’, ‘ameaçava constantemente’, ‘intimidações frequentes’, e nas escolhas verbais de ações contínuas: ‘vinha sofrendo ameaças’, e de repetição ou intensificação: ‘voltou a ameaçar’, ‘passou a perseguir-la’.

As histórias que expõem a existência de ameaças e perseguições anteriores mostram que teria sido possível buscar formas de evitar os feminicídios. No entanto, expõem também a descrença de que a ameaça vá evoluir para as vias de fato, como em ‘Ela não procurou a delegacia porque pensou que isso fosse acabar’, ou a descrença na efetividade das ações protetivas, como em ‘Ela tinha obtido uma medida protetiva contra o homem há um mês, por ameaça’.

A (des)crença nas medidas protetivas também é construída pelo discurso da (falta de) proteção. As narrativas apresentadas pelas fontes jornalísticas mostram que muitas mulheres sabem (ou são informadas) da existência de medidas protetivas ou da necessidade de denunciar a agressão, como em ‘havia denunciado o ex-namorado à Deam’, ‘registrou um boletim de ocorrência’, ‘A jovem seguiu o conselho e denunciou o ex-companheiro, enquadrado na Lei Maria da Penha’, ‘Eu sempre a aconselhei a procurar ajuda ou a denunciá-lo’. No entanto, há uma descrença na efetividade dessas medidas, uma vez que não impediram o assassinato ou a tentativa de assassinato. O uso de números e do advérbio ‘já’ intensificam a ação da vítima em buscar os meios de proteção disponíveis: ‘já tinha acionado a justiça pedindo proteção’, ‘já tinha medida protetiva expedida’, ‘pediu proteção duas vezes à Justiça’, ‘chegou a registrar quatro boletins de ocorrência contra ele por agressão’. A descrença e o discurso da inefetividade também são explícitos, como em ‘disse não acreditar que a medida protetiva funcione na prática’, ‘morta depois de denunciar o ex-companheiro’, ‘de nada adiantou a medida protetiva dada pela justiça’. Essas narrativas mostram a necessidade de ações mais efetivas de proteção a mulheres.

O discurso do perdão e da compaixão fica evidente nas histórias contadas de mulheres que desistiram de denunciar ou dar andamento às medidas de proteção e nas escolhas lexicais, como em ‘registrou ocorrência, mas nunca quis prosseguir com os processos’, em que o uso da conjunção adversativa *mas* e do advérbio de negação *nunca* dá ênfase à desistência; ‘pediu revogação nos dois casos por ter reatado o relacionamento’, com o elemento numérico e a construção explicativa *por ter* reforçando o perdão (‘reatado o relacionamento’); ‘não tinha mais interesse nas medidas protetivas’, em que a construção *não tinha mais* reforça a desistência nas medidas de proteção; e ‘preferiu não denunciar por ficar com pena’, onde fica explícita a compaixão pelo agressor.

As narrativas jornalísticas apontam, ainda, para histórias de mulheres que não buscaram os instrumentos do Estado para sua proteção, como em ‘eu não quero ir na delegacia, isso eu

não vou fazer’, ‘nunca havia registrado um boletim de ocorrência contra o marido’, ‘não havia registro na polícia de ameaças ou agressões’. Não é possível precisar se essas mulheres não denunciaram por falta de conhecimento ou por outras razões, mas essas construções levam a um entendimento de inércia delas ante a violência sofrida.

As narrativas de violência doméstica expressam o discurso normalizador da violência física e psicológica, fruto de uma estrutura de sociedade patriarcal. Essas narrativas normalizam a violência doméstica e de gênero, ao tratá-la como rotina na vida de mulheres. Nos textos, o feminicídio é justificado pelo ‘contexto de violência doméstica’ ou identificado em estruturas como ‘vítima de violência doméstica [havia anos]’. Por vezes, o feminicídio é, também, caracterizado nos textos apenas pela existência de um relacionamento durante ou próximo ao acontecimento do crime, o que omite a desigualdade de gênero que existe em relacionamentos. Há relatos de xingamentos, agressões e brigas constantes. O discurso normalizador da violência doméstica/ física e psicológica é lexicalizado por estruturas que denotam constância, continuidade e recorrência, como em ‘não raras as vezes, o final da história é o efetivo cumprimento das ameaças’, ‘cumpriu o que prometeu na última briga’, ‘tragédia anunciada’.

A continuidade e a constância da violência são lexicalizadas pelos adjetivos *conturbado*, *tumultuada*, *abusivo*, como em ‘relacionamento conturbado’, ‘a relação do casal era tumultuada’, ‘era um relacionamento abusivo’, ‘casamento conturbado e com vários desentendimentos ultimamente’, com o reforço da constância neste último exemplo, com o advérbio *ultimamente*. Nos exemplos ‘o relacionamento foi marcado por violência física e psicológica’ e ‘havia passado a agir de forma obsessiva’, a continuidade da violência é identificada pelas locuções verbais *foi marcado* (que indica o ponto de destaque do relacionamento) e *havia passado* (que indica a intensificação da violência).

Outro ponto que sustenta o discurso da normalização da violência doméstica é a recorrência dos atos de agressão, vista no uso de *vez*, em ‘não seria a primeira vez’, ‘já havia agredido a vítima outras vezes’, ‘já tinha agredido e ameaçado várias vezes’; de *frequência* e sua forma adverbial, em ‘o casal discutia com alguma frequência’, ‘os pais brigavam frequentemente’, ‘as brigas eram frequentes e brutais’; do adjetivo *constante* e sua forma adverbial, em ‘agressões físicas e psicológicas constantes’, ‘agredia a moça constantemente’; e dos substantivos *histórico* e *rotina*, em ‘histórico de violência contra a vítima’, ‘rotina de agressões sofridas’, ‘histórico violento’.

O discurso da propriedade se manifesta nas histórias que apontam o ciúme e o sentimento de posse para justificar os crimes, como em ‘sentimento de posse nutrido pelo réu’, ‘fixação pela vítima’, ‘motivado por ciúme’, ‘ataque de ciúmes’, ‘ele era possessivo’,

‘possessivo e violento’, ‘era muito ciumento e não gostava que a vítima falasse com outros homens’, ‘tinha ciúme de tudo e de todos’. Esses sentimentos são intensificados pelas escolhas lexicais *fixação*, *ataque*, *possessivo* e *muito*. O discurso da propriedade também é construído nas expressões ‘crime passionai’ e ‘por motivação passionai’. Isso porque os chamados crimes passionais são aqueles motivados por paixão, por conflitos entre casais, e não é isso que ocorre nos assassinatos de mulheres por seus (ex-) parceiros. O uso de palavras como *ciúme* e *passional* mascaram o sentimento de posse e a violação da autonomia da mulher que não corresponde da forma como o homem gostaria. Nomear feminicídio de crime passionai é esconder que o assassinato de mulheres tem uma raiz estrutural no patriarcado e tem a ver com desigualdade de gênero.

Histórias de término de relacionamento ou de rejeição também constroem o discurso de propriedade. São homens que se veem como donos da mulher e não aceitam que ela ponha fim ou se recuse a manter o relacionamento, como em ‘não aceitou o fim do relacionamento’, ‘por não aceitar a recusa da adolescente’. Há relatos que colocam a mulher em uma posição de agentividade, como em ‘ela pôs fim ao relacionamento’, ‘ela tinha decidido terminar o relacionamento amoroso’, ‘por não querer reatar a união’, ‘a recusa da menina’. Essas narrativas podem apontar para responsabilização da mulher pela violência sofrida, quando o *Correio* faz a associação direta do assassinato com a ação da mulher em terminar o relacionamento. Construções como ‘pretendia deixar o namorado’, ‘ela tentava sair e não conseguia’, ‘tentou romper o relacionamento’ apontam para a inércia e incapacidade da mulher se desfazer do relacionamento. Esses relatos sustentam o argumento de que a mulher se mantém em relacionamentos abusivos e agressivos por não conseguir romper a dependência emocional e financeira que existe no relacionamento.

Os relatos também colocam o homem no centro da ação, em narrativas que minimizam sua responsabilidade pelo crime em construções como ‘não soube aceitar o fim do relacionamento’, ‘matou a vítima por não se conformar com o término do relacionamento’, ‘inconformado com o fim do namoro/ do casamento’, em que as escolhas verbais *saber* e *conformar-se* (e sua forma nominal inconformado) em estruturas negativas mostram um nível de incapacidade do homem em aceitar o fim do relacionamento, assim como acontece com o uso de *poder* em ‘acreditavam [familiares] que ele pudesse respeitar [o fim do relacionamento]’.

Outras narrativas que mitigam a responsabilidade do homem são lexicalizadas com *tentar* e *insistir*, que denotam o esforço do homem na manutenção/ existência do relacionamento: ‘após ele tentar uma reaproximação’, ‘ele insistia para que se relacionassem’, ‘ele insistia para reatarem’; e por sentimentos como *frustração* e *rejeição*, como em ‘ter ficado

extremamente frustrado com a reação [dela]’, ‘passou a se sentir rejeitado’, ‘rejeição que teria sofrido’. Ao minimizar a responsabilidade do homem, essas narrativas também reforçam o discurso de propriedade, pois legitimam o inconformismo, o esforço, a frustração.

O mapeamento dos motivos, justificativas, hipóteses e histórias contadas para explicar os crimes de feminicídio (consumados e tentados) noticiados apontou para a representação, nas narrativas pelo *Correio Braziliense* nas notícias e reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa, do conhecido *continuum* de violência a que mulheres são submetidas antes do feminicídio tentado ou consumado. A frequência desses relatos mostra a naturalização da violência contra mulheres em nossa sociedade.

Jäger (2017, p. 114) sustenta que a questão sobre o que é normal é fundamental para os debates centrais de uma sociedade e que o controle e a regulação pelo normalismo se realizam pelo uso de diversas estratégias. Regis (2017, p. 153) explica, ainda, que as pressuposições são importante instrumento de (re)produção de normalidades ou normalizações, uma vez que constituem discursos que são partilhados socialmente em consenso.

As narrativas do *continuum* de violência são construídas a partir da articulação de discursos machistas, patriarcais, de posse, de medo, de violência e, ao reproduzi-los, o *Correio* filia seus textos a discursos normalizadores da violência em âmbito doméstico, contribuindo para a manutenção de um entendimento de que pouco pode ser feito para evitar a violência doméstica e o feminicídio. Legitimando essas narrativas, o *Correio* lança mão das fontes jornalísticas em que se baseia para colher o essencial das matérias e, assim, recontextualizar os feminicídios. As narrativas são, então, legitimadas pela relação que as fontes têm com a vítima e com o caso, conferindo credibilidade aos textos jornalísticos.

A análise a partir das fontes jornalísticas convocadas para contar os casos de feminicídio tentado e consumado e das justificativas apresentadas para explicar os crimes permitiu responder a uma das perguntas iniciais desta pesquisa: *Quais discursos-estilos são apropriados nas narrativas dos casos de feminicídio? Eles tendem à espetacularização, à naturalização, à normalização da violência? Ou promovem a escandalização, a denormalização da violência?*

Nas palavras de Tavares e Resende (no prelo), “discursos-estilos são maneiras de representar aspectos do mundo ancoradas em graus de vinculação identitária”. Assim, as histórias contadas sobre o relacionamento entre vítima e agressor/ feminicida ecoam discursos que reforçam um *continuum* de violência (física, psicológica, moral, financeira, sexual) difícil de ser rompido pelas mulheres. Esses discursos ecoam, também, normas patriarcais que se sustentam pelo controle do corpo feminino, por relações desiguais de poder entre gêneros.

Ao apropriar esses discursos em suas narrativas, o *Correio* também promove a espetacularização da violência, ao expor detalhes das agressões, como quantidade de tiros ou facadas, partes do corpo atingidas, entre outros. A espetacularização, como já vimos, revitimiza as mulheres. Promove, também, a naturalização e a normalização da violência, ao mostrar que pouco ou nada foi feito para impedir que o feminicídio acontecesse. Muitas mortes poderiam (e podem) ser evitadas se a violência contra mulheres não fosse banalizada e tolerada pela sociedade e pelas instituições que detêm o poder e o dever de intervir.

5.4 A construção discursiva do enfrentamento à violência

Com o intuito de investigar se o *Correio Braziliense*, de alguma forma, contribui para um melhor entendimento do feminicídio como um crime de gênero, e não um tipo individualizado de violência, bem como para o combate à violência de gênero e ao feminicídio, mapeei as informações que o jornal inclui nas notícias, considerando as seguintes perguntas: como a mulher em situação de violência pode obter ajuda, canais de denúncia da violência? A mulher apresentou denúncia? Pediu ou obteve medidas protetivas? Foi apontada a necessidade de discutir o assunto da violência contra mulheres e de propor mudança na sociedade visando ao combate à violência contra mulheres? A matéria explica o que é feminicídio ou violência de gênero?

Como disse no Capítulo 3, essa investigação foi inspirada no documento *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual*, publicado em 2019 pelo Instituto Patrícia Galvão. Essa publicação é resultado de um estudo desenvolvido pelo Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos que teve por objetivo analisar a cobertura da imprensa escrita sobre os assassinatos de mulheres no Brasil e dialogar com profissionais de imprensa e comunicação em geral sobre cuidados que devem ser tomados na cobertura de casos de violência contra mulheres. O período compreendido pela seleção do *corpus* é anterior à publicação do documento, que não tem cunho normativo. No entanto, esse é um documento balizador de como casos de violência contra mulheres podem ser noticiados em alinhamento aos parâmetros do Código de Ética do Jornalismo Brasileiro e a discursos de proteção à vida e aos direitos humanos das mulheres.

Em sete textos, o *Correio* apresenta informações sobre como pedir ajuda em caso de violência ou como denunciar o agressor. São informações sobre a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (ligue 180), sobre a Lei Maria da Penha e sobre os instrumentos de acolhimento à mulher, como a seguir:

134) A central recebe denúncias de violência, orienta as mulheres sobre os direitos e presta informação a respeito da legislação vigente. Desde a criação do serviço, em 2005, já foram realizados 4.823.140 atendimentos em todo país.²⁰⁸

135) Qualquer tipo de violência contra a mulher deve ser denunciado em delegacias ou pelo disque 180, pela vítima ou por testemunhas.²⁰⁹

136) Onde pedir ajuda

No DF vítimas e agressores podem recorrer a diferentes instituições para buscar apoio psicossocial. No caso deles, há um projeto em que podem refletir sobre questões de gênero enquanto cumprem as medidas protetivas. Veja onde procurar ajuda.²¹⁰

137) A Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, prevê, além das medidas protetivas, que determinam o afastamento do agressor, ações educativas com o objetivo de prevenir casos de violência doméstica. Especialistas destacam que esse é o caminho para se alcançar, a longo prazo, a redução do número de mortes. Saiba onde buscar ajuda em casos de violência doméstica.²¹¹

138) Como uma mulher pode perceber que está inserida em um contexto de violência doméstica?

Os episódios de violência doméstica dificilmente começam com a agressão física, porque, se não, nenhuma mulher permaneceria no relacionamento com um homem agressivo. O agressor alega carinho e cuidado, em episódios como as crises de ciúmes, a proibição do uso de uma determinada peça de roupa. São momentos que, no início, podem ser confundidos com amor e cuidado, mas são tipos de violência psicológica e moral.

Como funcionam as redes de proteção?

Inseridas em um contexto de violência, as vítimas, na maioria das vezes, não percebem os históricos de agressão. Por isso, é necessário que os serviços de saúde acolham essa mulher, com atendimentos psicológicos e de assistência social. A rede familiar e de amigos que cerca essa mulher percebe essa situação antes mesmo que ela. Portanto, o primeiro passo para reconhecer essa violência é escutar quem está ao lado. Depois do amparo, a busca pelo sistema de Justiça é importante, como as delegacias e o Ministério Público.

Como encorajar as mulheres a fazer denúncias?

Violência doméstica se combate falando da violência em si. É importante ter ações solidárias para mostrar caminhos, as consequências das denúncias, para incentivar a quebra do ciclo da violência. Outra forma é mostrar outras histórias, sejam aquelas que acabem bem, sejam aquelas que acabem mal,

²⁰⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/16/interna_cidadesdf,522370/assassino-confesso-pode-ter-premedito-matar-louise-ribeiro.shtml

²⁰⁹ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/14/interna-brasil,609736/bahia-registra-segunda-condenacao-da-historia-por-feminicidio.shtml>

²¹⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/18/interna_cidadesdf,666891/mulher-se-recusa-a-fazer-sexo-e-marido-ateia-fogo-na-casa.shtml

²¹¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/05/interna_cidadesdf,671335/ex-marido-tenta-matar-mulher-e-atira-contra-si-mesmo-em-planaltina.shtml

porque a mulher que se enxerga em situação parecida pensa se aquilo pode ou não acontecer com ela, como no caso de um feminicídio, por exemplo. Nessa identificação da mulher com outras histórias, ela conhece os trâmites processuais.²¹²

Os exemplos 134 e 135 apresentam informações sobre a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o disque 180, explicando como o serviço funciona e que a denúncia pode ser feita também por terceiros, não só pela vítima. Mais do que apenas denunciar, os excertos 136 e 137 mostram formas de pedir ajuda, indicam a existência de serviços de apoio psicossocial para vítimas e agressores/ feminicidas, com o intuito de evitar novas agressões. Essa é uma previsão da Lei Maria da Penha, e o jornal cumpre um serviço importante ao informar a leitora e o leitor dos locais que podem ser buscados.

O exemplo 138 traz recortes de uma reportagem sobre o andamento da investigação de um caso de feminicídio. Essa reportagem é estruturada em informação atual sobre o caso, histórico do caso, outros casos de feminicídio, uma seção ‘Para saber mais’ – informando da aprovação de um projeto de lei que aumenta a pena em casos de estupro coletivo e torna infração a importunação sexual – e uma seção de ‘Três perguntas para’ a juíza titular do Juizado de violência doméstica de São Sebastião. Essa é uma reportagem mais elaborada, que extrapola o caso em si para informar sobre violência contra mulheres e feminicídio. Aqui o jornal também cumpre um importante papel de serviço e alerta, ao mostrar como identificar os sinais de um contexto de violência não física, como procurar as redes de apoio e a importância de denunciar.

Em outros 25 textos, o *Correio* revela a existência de denúncias e medidas protetivas relacionadas aos crimes de feminicídio tentado e consumado. Esse assunto já foi tratado no mapeamento de motivos e na análise da narrativa do *continuum* de violência. Aqui vou apontar os excertos que citam denúncia e medidas protetivas sob outro ângulo.

139) O assassinato da estudante do terceiro semestre de gestão pública Jane Carla Fernandes Cunha, 20 anos, expôs a fragilidade de um sistema que deveria acolher mulheres intimidadas por ex-maridos e companheiros.²¹³

140) Apesar de Clésia Andrade ter denunciado o ex-namorado à polícia, ela foi morta dentro de casa. Familiares lamentam falta de ação mais efetiva contra o feminicida.²¹⁴

²¹² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/09/interna_cidadesdf,699752/policia-busca-provas-para-indiciar-acusado-de-jogar-mulher-do-3-andar.shtml

²¹³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/14/interna_cidadesdf,521920/acusado-de-matar-a-ex-namorada-em-samambaia-tinha-historico-de-crimes.shtml

²¹⁴ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/03/08/interna-brasil,664647/correio-relembra-historia-da-jovem-que-foi-morta-em-casa-por-ex-namora.shtml>

141) Lúcia salienta a necessidade de chamar a atenção para a responsabilidade de cada indivíduo. Ela considera que ainda há um longo caminho a ser percorrido para oferecer uma rede de acolhimento adequada às vítimas e para garantir que agressores se mantenham longe delas. “Temos a Casa da Mulher Brasileira fechada, apenas uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) em funcionamento, equipamentos públicos com déficit de servidores e uma Justiça machista e tardia. É um quadro aterrador”, reforça a advogada. “Ninguém está cumprindo o próprio papel. Se todos nós estivéssemos cumprindo nossas obrigações e responsabilidades, não teríamos esses índices alarmantes.”²¹⁵

As narrativas que citam a existência de medidas protetivas ou de denúncias deixam implícita a ineficácia dos sistemas públicos de proteção à mulher, uma vez que não foram suficientes para evitar os assassinatos. Os excertos 139 e 140 vão além ao deixar explícita essa ineficiência, na voz autoral do jornal, em especial nos trechos ‘expôs a fragilidade’ e ‘Apesar de Clésia Andrade ter denunciado [...], ela foi morta [...]’, seguido da voz da família em relato indireto. O excerto 141 é um recorte de uma reportagem que narra a história de quatro vítimas de feminicídio somente em janeiro de 2019. Essa reportagem traz dados importantes para o reconhecimento da violência doméstica e para a necessidade de se tomar medidas urgentes de combate à violência contra mulheres. Aqui também é explicitada a ineficiência do poder público em evitar os casos de feminicídio.

Outros 13 textos abordam a necessidade de discutir ações de prevenção ao feminicídio. Nestes casos, o jornal recorre à voz de especialistas para legitimar a importância do combate à violência contra mulheres. A discussão na sociedade também é mostrada em notícias sobre manifestações populares.

142) Para o coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do MPDFT, Thiago Pierobom, a decisão é um precedente importante no enfrentamento da violência contra a mulher.²¹⁶

143) Os assassinatos de Louise Maria da Silva Ribeiro, 20 anos, na noite de quinta-feira, na Universidade de Brasília (UnB), e de Jane Fernandes Cunha, 21, ontem em Samambaia, trouxeram de volta a necessidade de se refletir sobre a violência contra a mulher.²¹⁷

²¹⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/03/interna_cidadesdf,735066/quatro-mulheres-morreram-vitimas-de-femicidio-no-df-somente-em-janei.shtml

²¹⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/16/interna_cidadesdf,511009/tribunal-do-juri-condenacao-primeiro-reu-por-femicidio-no-df.shtml

²¹⁷

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/13/interna_cidadesdf,521851/assassinatos-de-jane-e-louisa-reacendem-debate-sobre-violencia-de-gene.shtml

144) A irmã da vítima Elisângela Andrade, é uma das organizadoras do evento. “O nosso propósito é alertar a sociedade para que não aconteça mais violência desse tipo”, disse.²¹⁸

145) Embora os números que retratam a violência contra a mulher no DF sejam alarmantes (veja Vulneráveis), a doutora em questões de raça e gênero pela Universidade de Brasília (UnB) Isabel Clavelin avalia que o debate precisa ocorrer de forma contínua. “Esses dados servem para orientar o poder público em relação ao modo que essa violência ocorre para, assim, estabelecer medidas de contenção e de conscientização contra o sexismo e o machismo. Acontece que temas assim são evidenciados em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, e, no resto do ano, deixamos de cobrar respostas. Há dinheiro sendo investido em políticas a favor da mulher? Quanto? Como esse investimento está sendo gasto?”, questiona.²¹⁹

146) Combate à cultura do estupro

Para incentivar o debate sobre o tema e coibir novos casos por meio da conscientização, o Núcleo de Gênero do MPDFT promoveu, nesta sexta-feira (10/3), o seminário Cultura do estupro. Durante o evento, foram discutidas as razões que levam ao alto índice de estupros registrados no Brasil e as medidas que podem ser adotadas pelo sistema de Justiça para enfrentar o problema.²²⁰

147) Para a especialista, esse trabalho envolve a escola, as famílias e leva décadas para mostrar resultados. “A violência é inadmissível. Para se combater isso é necessário conversar com as crianças, explicar nas escolas o que é e como pedir ajuda para criar um novo comportamento. O patriarcado e o machismo levam homens a matar mulheres simplesmente por serem mulheres. É preciso políticas públicas e campanhas para mudar isso”, conclui.²²¹

O exemplo 142 faz referência à condenação do primeiro réu acusado de feminicídio no Distrito Federal após a publicação da lei. Esse é um marco importante para o combate à violência de gênero e, talvez por esse motivo, fez-se necessário convocar uma voz especialista para agregar valor à notícia. Os excertos 143 e 144, recortes de matérias sobre manifestações, mostram como a movimentação social pode promover o debate sobre assuntos que impactam o coletivo. O nome ‘violência doméstica’ pode fazer entender que se trata de algo privado, mas esse é um problema de toda a sociedade.

²¹⁸ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/19/interna_cidadesdf,654429/protesto-em-sao-sebastiao-lembra-caso-de-violencia-contra-a-mulher.shtml

²¹⁹

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/08/interna_cidadesdf,579017/feminicidio-agressoes-e-estupros-devastadas-pela-opressao-masculina.shtml

²²⁰ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/10/interna_cidadesdf,579847/semana-da-mulher-tem-tres-condenacoes-por-tentativa-de-feminicidio.shtml

²²¹ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/03/16/interna_cidadesdf,666622/marido-mata-a-mulher-e-comete-suicidio-em-ceilandia.shtml

A Lei Maria da Penha prevê a promoção de ações educativas com o objetivo de prevenir casos de violência doméstica e contra mulheres. É isso que vemos nos exemplos 145, 146 e 147, em que são apontadas ações possíveis para o enfrentamento à violência.

Em 50 textos, o *Correio* usa o termo feminicídio para nomear o assassinato de mulheres. No entanto, pouco avança na discussão do feminicídio como um problema social, conforme exemplos a seguir.

148) A Polícia Civil prendeu um homem de 25 anos por feminicídio.²²²

149) As qualificadoras foram: motivo fútil, uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e assassinato cometido no contexto da violência doméstica.²²³

150) O feminicídio passou a ser crime hediondo em 2015, quando uma nova lei alterou o Código Penal. Se o crime for praticado contra mulher em razão da condição de sexo feminino, ele pode ser enquadrado como feminicídio. A categorização desse tipo de crime representou um avanço na legislação, já que, segundo o Instituto Avante Brasil, a cada hora uma mulher é morta no Brasil.²²⁴

151) Por ter sido praticado contra uma mulher e por razões da condição de sexo feminino, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, o crime foi classificado, também, como feminicídio.²²⁵

152) Nesses casos, se há envolvimento amoroso, não há margem para questionar a qualificadora e o acusado responderá, necessariamente, pela prática de feminicídio. A pena prevista para homicídio qualificado é de 12 a 30 anos de reclusão.²²⁶

153) Devastadas pela opressão masculina: feminicídio, agressões e estupros. Em média, três brasilienses foram mortas ou sofreram tentativas de feminicídio a cada mês de 2016. Os dados revelam que os homens também se mostraram responsáveis por agressões, estupros e violência doméstica.²²⁷

²²² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/12/interna_cidadesdf,494342/homem-e-presos-por-matar-a-mulher-a-facadas-e-chutar-a-filha-de-1-ano.shtml

²²³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/16/interna_cidadesdf,511009/tribunal-do-juri-condenacao-primeiro-reu-por-femicidio-no-df.shtml

²²⁴ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/12/interna_cidadesdf,521829/relembre-seis-casos-de-violencia-contra-a-mulher-que-chocaram-o-df.shtml

²²⁵ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/11/interna_cidadesdf,579978/vinicius-neres-assassino-de-louise-ribeiro-vai-a-juri-popular-em-abr.shtml

²²⁶ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/29/interna_cidadesdf,584446/acusado-de-assassinar-louise-ribeiro-vai-a-juri-popular-na-segunda-fei.shtml

²²⁷

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/08/interna_cidadesdf,579017/femicidio-agressoes-e-estupros-devastadas-pela-opressao-masculina.shtml

154) Misael está preso preventivamente pelo crime de feminicídio. A delegada responsável pelo caso, Rafaela Azzi, entendeu que o assassino matou por uma situação de gênero, por visualizar a mulher como propriedade.²²⁸

Os exemplos 148, 149 e 150 representam a forma mais comum do termo feminicídio nos textos do *Correio*, apenas a menção à palavra ou à qualificadora do crime de homicídio, nos termos da Lei do Feminicídio. Nos exemplos 151 e 152, há uma tentativa de explorar a definição de feminicídio, ao mencionar o contexto de violência doméstica e a “condição de sexo feminino” da vítima. No entanto, os textos só reproduzem os termos da Lei do Feminicídio e expõem uma visão reducionista do feminicídio. É nos exemplos 153 e 154 que vemos despontar um caminho para a discussão do que é feminicídio: violência de gênero com raízes no patriarcado e na opressão masculina.

Partindo das sugestões para cobertura propostas no dossiê *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*, preparado pelo Instituto Patrícia Galvão (2017, p. 159-160), quais sejam, 1. Compreender o que é feminicídio; 2. Perguntar onde o Estado falhou; 3. Cuidado com títulos e imagens; 4. Divulgar canais de denúncia e serviços, percebo que o *Correio Braziliense* apresenta elementos que podem levar a um caminho de mudança de percepção da violência de gênero e de mudança na cobertura desses crimes.

5.5 As estratégias discursivas para abordar os crimes de feminicídio

Nesta seção, meu objetivo é, partindo da análise dos dados e dos resultados encontrados, responder à pergunta *Quais as estratégias discursivas escolhidas pelo jornal Correio Braziliense para abordar os crimes de feminicídio? Elas podem contribuir para o combate a esse tipo de violência?*.

O *Correio* concede relevante espaço ao relato do feminicida, são 123 ocorrências em 56 textos. Dar voz ao feminicida é permitir que ele direcione o olhar para a história contada, seguindo os motivos apresentados por ele para justificar o assassinato: término de relacionamento, guarda dos filhos e gravidez, traição, ciúmes, além dos sentimentos de frustração e rejeição. São construções textuais que mostram um olhar patriarcal e forjam imparcialidade ao apresentar os ‘dois lados’ da história. Ocorre que não há dois lados aqui, já que a mulher foi assassinada na maioria dos casos noticiados.

228

https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/12/interna_cidadesdf,640431/sentimento-de-posse-provoca-feminicidio-dizem-especialistas.shtml

No aspecto da interdiscursividade, discursos trazidos aos textos costumam uma relação de solidariedade e complementação entre si. São discursos que normalizam a violência contra mulheres, que banalizam os instrumentos de proteção à vida e aos direitos humanos das mulheres, que impõem medo. Competindo com esses discursos estão aqueles em que são trazidas as vozes das vítimas – que relatam as agressões – e de especialistas – que promovem conscientização.

O *Correio Braziliense* também noticia os casos de feminicídio como casos isolados, sem dar atenção às causas estruturais que os desencadeiam (sociedade patriarcal, machismo estrutural, misoginia), criando, assim, uma lógica de aparências, uma ilusão de que o feminicídio é um ato repentino ou inesperado, vinculado a problemas pessoais ou familiares isolados, e que pouco pode ser feito para evitá-lo.

Para legitimar as narrativas, o *Correio* recorre principalmente a dois grupos de fontes jornalísticas, a quem atribui a legitimação de autoridade funcional e a legitimação de autoridade relacional. O primeiro grupo, composto pela força policial e outros tipos de profissionais, narram os casos de feminicídio pelo viés das funções que exercem no caso. Já o segundo grupo, composto essencialmente por familiares, amigos, vizinhos, além do próprio feminicida e da vítima, costumam narrar o *continuum* de violência doméstica do homem contra a mulher, indicando que o feminicídio poderia, sim, ter sido evitado.

As escolhas lexicais dos textos jornalísticos apontam para pouca responsabilização de agressores/ feminicidas e para culpabilização de vítimas, reproduzindo estereótipos criados por sociedades machistas e patriarcais de que a mulher pertence ao homem, devendo respeitá-lo e acatar as decisões dele. Homens são representados como seres incapazes de aceitar e compreender o término de um relacionamento, que agridem e matam porque foram provocados pelas mulheres ou porque estão fora de si (pelo consumo de álcool e drogas ou pelas discussões que culminaram no feminicídio). Mulheres são representadas, algumas vezes, como causadoras da própria morte, provocadoras das agressões sofridas. Mesmo quando se propõe destacar pontos positivos da personalidade da mulher e como sua vida tinha importância para outras pessoas e para a sociedade, o jornal cai no discurso do ‘merecimento da violência’ – que diferencia mulheres tidas como de ‘boa índole’ daquelas que não se encaixam no perfil da ‘boa’ mulher.

Por outro lado, o *Correio Braziliense* traz informações sobre como denunciar, onde pedir ajuda, o que é feminicídio; mostra a existência de medidas protetivas – ainda que apontem para a fragilidade e ineficiência delas; convoca especialistas que evocam discursos de defesa do debate na sociedade como instrumento de combate à violência. Isso não basta para promover a mudança social necessária para acabar com a violência contra mulheres, mas é um caminho a ser seguido.

Um exemplo que foge ao escopo temporal do *corpus*, mas que merece ser mencionado é I Colóquio de Violência de Gênero e Mídia, realizado pelo *Correio Braziliense* em parceria com o Senado Federal. A ideia da ação foi discutir como as abordagens midiáticas podem influenciar a violência cotidiana e propor ações de combate à construção de estereótipos e mensagens subliminares nas coberturas jornalísticas de casos de violência contra mulheres e feminicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar, à luz dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), o cenário de representação de feminicídios, analisando as estratégias discursivas do jornal *Correio Braziliense* para apresentar os crimes de feminicídio – os discursos que foram apropriados; as perspectivas acerca dos casos; os gêneros jornalísticos e os estilos usados nas narrativas; os estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas.

Os meios de comunicação estão entre os principais instrumentos de propagação de informação e de construção de ideologias dominantes, constituindo-se, assim, em uma das principais elites simbólicas. Por esse motivo, legitimam relações de poder de uma sociedade patriarcal e machista. Pela linguagem, os meios de comunicação propagam ideologias de forma implícita e muitas vezes reforçam práticas sociais privilegiadas em desfavor de grupos minoritários, exercendo importante papel na formação da opinião de leitoras e leitores. Assim, é e foi frutífero olhar para os meios de comunicação pelo viés dos ECD.

A violência de gênero deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino, como explica Saffioti (2004). Esse privilégio masculino cria relações assimétricas de poder nas relações interpessoais, que, muitas vezes, se materializam em agressões às mulheres. O patriarcado (e a dominação simbólica masculina) é tido, então, como um dos pilares da violência contra mulheres. A violência de gênero está enraizada nas sociedades patriarcais, que historicamente subjagam mulheres como um objeto de propriedade do homem. Por esse motivo, compreender a violência de gênero é importante para entender o feminicídio – o assassinato de mulheres por serem mulheres.

O feminicídio, é tido também como última etapa de um *continuum* de violência doméstica de homens contra mulheres (que envolve violência física, psicológica, patrimonial, entre outros tipos), sendo, assim, um crime evitável. Isso também foi identificado na análise dos 151 textos jornalísticos que compuseram o *corpus* desta pesquisa. Para esta investigação, alinhei-me aos pressupostos teóricos e metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso, e incluí outros saberes científicos, como os estudos decoloniais, de gênero e de mídia, propondo, assim, uma abordagem transdisciplinar, característica dos ECD.

Na parte analítica desta dissertação, dividida em dois capítulos, apresentei um mapeamento das estratégias discursivas do jornal *Correio Braziliense* para abordar as narrativas dos casos de feminicídio. No Capítulo 4, investiguei a instanciação de gêneros discursivos na atividade, as relações sociais envolvidas e as tecnologias de comunicação empregadas.

Destaquei, também, a importância do suporte na materialização dos textos, mostrando a estreita relação entre gênero e suporte, como defendem Resende (2017) e Acosta e Resende (2014).

Ao buscar responder à pergunta de pesquisa ‘Quais gêneros jornalísticos são utilizados nas narrativas de feminicídio? São os esperados no suporte da plataforma digital do *Correio Braziliense* ou transgridem as expectativas genéricas?’, mostrei como os suportes se relacionam com o gênero e como isso impacta nas expectativas de leitoras e leitores do jornal. As novas tecnologias fazem com que os textos sejam, cada vez mais, multifacetados; os discursos, construídos coletivamente com interações verbais, imagéticas (emojis) e engajamentos (cliques, curtidas e compartilhamentos), e isso muda a forma de produzir e consumir as informações. Com isso, entendo que as novas tecnologias mudam nossas relações sociais e que um momento (o suporte) da ordem do discurso tem o potencial de mudar a prática inteira da qual faz parte (as relações sociais, as atividades materiais). Mais do que pensar na centralidade dos textos, devemos começar a pensar também na centralidade das práticas digitais.

Ainda no Capítulo 4, apresentei uma análise do léxico para investigar se os textos jornalísticos constroem estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas e se esses textos reproduzem discursos machistas e patriarcais que responsabilizam as mulheres pela violência que sofrem e amenizam a responsabilidade pela violência que praticam, ou se contrariamente adotam postura mais crítica na cobertura jornalística dos casos noticiados/ reportados. Descobri que, em que pese o *Correio* não utilizar, recorrentemente, palavras ou expressões chocantes, que causam impacto à primeira leitura, as escolhas lexicais constroem narrativas de culpabilização da vítima e de pouca responsabilização do agressor, reproduzindo, assim, estereótipos criados por sociedades machistas e patriarcais que consideram o corpo feminino como pertencente ao homem, como aponta Segato (2005, 2006). Com isso, respondi à pergunta de pesquisa ‘Os textos jornalísticos constroem estereótipos de vítimas e agressores/ feminicidas?’.

No Capítulo 5, analisei as narrativas dos casos de feminicídio nos textos do *Correio Braziliense*. Para isso, usei as categorias *legitimação* (van Leeuwen, 2008; van Leeuwen, Wodak, 1999) e *interdiscursividade* (Fairclough, 2003) a fim de investigar as fontes convocadas a narrar os fatos e os motivos apresentados para justificar os crimes. No processo de investigação, identifiquei a construção narrativa do *continuum* de violência do homem contra a mulher, que analisei também sob a ótica dos conceitos de *normalização*, *normalidade* e *normalismo* (Jäger, 2017). Fontes e leitoras/es estão imersas/os no meio social e é dessa forma que vemos jornalistas recontextualizarem práticas sociais, adicionando as fontes como instrumentos de legitimações contextualmente específicas dessas práticas sociais. Por isso foi

relevante olhar para as narrativas de feminicídio a partir das fontes jornalísticas escolhidas para legitimar as histórias, para apontar os motivos, as justificativas, as explicações para os crimes terem acontecido.

O mapeamento dos motivos, justificativas, hipóteses e histórias contadas para explicar os crimes de feminicídio (consumados e tentados) noticiados apontou para a representação do conhecido *continuum* de violência a que mulheres são submetidas antes do feminicídio tentado ou consumado. A frequência desses relatos mostrou a naturalização da violência contra mulheres em nossa sociedade. As narrativas do *continuum* de violência são construídas a partir da articulação de discursos machistas, patriarcais, de posse, de medo, de violência e, ao reproduzi-los, o *Correio* filia seus textos a discursos normalizadores da violência em âmbito doméstico, contribuindo para a manutenção de um entendimento de que pouco pode ser feito para evitar a violência doméstica e o feminicídio. Legitimando essas narrativas, o *Correio* lança mão das fontes jornalísticas em que se baseia para colher o essencial das matérias e, assim, recontextualizar os feminicídios. As narrativas são, então, legitimadas pela relação que as fontes têm com a vítima e com o caso, conferindo credibilidade aos textos jornalísticos. As análises das fontes jornalísticas, dos motivos narrados e do *continuum* de violência me permitiu responder à pergunta ‘Quais discursos-estilos são apropriados nas narrativas dos casos de feminicídio? Eles tendem à espetacularização, à naturalização, à normalização da violência? Ou promovem a escandalização, a denormalização da violência?’.

Ao final do Capítulo 5, tracei estratégias usadas pelo *Correio Braziliense* para responder à pergunta de pesquisa ‘Quais as estratégias discursivas escolhidas pelo jornal *Correio Braziliense* para abordar os crimes de feminicídio? Elas podem contribuir para o combate a esse tipo de violência?’. Identifiquei que: o *Correio Braziliense* concede relevante espaço ao relato do feminicida; as narrativas são construídas por meio de discursos que normalizam a violência contra mulheres, que banalizam os instrumentos de proteção à vida e aos direitos humanos das mulheres, que impõem medo; o *Correio* também noticia os casos de feminicídio como casos isolados, sem dar atenção às causas estruturais que os desencadeiam (sociedade patriarcal, machismo estrutural, misoginia), criando, assim, uma lógica de aparências, uma ilusão de que o feminicídio é um ato repentino ou inesperado, vinculado a problemas pessoais ou familiares isolados, e que pouco pode ser feito para evitá-lo.

Para legitimar as narrativas, o *Correio* recorre principalmente a dois grupos de fontes jornalísticas, a quem atribuí a legitimação de autoridade funcional – por exercerem algum tipo de função que as vincula ao caso – e a legitimação de autoridade relacional – pelo *status* que essas fontes têm em relação às vítimas e às histórias. As escolhas lexicais dos textos jornalísticos

apontam para pouca responsabilização de agressores/ feminicidas e para culpabilização de vítimas, reproduzindo estereótipos criados por sociedades machistas e patriarcais de que a mulher pertenceria ao homem, devendo respeitá-lo e acatar suas decisões. Por outro lado, o *Correio Braziliense* traz informações sobre como denunciar, onde pedir ajuda, o que é feminicídio; mostra a existência de medidas protetivas – ainda que apontem para a fragilidade e ineficiência delas; convoca especialistas que evocam discursos de defesa do debate na sociedade como instrumento de combate à violência.

Pesquisar sobre feminicídio despertou em mim e naqueles próximos a mim um sentimento, primeiramente, de angústia, por ter olhado de forma mais crítica a uma realidade que me atinge e atinge todas as mulheres – a violência de gênero, a violência que sofremos apenas por sermos mulheres. É desolador ver que pouco evoluímos como sociedade, que os instrumentos do Estado criados para proteger e garantir direitos muitas vezes não funcionam, que ainda somos objetificadas, tratadas como seres inferiores. Terminei esta pesquisa com muita dor e muita tristeza, em um mundo pandêmico que nos obriga o isolamento. Mas também terminei com a esperança de ter despertado em alguém a necessidade da luta real pela igualdade de gêneros, a necessidade da preservação da vida de mulheres. Tenho esperança também de que esse despertar possa romper as paredes da academia, mas, principalmente, tenho a esperança de poder construir com meu filho um olhar de humanidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, María del Pilar Tobar. Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em “Ocas” e em o Trecheiro. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2012. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12418>

ACOSTA, María del Pilar Tobar; RESENDE, Viviane de Melo. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. *Romantica Olomucensia*, 26 (2), 2014. p. 127-142. DOI: 10.5507/ro.2014.016

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Feminicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher. Informativo Compromisso e Atitude*. Out. 2013. Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/femicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/>. Acesso em jun. 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. *Sociedade e Estado*. vol.29, n.2, Brasília: May/Aug. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008. Acesso em: 15 jan. 2021.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MAGALHÃES, Maria José. A transversalidade dos crimes de feminicídio/femicídio no Brasil e em Portugal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/123178>

BANDEIRA, Lourdes Maria; MARTINS, Ana Paula. A violência contra as mulheres: crimes de feminicídio e seu enquadramento midiático. In: BELISÁRIO, K. M.; MOURA, D. O.; GUAZINA, L. (orgs). *Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos*. Curitiba, PR: Appris, 2019.

BIROLI, Flávia. Verbetes temáticos Correio Braziliense. Acervo FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense>. Acesso em 15 mai 2021.

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: E. 34, 2008.

BOLDT, R. *Criminologia midiática: do discurso punitivo à corrosão simbólica do Garantismo*. Curitiba: Juruá, 2013.

BOU-FRANCH, Patricia. Domestic Violence and Public Participation in the Media: The Case of Citizen Journalism. *Gender and Language* v. 7.3. Londres: Equinox Publishing, 2013, p. 275-302. Disponível em <https://journal.equinoxpub.com/GL/article/view/11545>

BRASIL. *Decreto n. 1.973*, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil], Brasília: 1º ago. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em jul. 2018.

BRASIL. *Lei n. 11.340*, de 7 de agosto de 2006 [Lei Maria da Penha]. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil], Brasília: 8 ago. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em jul. 2018.

BRASIL. *Lei n. 13.104*, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil], Brasília: 10 mar. 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em jul. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)* criada “com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Brasília: Diário do Senado, ano 68, supl. ao n. 112, 16 jul. 2013. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496481>. Acesso em jul. 2018.

BUENO, Samira. et al. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana E. H. Femicide: Speaking the Unspeakable. In RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. New York: Twayne Publishers, 1992. Disponível em <http://www.dianarussell.com/femicide.html>.

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43 (6), pp. 1.241-1.299, 1991. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1229039?origin=crossref>

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. (org.) Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOLHA. *Manual de redação*: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2007.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/127>

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Femicídio: #InvisibilidadeMata*. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/livrofemicidio/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pautas-violencia/papel-social-e-desafios-da-cobertura-sobre-femicidio-e-violencia-sexual/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência 2020*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em 30 de dez. de 2020.

JÄGER, Margarete. Quão crítica é a análise de discurso crítica? RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (org.). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

JORGE, Thaís de Mendonça. *Mutação no jornalismo: como a notícia chega à internet*. 1. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2013.

LAGARDE y de los Ríos, Marcela. Del femicidio al feminicidio. *Desde el jardín de Freud*. Bogotá, 2006. N. 6: 216-225. Disponível em <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>. Acesso em 31 jan. 2021.

LAGE, M. C. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n.esp., p. 198-226, mar. 2011. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1210>

LAGE, N. *A estrutura da notícia*. 2. ed. Editora Ática: 1987

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7. ed. Record, 2008.

LAZAR, Michelle M. Feminist critical discourse analysis: articulating a feminist discourse praxis. In: *Critical Discourse Studies*, 4: 2, 2007, p. 141-164

LONDOÑO ZAPATA, Oscar Iván; VAN DIJK, Teun A. *Discurso en sociedad*. 1a ed. Villa María: Edivim, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. Florianópolis. SetDez.2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: um método de análise qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá:

Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Análise de discurso da mídia. BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 2002.

NADER, Maria Beatriz. Gênero e mídia: perspectiva históricas, sociais e políticos. In: TOMAZI, M. M; ROCHA, L. H. P; POMPEU, J. C. (Org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota, 2016, p. 97- 108.

NATALE, Raquelli. Femirracídio no Brasil. *Discurso & Sociedad*, vol.13(2), 2019, 262-286. Disponível em [http://www.dissoc.org/ediciones/v13n02/D&S13\(2\)Natale.html](http://www.dissoc.org/ediciones/v13n02/D&S13(2)Natale.html)

NATALE, Raquelli. O femirracídio em notícias sobre violência contra mulheres negras no Espírito Santo: um estudo discursivo e cognitivo. 308f. *Tese* (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2020. Disponível em <https://linguistica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGEL/detalhes-da-tese?id=14288>

ONU Mulheres. Entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. *Diretrizes Nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em: 8 dez. 2019.

ONU Mulheres. Entidade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. *Progress of the world's women 2019–2020: families in a changing world*. Estados Unidos, 2019. Disponível em <https://www.unwomen.org/en/digital-library/progress-of-the-worlds-women>. Acesso em 16 jan. 2021.

PARDO, Maria Laura. Decolonização do conhecimento nos estudos do discurso. RESENDE, Viviane de Melo Resende (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

PASINATO, Wania. Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 219-224, jul./dez. 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>

RABELO, Nair. *#Elasótem16anos*: análise discursiva crítica de postagens em rede social sobre caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Universidade de Brasília, 2019. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35406>

RAMALHO, Ingrid da Silva. *Representação discursiva da violência e da violação de direitos contra pessoas em situação de rua nas plataformas on-line do Correio Braziliense* (2014 a 2018). Dissertação (Mestrado – Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2020. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38945>

RAMALHO, Ingrid da Silva; RESENDE, Viviane de Melo. O caso Edvan Lima e a corporiedade de pessoas em situação de rua em casos de violência: análise de dados do jornal Correioweb. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 60 n. 3 p. 808-827, set./dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8652150>.

REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva. “Você tem medo de quê?”: a denormalização do discurso sobre o medo do parto. RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (org.). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução. In: MELO, Iran Ferreira de. (Orgs.). *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 99-112.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. RESENDE, V. M.; REGIS, J. F. S. (org.). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. RESENDE, V. M. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo; ACOSTA, María Del Pilar Tobar. Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 421-454, 2018. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10246>

RESENDE, Viviane de Melo; RABELO, Nair. Do vídeo à denúncia: representação do estupro coletivo no Twitter e estratégias discursivas. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 263-292, jan./mar. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/16161>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTAEMILIA, José; MARUENDA, Sergio. The linguistic representation of gender violence in (written) media discourse: The term ‘woman’ in Spanish contemporary newspapers. In: *Journal of Language Aggression and Conflict* 2(2): 249-273. 2014. DOI: 10.1075/jlac.2.2.04san.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução do francês de Guacira Lopes Louro e revisão de Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

SEGATO, Rita L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(2): 256-285, maio-agosto/2005. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>

SEGATO, Rita L. Que és un feminicídio. Notas para un debate emergente. *Antropología*, 401, Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2006, p.1-11. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/6681388>. Acesso em: 2 jan. 2021

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SWALES, John. *Genre Analysis*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, Raylton Carlos de Lima; RESENDE, Viviane de Melo. Da necessária coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, (13). Disponível em <https://doi.org/10.35501/dissol.vi13.911>

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e ética na era dos meios de comunicação em massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOMAZI, Micheline Mattedi. (Des)construção de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, v. 31, jan.-jun., 2019, p. 197-219. Disponível em <https://doi.org/10.47250/intrell.v31i1.11846>

TOMAZI, Micheline Mattedi. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad*. Vol. 14(4), 2020. Disponível em [http://www.dissoc.org/ediciones/v14n04/DS14\(4\)Mattedi](http://www.dissoc.org/ediciones/v14n04/DS14(4)Mattedi)

TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lucia Helena P. da.; ORTEGA, Jessica C. Violência machista em manchetes jornalísticas. In: TOMAZI, M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota, 2016, v. 1, p. 43-64.

UOL. *Manual Universa para jornalistas: boas práticas na cobertura da violência contra a mulher*. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/25/universa-lanca-manual-para-jornalistas-cobrirem-violencia-contr-a-mulher.htm>. 2020. Acesso em 28 de nov. de 2020.

VAN DIJK, Teun A. Política, ideología y discurso. *Quórum Académico*, vol. 2, n. 2, julio-diciembre 2005, Pp. 15-47. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3995803>

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2018.

VAN LEEUWEN, Theo. Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication*, v. 1, n. 1, p. 91-112, 24 fev. 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo.; WODAK, Ruth. Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis. *Discourse Studies*, 1(1), 1999, 83-118. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1461445699001001005>

VIEIRA, Viviane C.; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2015. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em jul. 2018.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.

WODAK, R. *Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v. 4, n.esp. 2014. Disponível em http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/linguagem_discurso/article/view/297